

**EDERSON PRESTES SANTOS LIMA**

**INSTITUTO LIBERAL**

**A DEFESA DAS LEIS DE MERCADO NO PARANÁ: 1987-2002**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira**

**CURITIBA**

**2003**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

### PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado do candidato **Ederson Prestes Santos Lima**, sob o título "**Instituto Liberal: a defesa das leis de mercado no Paraná – 1987-2002**" para obtenção do grau de **Mestre em História**, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela ~~aprov.~~ sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de Mestre.

Curitiba, 17 de outubro de 2003.

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Presidente

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

1º Examinador

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

2º Examinador

**Dedico este trabalho à Candida por todo o apoio, compreensão e amor, que ao longo de quase quatro anos, desde o surgimento da idéia principal até a conclusão final, nunca faltaram.**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente a todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuíram para que este trabalho pudesse chegar a seu final, seja com uma palavra de apoio, seja com um pequeno recorte de jornal, seja com o empréstimo de um livro ou uma tradução.

De forma especial a meu orientador e professor Dennison de Oliveira, que soube dosar orientação, apoio e cobrança na medida certa para que fosse possível a conclusão desta dissertação.

Também não poderia deixar de lembrar do pessoal da Pós-Graduação em História que, com muita simpatia e atenção, cuidaram da parte burocrática, e aos professores Ricardo de Oliveira e Paulo Roberto que no exame de qualificação souberam trazer à tona pontos que ainda mereciam destaque.

Aos amigos Gustavo Giménez, Andréa Wosniak, Viviane Zeni Leão e Priscila Pugsley Grahl, que sempre tiveram um tempo para conversar, trocar idéias e incentivar.

Mas, sobretudo à Candida Deichmann, que leu e releu todos os manuscritos, colocou nas normas exigidas, realizou pesquisas, discutiu cada ponto duvidoso, enfim, foi muito mais que esposa, foi a estrela que mostrou o caminho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>v</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>vii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>ix</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>x</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1 NEOLIBERALISMO: DO ACASO AO DISCURSO OFICIAL .....</b>	<b>8</b>
1.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL .....	8
1.2 A AMÉRICA LATINA E O BRASIL DIANTE DO NEOLIBERALISMO .....	13
1.3 O NEOLIBERALISMO NO PARANÁ .....	22
<b>2 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ E SUA HISTÓRIA .....</b>	<b>30</b>
2.1 O SURGIMENTO DOS INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL .....	30
2.2 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ: PRINCIPAIS LIDERANÇAS .....	39
2.3 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ E SUAS ESTRATÉGIAS .....	51
2.4 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ E SEUS CONGÊNERES .....	59
<b>3 O INSTITUTO LIBERAL E SUA AÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>61</b>
3.1 A CONSTITUINTE DE 1987-1988 .....	61
3.2 A REVISÃO CONSTITUCIONAL DE 1994 .....	67
3.3 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ NA POLÍTICA PARANAENSE .....	70
3.4 PLANO REAL: DO COMBATE À ADESÃO TOTAL E IRRESTRITA .....	82
3.5 O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES .....	87
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>99</b>

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1 - LIVROS DE AUTORES ESTRANGEIROS QUE FORAM PUBLICADOS PELOS ILs .....</b>	<b>35</b>
<b>QUADRO 2 - AUTORES NACIONAIS MAIS PUBLICADOS PELOS INSTITUTOS LIBERAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>QUADRO 3 - MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ .....</b>	<b>49</b>
<b>QUADRO 4 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ - 1988-1995 .....</b>	<b>54</b>
<b>QUADRO 5 - REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR PARANAENSE NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE - 1986-1990 .....</b>	<b>63</b>
<b>QUADRO 6 - EMPRESAS PARANAENSES ADQUIRIDAS TOTAL OU PARCIALMENTE POR GRUPOS NACIONAIS OU ESTRANGEIROS NOS ANOS DE 1990 .....</b>	<b>85</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1 - MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE JAIME LERNER AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 1994 .....</b>	<b>73</b>
<b>TABELA 2 - MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE CASSIO TANIGUCHI À PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA - 1996 .....</b>	<b>73</b>
<b>TABELA 3 - MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE ROBERTO REQUIÃO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002 .....</b>	<b>74</b>
<b>TABELA 4 - MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE BETO RICHÁ AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002 .....</b>	<b>74</b>
<b>TABELA 5 - MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE ÁLVARO DIAS AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002 .....</b>	<b>74</b>
<b>TABELA 6 - PRINCIPAIS DOADORES DA CAMPANHA DE BETO RICHÁ AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002 .....</b>	<b>76</b>
<b>TABELA 7 - PRINCIPAIS DOADORES DA CAMPANHA DE ÁLVARO DIAS AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002 .....</b>	<b>77</b>
<b>TABELA 8 – PRINCIPAIS DOADORES DA CAMPANHA DE ROBERTO REQUIÃO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002 .....</b>	<b>78</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>ABRAS</b>	- Associação Brasileira de Supermercados
<b>ACP</b>	- Associação Comercial do Paraná
<b>AMNPC</b>	- Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba
<b>APRAS</b>	- Associação Paranaense de Supermercados
<b>ASSEMPA</b>	- Associação das Entidades de Mulheres do Paraná
<b>BPW Curitiba</b>	- Business and Professional Women of Curitiba
<b>BRDE</b>	- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
<b>CEDES</b>	- Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos
<b>CENDI</b>	- Centro de Desenvolvimento Industrial do Paraná
<b>CIC</b>	- Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
<b>CNF</b>	- Confederação Nacional das Instituições Financeiras
<b>CNI</b>	- Confederação Nacional das Indústrias
<b>CPLI</b>	- Conselho Paranaense da Livre Iniciativa
<b>CUT</b>	- Central Única de Trabalhadores
<b>DIAP</b>	- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
<b>EMATER</b>	- Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EUA</b>	- Estados Unidos da América
<b>FAE</b>	- Faculdade Católica de Administração e Economia
<b>FBPW Brasil</b>	- Federação de Business and Professional Women of Brazil
<b>FCESP</b>	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
<b>FEBRABAN</b>	- Federação Brasileira de Bancos
<b>FESP</b>	- Fundação de Estudos Sociais do Paraná
<b>FGV</b>	- Fundação Getúlio Vargas
<b>FIEP</b>	- Federação das Indústrias do Estado do Paraná
<b>FIESP</b>	- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>FIRJAN</b>	- Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
<b>FSE</b>	- Fundo Social de Emergência
<b>GEC</b>	- Grupo de Empresários de Curitiba
<b>GISEP</b>	- Grupo de Integração Sócio-Empresarial do Paraná
<b>IEDI</b>	- Instituto de Estudos para o desenvolvimento Industrial
<b>IFBPW</b>	- International Federation of Business and Professional Women
<b>II PNB</b>	- Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>IL</b>	- Instituto Liberal
<b>INPS</b>	- Instituto Nacional de Previdência Social
<b>INSS</b>	- Instituto Nacional de Seguridade Social
<b>IPPUC</b>	- Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba
<b>MRCN</b>	- Movimento de Recuperação Cívica Nacional
<b>NAM</b>	- National Association of Manufacturers
<b>PDT</b>	- Partido Democrático Brasileiro
<b>PFL</b>	- Partido da Frente Liberal
<b>PIB</b>	- Produto Interno Bruto
<b>PL</b>	- Partido Liberal



<b>PMDB</b>	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PNBE</b>	- Pensamento Nacional das Bases Empresariais
<b>PPB</b>	- Partido Progressista Brasileiro
<b>PROER</b>	- Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro
<b>PSDB</b>	- Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PT</b>	- Partido dos Trabalhadores
<b>PTB</b>	- Partido Trabalhista Brasileiro
<b>Refripar</b>	- Refrigeração Paraná S/A
<b>Sanepar</b>	- Companhia de Saneamento do Paraná
<b>SEBRAE</b>	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>Telepar</b>	- Companhia de Telecomunicações do Paraná
<b>UB</b>	- União Brasileira de Empresários
<b>UDR</b>	- União Democrática Ruralista
<b>URV</b>	- Unidade Real de Valor

## **RESUMO**

Esta dissertação procurou analisar a ação política realizada por uma parcela do empresariado paranaense ao longo do período final da Ditadura Militar (1964-1985) e o início Nova República. Buscou compreender a forma pela qual suas atividades estão inseridas nas transformações econômicas e políticas ocorridas a partir da década de setenta, tanto no plano nacional quanto no internacional. Para isso, houve a necessidade de apresentar as mudanças ocorridas no contexto econômico e político que se originaram da crise do modelo keynesiano e do crescimento das idéias liberais nos três planos analisados: paranaense, brasileiro e mundial. Num segundo momento foi abordado o surgimento dos Institutos Liberais no Brasil e o posterior nascimento do Instituto Liberal do Paraná, no qual foram analisadas as principais lideranças, suas estratégias de ação, bem como, as organizações que surgiram paralelamente e que compuseram ao longo do período a ação política empresarial no Paraná. Num terceiro momento analisou-se a ação do Instituto Liberal do Paraná em alguns dos principais momentos da política brasileira e paranaense ao longo dos anos oitenta e noventa. Dentre esses momentos foram destacados, por sua importância, a Assembleia Nacional Constituinte, 1987-1988, a Revisão Constitucional, 1993-1994, e a implantação do Plano Real em 1994. Procurou-se compreender também as razões que levaram o Instituto Liberal do Paraná a encerrar suas atividades após atuar por mais de uma década na divulgação do liberalismo.

Palavras-chaves: Ação política empresarial, Liberalismo, Empresariado.

## **ABSTRACT**

**This work tried to analyze the political action made by a part of the business community in Paraná during the final of Militar Dictatorship (1964-1985) and the beginning of New Republic. It intended to comprehend the way their activities are involved in the economic and political transformations which took place after the 1970's, both national and international level. For that, there was the necessity to show the changes that happened in the economic and political context which were gestated in the crises the Keynesian model and the growth of the liberal ideas inside the three levels analyzed: Paraná, Brazil and the world as a whole. In a second moment it was studied the beginning of the Liberal Institutes in Brazil and after the birth of the Liberal Institute of Paraná, in which the main leaders were pointed, their actions strategies, as well as the parallel organizations which made during this moment the business political action in Paraná. In a third moment it was analyzed the action of the Liberal Institute of Paraná in some of the main moments of politics in Brazil and Paraná during the 1980's and 1990's. Among these movements call attention, because their importance, the National Constitutional Assembly, 1987-1988, the Constitutional Review, 1993-1994, and the implementation of Real Economic Plan in 1994. It was understood the reasons which took the Liberal Institute of Paraná to put an end to their activities after act for more than one decade divulgating the liberalism.**

**Key words: Business political action; Liberalism; Business community.**

## INTRODUÇÃO

A redemocratização pela qual lutou, sentiu e comemorou a sociedade brasileira a partir do final dos anos de 1970 com o restabelecimento dos direitos democráticos foi marcada por momentos como a campanha pela Anistia, concretizada em grande parte pela Lei da Anistia de agosto de 1979 que beneficiou aqueles sentenciados por crimes políticos, e pelo retorno do pluripartidarismo, com a sanção da nova Lei dos Partidos de 20 de dezembro de 1979, prolongou-se por toda a década de 1980 e, certamente, ficou marcada na memória nacional. Entre esses momentos a Campanha pela Anistia, o Movimento Diretas Já (1983-1984), a eleição de Tancredo Neves (15 de janeiro de 1985), a Assembleia Constituinte de 1987-1988 que dotou o país de uma nova Constituição e, porque não, a eleição de Collor em 1989, a primeira eleição direta para presidente desde 1960, marcam os anos de 1980 pela empolgante diversidade de idéias no debate político brasileiro. Já nos anos de 1990, o processo democrático brasileiro proporcionaria ao país mais acontecimentos políticos importantes como a votação na Câmara dos Deputados do Impeachment de Collor em 28 de setembro de 1992, o Plebiscito de 1993 no qual a população foi consultada sobre o regime e o sistema político a ser adotado no país (república ou monarquia e presidencialismo ou parlamentarismo), Revisão Constitucional de 1994 e a 1ª reeleição de um presidente na história da República (Fernando Henrique Cardoso - 1998).

A partir do estudo desta abertura política, na qual os diversos setores passaram a ter voz, despertou-se o interesse em analisar a forma de ação política encontrada por uma parcela dos empresários paranaenses que procuravam defender e divulgar as idéias referentes ao livre mercado, ao não intervencionismo estatal e a privatização do patrimônio público. É nesse contexto, no qual o empresariado vai a campo na defesa de seus interesses, baseado em idéias originárias do economista Milton Friedman, que procura-se analisar a forma encontrada pelos vários segmentos empresariais reunidos em diferentes organizações que visavam concretizar seu ideário.

A forma pela qual o empresariado exerceu influência, participou

economicamente e forneceu recursos humanos para os governos que assumiram o poder no espaço de tempo compreendido entre os anos de 1987 e 1997, é um dos focos desse estudo. Este período, pós ditadura militar, foi o de maior atividade político empresarial no estado do Paraná, merecendo, por estas razões, uma maior atenção.

Também procurou-se destacar a permeabilidade de tais idéias entre a elite política paranaense e a forma pela qual essa relação de comprometimento com um ideal se traduzia em discursos, projetos e ações governamentais.

Outro aspecto que buscou-se conhecer e determinar, foi o limite entre a luta por um ideal e a busca simples e concreta de uma realização econômica-financeira do empresariado, visando ampliar mercados ou simplesmente aumentar o resultado líquido de sua empresa.

A partir disso, passa-se, então, a um entendimento mais amplo desse período no qual houve uma tendência à organização de entidades multiclassistas, que tinham, entre seus objetivos, aspectos mais amplos que abrangiam vários setores ou regiões e que se utilizavam do poder econômico concentrado nessas instituições para criticar e enfraquecer determinada política governamental ou, por outro lado, aproximar-se do poder público e então passar a ditar suas idéias econômicas e sociais a partir de seu interior. Este é o caso dos Institutos Liberais - IL, do Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE e da União Brasileira de Empresários - UB.

Esse processo não é, certamente uma especificidade da arena política brasileira, pois também é o caso das organizações empresariais norte-americanas e britânicas estudadas por USEEM, que destaca a existência de dezenas de organizações em prol da defesa de interesses setoriais como indústrias petrolíferas, financeiras, eletrônicas, entre outras, porém ressalta que há também algumas poucas instituições que vão além dos interesses meramente setoriais:

Yet a few have been established to provide a forum for the discussion and articulation of policies affecting most large companies, regardless of sector or region. These organizations typically draw their most active members from the top ranks of a broad range of corporations scattered throughout the country. The first among these in the U.S. are the Committee for Economic Development, Business Council, Conference Board, Council on Foreign Relations... (USEEM, 1984, p.70)<sup>1</sup>

Para compreender estas relações foram estudadas as atividades desenvolvidas pela principal entidade criada com esse fim no Paraná, o Instituto Liberal do Paraná - IL-PR, ocorridas entre os anos de 1987 e 2000. Sendo que ao longo de seus catorze anos de existência a atuação do IL-PR pode ser dividida em dois grandes períodos: a fase mais ativa da instituição entre os anos de 1987-1998 e a segunda a partir de 1998 até 2000, quando do encerramento de suas atividades, fase em que o IL-PR sobreviveu apenas como um centro irradiador de idéias, não mais como um aglutinador da ação política empresarial no Estado. É importante destacar que a realização desse trabalho despendeu uma grande pesquisa em fontes jornalísticas e nas publicações oficiais da organização que vieram ao público ao longo de seus primeiros dez anos. As fontes relativas às atas, documentos, notas oficiais, e demais recortes jornalísticos que o próprio IL-PR mantinha, com o objetivo de salvaguardar determinados aspectos de sua trajetória não foram fornecidos pelos responsáveis pela guarda de tal documentação. Para superar tais barreiras foi necessário recorrer a boa parte da imprensa paranaense que cobriu as ações da instituição ao longo dos 10 anos de sua existência, 1987-1997, bem como à uma pequena parte do arquivo mantido sob responsabilidade do ex-secretário da instituição.

Ao aprofundar-se a pesquisa de fontes, estas mostraram uma variedade muito grande de ações político-empresariais de diferentes entidades e organizações

---

<sup>1</sup> Alguns estabeleceram-se para formar um fórum para discussão e articulação de políticas afetando a maioria das grandes companhias, indiferentemente do setor ou região. Estas organizações normalmente retiravam seus membros mais ativos dos altos escalões de corporações de amplo alcance por todo o país. As primeiras dessas organizações nos Estados Unidos foram o Comittee for Economic Development, Business Council, Conference Board on Foreign Relations...

empresariais surgidas no Paraná ao longo dos anos de 1980, entre as quais destacaram-se a dos Jovens Empresários, Mulheres Empresárias, Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, entre outros. Como um estudo aprofundado de cada uma destas instituições exigiria um fôlego maior no resgate de tantas trajetórias, decidiu-se privilegiar o IL-PR.

Após vislumbrar-se de forma mais nítida o caminho percorrido pelos liberais e identificar boa parte de suas lideranças e financiadores, procurou-se mostrar o posicionamento do empresariado paranaense ligado ao IL-PR em alguns dos cruciais momentos da política nacional entre 1987 e 2000, tais como a Assembléia Nacional Constituinte, de 1987-1988; a implantação do Plano Real em 1993 e a Revisão Constitucional de 1994.

Também buscou-se mostrar as diferentes correntes de pensamento que existiam no interior do IL-PR que se autodeterminava **apolítico e apartidário**. Nesse tópico vislumbra-se o panorama de uma forma mais ampla, percebendo-se a existência de dois grupos: um disposto a defender a livre iniciativa subindo em palanques e concorrendo a cargos públicos tanto no executivo quanto no legislativo, e um segundo, que defendia e aplicava, talvez, a mais tradicional das formas de participação política empresarial: o financiamento de campanhas políticas. Para entender este segundo grupo, buscou-se cruzar os dados referentes aos mantenedores da entidade com os financiadores de campanhas políticas. O cruzamento de informações foi realizado para as campanhas de 1994, 1996 e 2002.

É importante destacar que o surgimento de vários ILs espalhados pelos Estados seguia padrões ideológicos ditados pelo Conselho Nacional dos Institutos Liberais, reunidos num documento denominado Declaração do Rio de Janeiro, que abordar-se-á mais adiante. Mas, essa normatização não era verificada quanto ao financiamento das atividades regionalizadas, abrindo espaço, portanto, para grandes diferenças de atuação desses organismos de divulgação liberal. Essa independência dos ILs do Conselho Nacional e também aos congêneres de outros estados, faz com que cada um tenha trilhado diferentes caminhos e estratégias na obtenção de

resultados. E é exatamente essa diversidade de caminhos percorridos pelo IL-PR que procurou-se delinear ao longo desse estudo.

Outro aspecto abordado na pesquisa foi a inicial contestação ao Plano Real, na qual os liberais construíram uma incisiva crítica à equipe econômica responsável pela implantação, ainda no governo Itamar Franco (1992-1994). Neste momento a crítica realizada por Roberto Demeterco, líder do IL-PR e vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS, intitulava o plano como “um sonho de primeiro mundo” (GAZETA DO POVO, 14 ago. 1994, p. 56), ou ainda, como denominou Werner Egon Schrappe, então presidente da Federação das Associações Comerciais e Agrícolas do Paraná, um “plano de gabinete e burocrático” (GAZETA DO POVO, 14 ago. 1994, p. 56).

Porém, com o sucesso do Plano Real implantado no país, em três fases distintas (a primeira na qual houve um ajuste fiscal provisório, a segunda na qual foi implantada a Unidade Real de Valor - URV, um índice-moeda que refletia diretamente a inflação corrente e, finalmente, em uma terceira fase em que este foi substituído por uma nova moeda, o Real) trouxe uma estabilidade monetária que conquistou inclusive os empresários críticos, num primeiro momento, do plano econômico. Estes, então passaram a apoiar a equipe econômica responsável pelo plano (PEREIRA, 1998, p.198).

A implantação do Plano Real, no qual foi dispensado o uso de medidas radicais e autoritárias por parte do Estado, como congelamento de preços (Plano Cruzado - 1986) o confisco monetário (Plano Collor - 1990) apresentou aparentemente ao empresariado o candidato que tanto aguardavam.

O gerenciamento e aplicação do Plano Real, foi conduzido sem as já conhecidas medidas radicais, aliado às idéias de livre iniciativa, livre mercado mas, principalmente, com um amplo programa de desestatização de Fernando Henrique Cardoso, sendo um dos fatores possíveis para a progressiva redução das críticas ao governo e que vão sendo amenizadas até serem transformadas em apoio completo e irrestrito ao governo federal.



Esse engajamento posterior à política econômica e ao próprio governo FHC, que podem ser medidas pelo imenso apoio obtido pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB nas campanhas de 1994 e 1998, certamente pode ser entendido como uma das causas do desaparecimento da ação efetiva do IL-PR já a partir de 1997 até seu fechamento completo em 2001.

O apoio maciço do empresariado ao **candidato do Real**, nas eleições presidenciais de 1994 e 1998 unido com a incapacidade das esquerdas brasileiras de apresentar uma alternativa mais viável ao eleitor, fez com que as urnas impusessem derrotas gigantescas ao principal partido de oposição no país, o Partido dos Trabalhadores - PT. Apesar de continuar num visível crescente político, o PT e outros partidos de esquerda não conseguiam traduzir suas idéias em votos suficientes para vencer uma eleição presidencial. O fraco desempenho desses partidos, em especial nas eleições presidenciais e para os governos estaduais, também contribuiu para o desaparecimento do IL-PR, que não via no estado do Paraná um adversário suficientemente organizado que justificasse a continuidade dos investimentos em propaganda e marketing pró-idéias liberais. Essa relação investimentos-resultados políticos, também é observada no estudo de Elizabeth Fones-Wolf para o período pós-guerra norte-americano, quando é destacada a ação da National Association of Manufacturers - NAM, uma das mais ativas organizações de ação política empresarial dos Estados Unidos - EUA:

But, Truman's reelection stunned the NAM, leading it to question its public relations strategy...After a period of study and reevaluation, the NAM's Board of Directors and staff vowed to cast aside "defeatist" attitudes. Particularly at the community level, the only place where "genuine confidence in industry (can) be engendered" they planned to redouble efforts to convince "the American people that only through the operation of a competitive capitalistic economy can lasting national prosperity and the basic freedoms of the individual citizen be assured. (FONES-WOLF, 1994, p.165)<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Mas, a reeleição de Truman confundiu o NAM, levando-o a questionar em público a estratégia de relação... Após um período de estudo e reavaliação, o Corpo de Diretores do NAM e a

As componentes desta luta política e empresarial com as especificidades referentes ao caso brasileiro, constituem o objetivo essencial de nossa pesquisa. Busca-se entender primeiramente os motivos que levaram ao surgimento do IL-PR; os grupos empresariais que o constituíram, as estratégias de ação escolhidas na divulgação do liberalismo, e os prováveis motivos que levaram ao encerramento de suas atividades. Também procurou-se analisar o posicionamento do Instituto diante de alguns momentos importantes da política brasileira nos últimos anos.

---

equipe juraram votar com as atitudes “derrotistas”. Particularmente em termos sociais, o único lugar onde “a confiança genuína na indústria (pode) ser criada “eles planejaram redobrar os esforços para convencer “o povo americano que somente pela operação de uma competitiva economia capitalista poderia durar a prosperidade nacional e as liberdades básicas do cidadão poderiam ser asseguradas.

# 1 NEOLIBERALISMO: DO ACASO AO DISCURSO OFICIAL

## 1.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL

A vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial não pôs termo somente aos sonhos fascistas, mas também à surpreendente aliança comunista/capitalista e, principalmente relegou os liberais, que gritavam às paredes por livre mercado e livre concorrência, a segundo plano. “Os governos capitalistas estavam convencidos de que só o intervencionismo econômico podia impedir um retorno às catástrofes econômicas do entreguerras e evitar os perigos políticos de pessoas radicalizadas a ponto de preferirem o comunismo, como antes tinham preferido Hitler.” (HOBSBAWN, 1998, p. 176-177)

O fim da Segunda Guerra é apenas o golpe mais forte nas idéias liberais que reinavam absolutas desde o final do século XIX. A ascensão de Mussolini em 1922 e a primeira grande crise do capitalismo naquele século, em 1929, já apontavam para as mudanças que seriam observadas nas próximas décadas.

No entanto, a reconstrução da Europa e o medo do comunismo colocam as idéias liberais definitivamente no ostracismo. Durante aproximadamente três décadas o liberalismo será tema de discussões apenas entre seus pares, aguardando o momento do retorno triunfal, retorno este previsto quase que profeticamente por Paul Hugon em seu clássico “História das Doutrinas Econômicas”.

O liberalismo continua sendo, pois, para todos – e para quase todas as doutrinas, quanto ao fundo –, quaisquer que sejam as dificuldades ou a atual impossibilidade de sua aplicação, um ideal reconfortador e útil a se ter sempre em mira. ... ser-nos-á lícito, pois admitir que, se não está ele à altura dos indivíduos, será, talvez, por só caber no âmbito das nações. O que permite esperar ser a economia internacional, amanhã, uma realidade. *Existem, aliás, atualmente, condições favoráveis ao mesmo tempo ao desenvolvimento das doutrinas intervencionistas e socialistas no plano nacional e a volta progressiva do liberalismo no plano internacional.* (HUGON, p.501)

Paralelamente ao crescimento das idéias keynesianas e a implantação, em especial, por parte dos países europeus, do Welfare State, os liberais, quase sem rumo, se organizam em várias entidades que visavam a defesa da livre iniciativa, da liberdade de mercado e da não intervenção do Estado na economia. Como destaca FONESWOLF (1994, p. 38):

Between 1945 and 1947, new organizations emerged, with the purpose of aiding the business community in restoring 'American' values. Among them were the Foundation for Economic Education, formed in 1946; the Industrial Information Institute, established in 1947; the American Heritage Foundation, organized in 1947 to sponsor the Freedom Train; and the Advertising Council, reorganized in 1945 from a wartime agency.

Simultaneamente a estas instituições, os liberais constituem em 1947, uma organização que visava o debate, o crescimento, e divulgação das idéias liberais pelo mundo: a Sociedade de Mont Pèlerin (1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos).

Durante esta conferência, que recebeu tal denominação em virtude da estação de esqui suíça onde se realizou, os representantes da Escola Austriaca de Economia Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, bem como, Milton Friedman, da Escola de Chicago se destacaram.

A partir deste encontro, que no final resultou no nascimento da Sociedade de Mont Pèlerin que ainda mantém suas atividades e reuniões regularmente, iniciou-se um processo de organização, estruturação dos economistas e filósofos defensores do liberalismo no mundo. “Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro.” (ANDERSON, 2000, p. 10)

Nos anos de 1980 o Brasil também estava representado nessa sociedade através de alguns dirigentes do Instituto Liberal carioca: Donald Stewart Jr, Og Francisco Leme, José Olavo de Meira Penna e Ubiratan Borges de Macedo (GROS, 2002, p. 126). Estes representantes do liberalismo tupiniquim e fundadores do IL-RJ,

organizaram, inclusive, uma reunião mundial em setembro de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, da Sociedade de Mont Pèlerin. Entre os participantes, destacou-se a presença do Nobel de Economia (1986) James Buchanan.

A escola austríaca de economia representada por seus dois expoentes, Hayek e Von Mises teve um papel fundamental na manutenção dos ideais do liberalismo como opção ao Welfare State.

Ludwig von Mises, nascido em 1881 na cidade austro-húngara de Lemberg, encerrou seus estudos de pós-graduação em 1906. Após servir ao exército austríaco passou a lecionar na Universidade de Viena e paralelamente fundou um instituto para estudos empresariais e econômicos. Com a ascensão do nazismo mudou-se inicialmente para Genebra (1934) e em 1940 para os EUA onde passou a lecionar na New York University Graduate School of Business Administration. Nos EUA foi também consultor da NAM<sup>3</sup>, organização de empresários conservadores, e conselheiro da Foundation for Economic Education, além de participar da Sociedade Mont Pèlerin. As duas organizações viriam a desempenhar papel fundamental na divulgação do liberalismo, tanto dentro dos EUA quanto no plano internacional (GROS, 2002, p. 97-98).

O segundo grande nome da Escola Austríaca que influenciou de forma central a estrutura de ação do neoliberalismo foi um ex-aluno de von Mises, Frederic Hayek. Da mesma forma que Mises, lecionou economia na Universidade de Viena até ser convidado para integrar a London School of Economics, que desenvolveu pesquisa e divulgação do liberalismo nas décadas de 1930 e 1940 na Europa. Na década de 1950,

---

<sup>3</sup> A National Association of Manufacturers - NAM, é uma organização empresarial norte-americana que exerceu destacado papel na oposição ao modelo econômico e político Keynesiano implantado nos EUA a partir dos anos 30. Para os industriais, seus principais membros, era de fundamental importância mudar a cultura que o New Deal estava formando na mentalidade do trabalhador norte-americano. Fones-Wolf (1994, p. 2) ao estudar os quinze primeiros anos do Pós-guerra, nos EUA, destaca que “for these workers the values associated with the business definition of the American way receded. Instead of individualism, competition, and free enterprise, workers adopted a vision characterized by equal rights, industrial democracy, economic equality, and social justice.”

Hayek muda-se para os EUA onde passa a escrever vários artigos em defesa do liberalismo e em ataque às idéias keynesianas, que seriam publicados por várias organizações como o Institute of Economic Affairs (GROS, 2002, p. 107).

Outra peça chave na divulgação do neoliberalismo é o expoente máximo da escola de economia estruturada no interior da Universidade de Chicago, Milton Friedman e que segundo as palavras de GALBRAITH (1989, p. 244) “talvez tenha sido (e talvez ainda seja) a figura econômica mais influente da segunda metade do século XX”. Prêmio Nobel de economia em 1976, o norte-americano de origem russa, é um dos mais destacados economistas da Escola Monetarista. Apesar de ter participado do grupo de economistas que levaram a efeito diversas pesquisas durante a execução do New Deal, Milton Friedman não desviou-se de suas idéias e de seus estudos na Universidade de Chicago. Nestes estudos reforçou sua convicção de que os problemas da sociedade teriam solução a partir de um ambiente de extrema competitividade e liberdade. Entre suas principais obras destacam-se *Capitalismo e Liberdade* (1962), *A Monetary Story of United States* (1963) e *Inflation, Causes and Consequences* (1963).

Estes economistas representavam apenas uma pequena amostra da gigantesca rede de universidades, institutos e associações empresariais, em especial nos EUA e Inglaterra que juntos conseguiram manter nos meios acadêmicos as discussões em torno do liberalismo e a crítica ao modelo dominante do Estado do Bem-Estar Social. Após longa espera, os liberais encontraram sua “Canaã” na ditadura chilena de Pinochet, onde os economistas da Universidade de Chicago tiveram espaço para aplicar suas idéias. Segundo ANDERSON (2000, p.19), “tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. (...) Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher...”

Apesar de sua experiência prática ter sido iniciada na ditadura chilena, será na vitória eleitoral de Margareth Thatcher que o neoliberalismo marca seu retorno ao palco central do poder.

Os integrantes da Sociedade Mont Pèlerin e do Institute of Economic Affairs tiveram participação importante na elaboração do programa econômico do Partido Conservador da então candidata Margareth Thatcher. “Com a vitória do liberalismo na Grã-Bretanha, esses militantes viriam a desempenhar papel importante também na internacionalização do movimento neoliberal dos anos 80...” (GROS, 2002, p. 110)

Essa influência se faz perceber através da forma de atuação que os ILs trilham ao longo dos anos de 1980 e 1990 no Brasil. Palestras para público selecionado (professores, acadêmicos, intelectuais), publicações de obras de conteúdo liberal, inclusive com produção de material impresso, fornecimento de pesquisas à políticos com tendência liberal (lobby), entre outros utilizados, largamente na Inglaterra, através de institutos, universidades e seus think tanks.

Nos EUA a fórmula de divulgação liberal segue a mesma receita utilizada na Inglaterra, com a vantagem de que os três mais influentes pensadores liberais do pós-guerra lá lecionavam e desenvolviam suas atividades: Mises, Hayek e Friedman. Esta influência também se fará representar na estruturação do programa econômico<sup>4</sup> vitorioso do Partido Republicano, na campanha que levou ao poder Ronald Reagan no ano de 1980. A partir de então, o neoliberalismo passa a propagar seu receituário econômico para o Leste Europeu, e posteriormente à América Latina.

---

<sup>4</sup> Harvey, (1992, p.295) demonstrou de que forma o eixo do discurso econômico da equipe Reagan baseava-se na idéia de que “cortes de impostos eram capazes de aumentar a receita fiscal (ao menos até certo ponto), porque estimulavam o crescimento e, por conseguinte, a base sobre a qual os impostos eram cobrados. Assim seria justificada a política econômica dos anos Reagan, uma política que de fato produziu maravilhas com espelhos embora tenha levado os EUA a ficarem vários passos mais perto da falência internacional e da ruína fiscal .

## 1.2 A AMÉRICA LATINA E O BRASIL DIANTE DO NEOLIBERALISMO

Como destaca ANDERSON (2000, p. 19), a América Latina foi a terceira grande região a conhecer os efeitos das políticas neoliberais, após a Europa Ocidental e Leste Europeu.

Mas, a América Latina pode ser considerada o berço prático do programa neoliberal visto que a ditadura chilena abriu as portas aos economistas, em especial da Escola de Chicago, para aplicarem suas idéias. Em plena Guerra Fria, ainda quando os “EUA não estavam mais inclinados a tolerar comunistas ou filocomunistas no poder na Itália, Chile ou Guatemala” (HOBBSBAWN, 1998, p. 249), o neoliberalismo encontra a situação ideal, ou muito próxima, onde a repressão estatal poderia garantir adesão aos planos econômicos neoliberais. Esta situação ideal foi em muito facilitada pela Crise do Petróleo de 1973, que colocou os economistas keynesianos em uma situação para a qual não encontravam solução, a elevação dos preços – inflação – que crescia de forma descontrolada com as altas no barril de petróleo. Como aponta GALBRAITH (1989, p. 243) “assim como a inflação de preços e salários estava além dos limites da ortodoxia keynesiana, também os preços da OPEP. O sistema keynesiano mostrou-se desta forma visivelmente impotente”. O liberalismo ressurgiu então, dando o lastro necessário para a defesa das políticas que naquele momento se mostravam vias quase únicas para o controle inflacionário: a quebra das barreiras comerciais – o livre comércio - diminuição dos gastos públicos, redução da carga tributária, retração do intervencionismo estatal. Nas palavras de GALBRAITH (1989, p. 247) “estava encerrada a Revolução keynesiana. Na história da economia, a era de John Maynard Keynes cedeu lugar à era de Milton Friedman.” Dessa forma, o mundo árabe tinha criado as condições perfeitas para o retorno do liberalismo, a desculpa necessária para o retorno de um neoliberalismo baseado nas idéias da Escola de Chicago, comandada por Friedman e os expoentes da Escola Austríaca – Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, pois agora a justificativa para a mudança estava posta, sendo “extremamente conveniente transferir a culpa para uns árabes distantes e seus co-monopolistas.”



(GALBRAITH, 1989, p. 247). Fazendo com que a Crise de 1973 fosse percebida como catalisadora das contradições do keynesianismo.

A América Latina parecia ser o local ideal para as experiências neoliberais. Território sob forte influência norte-americana, seja sob as ditaduras, seja sob regimes ditos democráticos. Em 1973, com o golpe militar chileno, uma ditadura terrorista permitiu a assessores americanos instalar uma economia de livre mercado irrestrita, demonstrando, assim, aliás, que não havia ligação intrínseca entre livre-mercado e a democracia política (GALBRAITH, 1989, p. 399). Mas, já em anos anteriores, essa política neoliberal se estruturava no Chile, como demonstra GROS (2002, p. 41) em seu trabalho:

... um grupo de economistas formados pela Escola de Chicago, posteriormente identificados como “Chicago boys”, a partir de um convênio com a Universidade Católica do Chile em 1955. Retornados ao Chile, depois de manterem estreito contato com Milton Friedman, estes economistas formaram um “think tank” na Escola de Economia da Universidade Católica - o Centro de Estudos Públicos - e começaram a disseminação de suas idéias através de vários órgãos de imprensa...

É a experiência chilena que autoriza o crescimento dessa idéia em outros países como a Inglaterra, que possuía economistas observando a experiência chilena com atento olhar. SILVA (1997, p. 163) ao analisar a relação entre as elites econômicas e o Estado ao longo da Ditadura chilena destaca que:

As Pinochet consolidated his dominance within the junta, with the aim of remaining in power indefinitely in order to discipline society and extirpate Marxism, he needed an independent power base in society. Consequently, he increasingly elevated and insulated the ambitious Chicago boys because they were not connected to organized business but were intimately linked to the potential economic power of new, modern entrepreneurs, thus possessing the potential for capitalizing on rapid and drastic neoliberal economic reform. In short, they could provide the initial investment to implement radical economic change (E. Silva, 1996). Moreover, thorough economic transformation would not only change the structure of business; deindustrialization would also help to break organized labor more

effectively.<sup>5</sup>

Da equipe erguida ao poder por Pinochet, destacaram-se Hernán Buchi (ministro da Fazenda entre 1985-1989), José Pinera e Sérgio de Castro (ministro da Fazenda entre os anos de 1976-1982). Nesse período, o Chile especializou-se na exportação de produtos primários como cobre, frutas, madeira, peixe e vinhos e passou a importar praticamente tudo o que é industrializado (SINGER, 2001, p. 5-11). É interessante destacar que no caso chileno a indústria do cobre ocupou desde o século XIX importância crucial na economia do país. Mas, ao longo do século XX, perdeu sua força, entre outros fatores pela falta de investimentos no setor, bem como, pela progressiva desnacionalização da produção. Segundo CULVER e REINHART (1997, p. 43):

Unable to find a political consensus in a Congress dominated by agricultural interests, the copper industry remained stalemated between traditional miners, who conceived of their efforts as a speculated adventure, and modern mining engineers wanting to transform copper into a business. This split in the copper industry itself led to a political failure that echoes down through Chilean history to the present.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Enquanto Pinochet consolidava seu domínio com a junta, com o objetivo de permanecer no poder indefinidamente para disciplinar a sociedade e extirpar o Marxismo, ele precisava de uma base independente de poder na sociedade. Conseqüentemente, ele elevou progressivamente e isolou os ambiciosos garotos de Chicago (Chicago boys) porque eles não estavam conectados com o crime organizado mas intimamente presos ao poder econômico potencial dos novos, modernos empreendimentos, desta forma possuindo o potencial de capitalizar em uma rápida e drástica reforma neoliberal. Em poucas palavras, eles puderam prover o investimento inicial para implementar a mudança econômica radical (E. Silva, 1996). Além disso, através da transformação econômica podia-se não somente mudar a estrutura dos negócios; a desindustrialização poderia também ajudar a desestruturar o trabalho organizado mais eficientemente.

<sup>6</sup> Incapaz de encontrar um consenso em um Congresso dominado por interesses agrícolas, a indústria de cobre permaneceu imobilizada entre os mineiros tradicionais, que pensavam em seus esforços como uma aventura especulativa, e os modernos engenheiros de minas querendo transformar o cobre em um negócio. Esta divisão na indústria de cobre, por si só, levou a uma falha política que ecoa pela história chilena até o presente.

Após o Chile, a Bolívia foi o segundo país a realizar as transformações liberais a partir de 1985. Na Bolívia, no fundo da experiência não havia necessidade de quebrar um movimento operário poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação (ANDERSON, 2000, p. 20).

Ao longo da década de 1980 estas duas experiências foram as que mais a fundo realizaram mudanças. Mas, a América Latina a partir de 1982, conheceria definitivamente o pensamento neoliberal com as reformas econômicas mexicanas. SCHNEIDER (1997, p. 191) também destaca que “In the decade after 1982, Mexican governments controlled inflation, liberalized trade, deregulated, and privatized most state firms”.<sup>7</sup> Com objetivos semelhantes temos ainda a chegada ao poder de Menem, na Argentina em 1989, Carlos Andrés Perez, no mesmo ano na Venezuela (SILVA, 1997, p. 179), e Fujimori no Peru (ANDERSON, 2000, p. 20).

A hiperinflação e a dívida externa associadas com outros problemas relacionados ao esgotamento do modelo keynesiano são as origens comuns que levaram esses países a mudar a rota econômica.

De todos os países que adotaram a receita liberal, aquele que provavelmente mais a fundo a aplicou foi a Argentina. Trata-se do país que mais mudou na região: de uma economia fechada abriu-se inteiramente, até no petróleo (ROSSI, 1999, p. 1-3) setor considerado estratégico pela tradição político econômica local.

Mas a cartilha neoliberal produziu para esses países muito pouco além da estabilização econômica, pois índices como desemprego e distribuição de renda somente pioraram. Os governos latino-americanos conseguiram estabilizar a economia e obter ganhos eleitorais, mas não produziram alternativas além disso. (ROSSI, 1999, p.1-3)

Portanto, as décadas de 1980 e 1990 foram palco de profundas transformações

---

<sup>7</sup> Após 1982, os governantes mexicanos controlaram a inflação, liberaram o comércio, desregulamentaram e privatizaram empresas estatais.

nas estruturas econômicas da América Latina como um todo. Momento em que os mais variados cenários puderam ser observados.

Desde a crítica ao Estado controlador, desenvolvimentista à aplicação da receita liberal, que aliás, granjeava amplo apoio no seio da sociedade, seja pelo descontrole inflacionário, seja pela própria incapacidade do Estado de resolver os principais impasses, naquele momento, a América Latina conheceu o auge da idéia liberal chegando no início do século XXI, buscando olhar um passado próximo em que ainda mantinha certa autonomia, diante dos chamados mercados internacionais. Países inteiros foram dominados pelo capital especulativo, que cresceu sem controles ao longo dos anos de 1990. O caso da Argentina, que conheceu o fundo do poço no final de 2001, exemplifica a instabilidade trazida com o livre-mercado e a desestatização. Como destaca SCHNEIDER (1997, p. 215), “from one angle this is a kinder, gentler, more compromising state; from another it is potentially a more sinister state that more thoroughly dominates civil society”.<sup>8</sup> Na Argentina de Menem “se privatizaram as empresas públicas, mas transferindo escandalosamente a preços irrisórios e sem as precauções mais elementares – que foram tomadas por exemplo, no Reino Unido” (BORÓN, 2000, p. 81). Entre 1991 e 1995 auge das idéias chamadas de neoliberais na Argentina o desemprego pulou de “7% em 1991 para 18,4% em 1995” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001), mostrando à sociedade latino-americana que o neoliberalismo é mais duro do que imaginava.

No Brasil, por quase toda a década de 1980, o liberalismo vai estar restrito aos círculos empresariais como os ILs, que marcaram sua presença no país a partir de 1983 com a fundação do IL-RJ.

Mas, já no início da década de 1980, reflexos tanto de crises externas, quanto contradições do modelo econômico começam a ser sentidos no Brasil. Os dois choques do petróleo (1974 e 1979) e posteriormente a “subida vertiginosa dos juros do mercado

---

<sup>8</sup> De um ângulo este é um estado mais bondoso, mais gentil e mais compromissado; de outro ele é potencialmente um estado mais sinistro que domina mais amplamente a sociedade civil.

do eurodólar de 8,7 por cento em 1978 para 17 por cento em 1981, salto provocado pela mudança radical na política monetária dos EUA, em 1979” (SKIDMORE, 1988, p. 458) colocaram o Brasil em situação delicada nos meados dos anos de 1980. Em 1983, como apontou SKIDMORE (1988, p. 462) a indústria e o comércio experimentaram grande queda, reduzindo em 5% o PIB nacional. A inflação já mostrava a força com que marcaria toda a década batendo nos 211 por cento em 1983. Somado à estes fatores a crise mexicana de 82 afetou ainda mais as finanças públicas brasileiras de forma semelhante ao que ocorreu em toda a América Latina. Estas condições que se apresentaram ao longo do último governo militar impuseram às equipes econômicas, no caso chefiadas por Delfim Netto uma condição que DINIZ (1999, p. 11) apontou como “constrangimentos insuperáveis pelo acionamento das políticas costumeiras”. Esses fatores vão colocar o modelo de industrialização e desenvolvimento moldado pelo Estado, em voga desde os anos de 1930, em cheque. Ao longo dessa década, todo cidadão brasileiro foi bombardeado por campanhas que visavam desacreditar o aparato estatal-desenvolvimentista. De forma rápida, a empresa pública, funcionários públicos, o governo e a própria “idéia de nacionalismo, percebida crescentemente como anacrônica, símbolo de uma era que se esgotara”. (DINIZ, 1999, p.12)

Como destaca DINIZ (1999, p. 12) “A nova pauta política passou a ser dominada por temas como desestatização, reinserção no sistema internacional, abertura da economia, desregulamentação e privatização. Não menos imperativo revelou-se o duplo movimento de ruptura com o passado autoritário e a construção da ordem democrática.”

E tal discurso era difundido por parte da classe empresarial que, durante a primeira metade da década de 1980, buscou se organizar e preparar-se para as lutas que viriam num regime de democracia aberta, onde, empresários, trabalhadores e governo disputariam as questões em uma arena pública (DREIFUSS, 1989, p. 42-43).

A década de 1980 no Brasil é palco portanto, de transformações profundas nas relações entre as classes. Tanto o empresariado se organizava através de novas

entidades como “Câmara de Estudos e Debates Sócio- Econômicos, os Institutos Liberais, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, a União Brasileira de Empresários e a União Democrática Ruralista” (DREIFUSS, 1989, p. 50), como os trabalhadores buscavam estruturar suas lutas em torno das centrais sindicais, com destaque para a Central Única de Trabalhadores - CUT, fundada em 1983.

Dessa forma o empresariado organizado tradicionalmente em entidades multiclassistas, de cunho regional mas de alcance nacional como é o caso da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, buscaram a partir do final dos anos de 1970 alternativas a esse tipo de estrutura, mostrando sua capacidade de adaptação e organização diante de novas realidades. Essa grande capacidade de articulação do empresariado já apontada por GOMES (1979, 157-184) ao analisar o período de implantação das leis trabalhistas, em especial no pós-1930, mostrou-se novamente ativa quando voltou à tona a tática de colar o discurso empresarial ao discurso do bem para o país. Portanto, a ação empresarial já observada em outros contextos é percebida, certamente com suas particularidades também para o período final da ditadura brasileira, onde novas formas de organização são articuladas. Nesse período a divulgação II Plano Nacional de Desenvolvimento -PND, no ano de 1976 ainda no governo de Ernesto Geisel, provoca um distanciamento de parte do empresariado do então aliado governo militar. Esse plano ampliava a participação do Estado na economia, bem como, reduzia drasticamente a participação da elite empresarial nas discussões e tomada de decisão. A historiografia brasileira apresenta diversas análises para esse momento delicado da relação Estado – empresariado, porém como destaca CODATO (1997, p. 258-284), enfatizando em sua análise, as proximidades e divergências das idéias de Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Luiz Carlos Bresser Pereira, Carlos Lessa entre outros, a forma encontrada pela burguesia para superar o hiato existente entre o seu projeto de desenvolvimento e o projeto governamental foi que com a “presença direta nos próprios aparelhos de Estado, imaginava-se poderia deter o processo crescente de

Estatização da economia” (CODATO, 1997, p. 290). As diretrizes governamentais apresentadas a partir do II PND, portanto, estatizante e centrado em decisões que não levavam em conta os interesses de parcelas do empresariado, fez recrudescer a organização do empresariado nacional, que ainda aglutinava suas mobilizações nas grandes e tradicionais instituições (FIESP, FIRJAN e Associação Comercial de São Paulo).

Buscando fugir dessa forma de superação de suas dificuldades o empresariado no início dos anos 80 estruturou novos núcleos de organização, onde destacaram-se a Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos - CEDES, a Confederação Nacional de Instituições Financeiras, UB e a União Democrática Ruralista - UDR (DREIFUSS, 1989, p. 50). Estas estruturas de ação empresarial abriram novos canais de representação dos interesses do empresariado junto ao Estado e à sociedade. Porém como salientou DINIZ (1999, p. 32) essas instituições mantinham um discurso setorial que não abrangia a totalidade do empresariado. Para superar as divisões ainda existentes surgiram entidades como os ILs, o Instituto de Estudos para o desenvolvimento industrial – IEDI, e o PNBE. Estes focos de ação empresarial estruturaram um discurso mais abrangente, menos sectário, como por exemplo na questão da defesa do Estado mínimo e da livre iniciativa.

A implantação do II PND, no qual o projeto nacional-desenvolvimentista baseado na captura de créditos externos foi mantido, começa a apresentar suas conseqüências a partir de 1979, com o segundo “choque do petróleo”. Temos a partir de então o início de um período marcado pelas políticas de contenção inflacionária e de reformas estruturais que prolongar-se-iam, ao menos no que tange o primeiro tópico a 1994, ano de lançamento do Plano Real. Segundo PEREIRA (1998, p. 185), as transformações ocorridas nesse período tem entre suas causas “a crise do Estado” – ou seja, da crise fiscal, da crise do modelo de substituição de importações, e da crise da forma burocrática de administrar o Estado. De outro, foram o resultado das grandes alterações no campo social, político e ideológico que ocorreram simultânea e

correlacionadamente<sup>9</sup>. A partir de 1987, paralelamente às tentativas de controle inflacionário passam a serem operados as chamadas reformas estruturais na economia brasileira e na forma de gerenciamento da coisa pública (PEREIRA, 1998, p. 186). Porém, por toda a década de 1980 e início dos anos de 1990, a preocupação maior foi a inflação. Essa super exposição do problema inflacionário ocasionou um certo ofuscamento das outras alterações que se processavam no interior do Estado brasileiro, passando a impressão que estas não se realizavam ou que ocorriam num ritmo lento demais. Essa sensação de inércia quanto aos problemas estruturais foi alvo de críticas ferrenhas, em especial dos “ideólogos neoliberais e agentes econômicos interessados na reforma” (PEREIRA, 1998, p. 186).

Somando esses fatores à forma ainda autoritária utilizada desde o período militar quanto à elaboração e divulgação dos planos econômicos, percebemos que a sensação era que os empresários ainda estavam fora dos centros políticos de decisão. Tal realidade pode ser percebida quanto à receptividade do Plano Cruzado, o qual apesar de ter recebido apoio empresarial não foi defendido de forma incisiva (BIANCHI, 2001, p. 65-66).

A organização empresarial levada a efeito através da UBE, ILs, UDR, entre outros, far-se-á mais ativa e visível durante os trabalhos constituintes, 1987-1988, e na Revisão Constitucional de 1994.

Mas, se por um lado o empresariado obtém um sucesso apenas relativo no que se refere à participação nos planos econômicos elaborados ao longo da década de 1980, por outro, a associação de empresários e a política vai se tornando um elo cada vez mais forte com o lançamento de candidaturas próprias a cargos executivos e legislativos. Mas, como destacam DINIZ e BOSCHI (1989, p. 29) “trata-se de uma associação calcada em torno de interesses ligados à modernização capitalista do país, os quais, no entanto, não chegam a configurar um projeto de reconstrução.”

---

<sup>9</sup> Com relação às mudanças no campo social, político e ideológico, Bresser Pereira ressaltava o aumento da classe média e do número de pessoas com nível superior completo; a crise do modelo econômico pautado no nacional desenvolvimentismo; no crescimento das idéias neoliberais e também na globalização da economia – que de certa forma diminuiu a capacidade do Estado em intervir.



### 1.3 O NEOLIBERALISMO NO PARANÁ

Com o crescimento das idéias liberais no Brasil que se pautavam pelas reformas estruturais do Estado, a privatização e a abertura ao livre comércio, as quais ganharam, como já foi visto, espaço no final do governo Sarney, procurou-se conhecer em que momento as elites empresariais e políticas do Paraná regionalizaram tal discurso, buscando no atendimento de seus interesses, estarem afinadas com as correntes ideológicas que conquistavam espaço no cenário nacional e também internacional.

Além de buscar iluminar esse momento de mudança nas estratégias econômicas e políticas do Paraná, procurou-se identificar quem foram os principais líderes políticos e empresariais responsáveis por tais mudanças, bem como, suas principais idéias. Que estratégias se utilizaram para alcançar seus objetivos? Quem foram seus principais financiadores? Em que momentos estiveram ativos como grupo de pressão? E se exerceram tal função, qual o resultado obtiveram?

Ao tentar responder a estas questões que certamente são parte importante das grandes transformações pelas quais passaram o Paraná e o Brasil, ao longo das décadas de 1980 e 1990, período de atuação do IL-PR, foi necessário entender a dinâmica das mudanças e permanências da política econômica implantada nas décadas de 1950 e 1960 e que prevaleceu até os anos de 1980, ou pelo menos em grande parte deles.

Nesse sentido, os anos 1950 e 1960 são fundamentais na aplicação de uma política que visava um afastamento daquilo que era entendido como a dependência periférica para com o Estado de São Paulo através de uma política de industrialização e de crescimento sustentado pelo Estado. Por isso “a idéia central desse discurso é a de revelar o papel do governo que através de diversos órgãos deve-se colocar à frente das iniciativas subsidiando o desenvolvimento de um parque industrial local marcadamente formado por multinacionais.” (IPARDES, 1989, p. 90)

Seguindo essa orientação, surgiram as companhias de financiamento como a “Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), do governo do Estado, criada

em 1962, alavancada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) que ela geria, voltaram-se tanto para a criação de uma infra-estrutura propícia à industrialização, quanto para o financiamento direto às indústrias.” (OLIVEIRA, 2001, p. 49)

No início da década de 70, políticos e empresários se unem no projeto Cidade Industrial de Curitiba - CIC, que tem sua implementação a partir de 1973. (OLIVEIRA, 2001, p. 59)

Mas, como destaca OLIVEIRA (1995, p. 57), a partir das idéias de LEVY<sup>10</sup>, ao analisar a relação entre o grupo de urbanistas do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e o empresariado “é sabido que desde meados da década de 60, começou a forjar-se entre as elites dirigentes locais uma estratégia de desenvolvimento baseada precisamente na execução de políticas agressivas de atração de investimentos industriais.” Nesse sentido, a CIC representa um dos mais marcantes exemplos dessa união no Paraná. União que se verificará de forma mais ampla e explícita nos oito anos (1995-2002) de Jaime Lerner à frente do governo estadual.

Na década de 1980 a economia paranaense passou por um processo de diversificação onde a agroindústria ainda representava grande parcela do Produto Interno Bruto - PIB, porém é acompanhado pelo crescimento de outros setores como a indústria de transformação.

Mas, apesar da diversificação econômica, a idéia de atração de parques industriais ainda se mantinha na elite dirigente do Estado, como se pode perceber na fala de Francisco Fernando Fontana em 1980, então secretário da Indústria e Comércio do governo Ney Braga e posteriormente membro e presidente (1993) do IL-PR e presidente do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS (2001-2002) na gestão Fernando Henrique Cardoso na presidência da República:

---

<sup>10</sup> LEVY, E. Olhando para trás: 40 anos de planejamento urbano em São Paulo. In: Espaço e Debates nº 15, 1985, p. 44.

Além dessa preocupação com a agricultura, o estado do Paraná tem uma localização privilegiada. Tem mercado. Com dinheiro. Tem matérias-primas. Então houve industrialização oriunda desse conjunto de circunstâncias que fez com que o Paraná pudesse, com apoio do governo dar até apoio político. Às vezes, o empresário não sabe os caminhos menos complicados para conseguir isenção de imposto de importação junto ao FINAME. Os órgãos tem dado esse apoio a todo empresário que quer vir se localizar no Paraná. (QUEM, 1980, n.º 24)

Com a redemocratização permitida pelos militares, onde destacaram-se a reintrodução da pluralidade partidária e a volta dos exilados políticos, em 1982 ocorreram eleições para governadores dos estados que não se realizavam desde 1965.

Nessa eleição, o Paraná e mais nove estados votam em candidatos da oposição: Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

José Richa, do PMDB, é eleito governador no Paraná e altera a dinâmica econômica paranaense dando ênfase à agroindústria e alterando o discurso até então utilizado pelo Executivo paranaense, que pautava-se pela atração de multinacionais.

O discurso liberal privatizante só voltará a ocupar espaço no final do governo Álvaro Dias quando a crise de financiamento público baseada no modelo keynesiano se abate tanto sobre o governo federal, quanto a estados e municípios, em especial a partir de 1988 quando fica claro tanto para a classe política, quanto para a sociedade, tal esgotamento.

No Paraná a propaganda em torno da necessidade de modernizar o Estado, fortalecer a economia de livre câmbio para poder estar apto a enfrentar os novos desafios que a economia mundial estava a requerer, vem naquele momento incorporada no eixo de um discurso que traz como base a **contenção de despesas**. MAGALHÃES (1999, p. 56) ao analisar esse período do governo Álvaro Dias destaca que “apesar dessas medidas poderem ser hoje vistas como de inspiração neoliberal, sua *rationale*, era outra. Após referir-se sucintamente àquelas que já haviam podido ser implementadas, na Mensagem à Assembléia Legislativa de 1989, Dias deixa claro as preocupações que as haviam provocado, ao dizer: Falamos em contenção de despesas.” Este

redirecionamento das funções do Estado podem ser percebidas nas reformas administrativas levadas a efeito pelo então governador. Num primeiro documento sobre as tais reformas, o governo Álvaro Dias aponta várias empresas que poderiam ser privatizadas ou simplesmente fechadas:

A extinção de duas empresas (Mineração do Paraná S.A. e Empresa Paranaense de Turismo), da Fundação Educacional do Paraná – Fundepar, da Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental – SUCEAM, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e de diversos órgãos locais das áreas fazendária e educacional. Propunham-se também, a realização de estudos objetivando a racionalização das atividades da Secretaria de Cultura, a passagem das atividades de diversas secretarias para o setor privado, ou para os municípios, bem como, a extinção da Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, da área de saúde, e da Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR. (MAGALHÃES, 1999, p. 55-56)

O novo discurso propagado na gestão Álvaro Dias está inserido no processo que ocorria no país quando por:

Pressões econômicas e políticas dos meios financeiros internacionais pela adoção de medidas corretivas por parte das nações devedoras e um sentimento de urgência em face do agravamento da crise combinaram-se para definir, como prioridades máximas da agenda pública, políticas de estabilização acopladas a reformas estruturais, aí incluindo o fortalecimento da economia de mercado e o abandono de antigas utopias. (DINIZ, 1999, p. 37)

Para comandar o Estado no período de 1990-1994 foi eleito o ex-prefeito de Curitiba, Roberto Requião, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, que derrotou em segundo turno o candidato “collorido” José Carlos Martinez (PRN). Requião é um velho conhecido dos empresários paranaenses ligados à Jaime Lerner, Cássio Taniguchi e ao projeto CIC, em especial por suas idéias estatizantes, desde que “em 1987, quando o Sindicato dos Transportadores, entre outros, se uniu sob a égide da ACP contra o projeto de “estatização” dos transportes coletivos levados a cabo pelo deputado estadual e futuro prefeito Roberto Requião (PMDB)”

(OLIVEIRA, 1995, p. 216).

Nesse sentido a eleição de Requião à prefeitura de Curitiba, derrotando o candidato Jaime Lerner, é contemporânea da criação do IL-PR (1987), fator que pode não ser decisivo, mas que certamente contribuiu para que o empresariado percebesse a necessidade de organizar-se para melhor defender suas concepções sobre o livre mercado e a desestatização.

Em 1990 a eleição de Requião para o governo do Estado retardou o avanço liberal visto que o governador eleito priorizou programas pautados pelo investimento público centralizado como o Panela Cheia e o Bom Emprego, engavetando muitas das idéias de privatização e enxugamento da máquina pública que haviam surgido na gestão anterior.

Em abril de 1994, o então governador licenciou-se para concorrer à uma vaga ao Senado Federal. Em seu lugar assumiu no dia 02 de abril, o vice-governador Mário Pereira. Engenheiro elétrico, Mário Pereira ingressou no PMDB ainda nos anos de 1970, elegendo-se deputado estadual em 1982, sendo reeleito em 1986.

Ao assumir a chefia do Poder Executivo do estado do Paraná, Mário Pereira lançou um programa chamado Pró-Paraná, que tinha como objetivo principal estruturar o Estado para o recebimento de novas indústrias mediante incentivos fiscais. Este projeto buscava colocar o Estado numa posição mais agressiva diante da concorrência de outros Estados, que buscavam semelhantes fins. Era o início da chamada Guerra Fiscal, na qual o Paraná teve atuação destacada, obtendo através desse recurso a implantação de diversos parques industriais. Esta política foi foco de diversos e graves conflitos entre os principais Estados da federação. Este programa teve à sua frente o ex-presidente da Volkswagen e Autolatina (junção da Volkswagen com a Ford), Wolfgang Sauer, um dos homens fortes do setor automobilístico brasileiro. Nas palavras do ex-governador Mário Pereira, “ele veio aqui, ficou meses conosco, desenvolvendo propostas, propostas de incentivos fiscais e outros tipos de incentivos que pudessem atrair investimentos.”(FARIA; SEBASTIANI, 1997, p. 287)

Tal projeto, tendo um ex-presidente da Autolatina como principal consultor,

certamente não poderia deixar de render bons frutos para as montadoras, inclusive a Volkswagen, que posteriormente instalou seu parque industrial da Audi na cidade de São José dos Pinhais. O projeto marca o retorno das idéias liberais, defendidas pelo IL-PR, como livre mercado, privatização e principalmente apoio ao empresariado. Este programa que teve como eixo principal os incentivos fiscais, apesar de ter sido concebido na administração peemedebista de Mário Pereira, alcançou seu auge na gestão Jaime Lerner onde empresas como Chrysler, em abril de 1998; Renault em dezembro de 1998, e a Audi-Volkswagen, em janeiro de 1999, instalaram parques industriais no Estado, além de um grande número de empresas fornecedoras de autopeças. O destaque dado ao ramo automobilístico era justificado pelos administradores públicos em virtude de que “ela é uma indústria estratégica, com muitos encadeamentos para frente e para trás, o que justifica um tratamento especial.” (PEREIRA, 1998, p. 189)

No início do plano os industriais paranaenses ficaram “animados” com o Movimento Pró-Paraná, ao qual deram total apoio. Mas logo perceberam que as verbas e incentivos oferecidos pelo Estado não eram para todos, muito menos para as indústrias já instaladas.

O discurso de remodelação das funções do Estado atingem seu auge com a ascensão do ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, à governador de Estado, quando vence as eleições de 1994, já no primeiro turno.

Entre as medidas tomadas por este governo e que de certa forma caracterizam-se por serem de cunho liberal, pode-se destacar a criação de inúmeras entidades não-governamentais para cuidar de assuntos antes de responsabilidade de secretarias estaduais: Paraná Educação, Paraná Cidade, Paraná Turismo, entre outras. Além disso, aprofundou o processo de venda de estatais de energia elétrica e água, bem como, do banco do Estado – Banestado. Estas mudanças alteraram substancialmente a função do Estado, no Paraná. A capacidade de investimento foi quase anulada sendo repassada a empresas terceirizadas a função de fomento, numa clara guinada para o Estado mínimo. É interessante destacar que a estrutura administrativa e técnica foi mantida

paralelamente ao surgimento das instituições não-governamentais: Paraná Educação e Secretaria de Estado da Educação, Paraná Tecnologia e Secretaria de Ciência e Tecnologia, etc., onerando portanto duplamente os cofres públicos que tinham que arcar com os salários dos funcionários e estrutura física e ainda remunerar os serviços da empresa criada e contratada.

Talvez ironicamente o liberalismo aplicado por esse governo possa ser denominado de “liberalismo invertido” pois os cofres públicos são duplamente exigidos.

Matérias de imprensa divulgadas nos dois primeiros anos de governo dão algumas pistas sobre a natureza e o caráter da sua administração.

Lerner reiterou os compromissos assumidos em campanha...destacou o papel do empresariado na administração através de parcerias para o fomento industrial e a geração de empregos. (GAZETA DO POVO, 07 dez. 1994, p. 56)

...Paraná Desenvolvimento, uma companhia de capital aberto destinada a entrosar iniciativas privadas e governamentais, e projetar as realizações do governo paranaense, nacional e internacionalmente.

(...)

...secretário da Indústria, do Comércio e do Desenvolvimento Econômico, Kalil Cury Filho. Ele está deixando a pasta para assumir a direção executiva desta empresa (leia-se Paraná Desenvolvimento), criada pelo ex-ministro Karlos Rischbieter...Por coincidência ou não, as empresas mais interessadas na sua formação são as colaboradoras da campanha de Lerner, como Inepar, CBPO e a Refrigeração Paraná. (GAZETA DO POVO, 22 jun. 1995, p. 7)

O governo do Paraná, quer a participação do setor privado nos projetos de privatização e concessões, no sentido de que o estado saia na frente nas questões relacionadas às administrações das ferrovias, portos e estradas de rodagem. (GAZETA DO POVO, 18 abr. 1995, p. 7)

Dos ativos membros do IL-PR que ocuparam cargos no primeiro escalão do governo Lerner, destaca-se a presença de Reinhold Stephanes Júnior como secretário da Administração e de José Carlos Gomes de Carvalho como secretário do Emprego e Relações do Trabalho.

Portanto, é dentro de um contexto de mudanças estruturais na organização do Estado, que o IL-PR conseguiu se constituir, reunindo empresários, profissionais liberais e executivos, tendo como principal idéia a divulgação do liberalismo.



## **2 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ E SUA HISTÓRIA**

### **2.1 O SURGIMENTO DOS INSTITUTOS LIBERAIS NO BRASIL**

Como já foi visto, ao longo da segunda metade da década de 1980 os governos brasileiros passaram a adotar políticas voltadas à defesa de livre mercado e da concorrência em substituição ao projeto econômico do estatal-desenvolvimentismo aplicado desde a Era Vargas (1930-1964).

O momento da mudança ocorre ao final do governo Sarney, quando uma série de fracassados planos econômicos levam à mudança da equipe que comandava o Ministério da Fazenda, resultando num redirecionamento ideológico. “Após a saída do ministro Bresser Pereira removeram-se as barreiras a uma aproximação maior às propostas do chamado Consenso de Washington.” (DINIZ, 1999, p. 112)

Mas, mudanças de pensamento nas estruturas governamentais ocorridas no final dos anos de 1980 devem ser entendidas como reflexos não apenas de equipes econômicas, pensamentos e doutrina, mas também como fato decorrente de uma estruturação permanente, complexa e enraizada de vários grupos, em especial de empresários, favoráveis à idéia de livre mercado e redução da intervenção estatal. Como destaca DINIZ e BOSCHI (1989, p. 29), “verifica-se um estreitamento dos vínculos empresariais com segmentos de uma nova tecnocracia que passa a ocupar posições centrais no aparelho do Estado...”. Essa reaproximação do empresariado com o Estado acontece num momento posterior àquele apresentado por DREIFUSS (1989, p. 44-45), no qual a elite empresarial após ser alijada do poder decisório durante a fase final do regime militar busca se readaptar reorganizando suas estruturas, se moldando para o jogo democrático, que se apresentava aos empresários como um desafio, pois há décadas eles possuíam acesso privilegiado às decisões do Estado. A classe empresarial manteve seus canais tradicionais de negociação como a FIESP e a FIRJAN, mas passou a organizar outras estruturas que tinham por objetivo possibilitar a divulgação das idéias da classe.

Entre estas novas estruturas destacam-se a CEDES, a CNF; a UB e o IL, tema principal deste trabalho.

Os ILs surgiram no Brasil em 1983, com a fundação, no Estado do Rio de Janeiro, do IL-RJ. Os ILs se organizaram de forma regionalizada, de tal maneira que após o surgimento do instituto carioca, vários outros são criados nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Bahia, Brasília e Minas Gerais.

Os ILs foram criados tendo como objetivo principal a divulgação do liberalismo. Mas, ao longo dos anos os institutos também passaram a formular propostas setoriais para temas como Previdência Social, saúde, educação, energia, indústria, capital estrangeiro e Mercosul, participando de forma ativa na Assembléia Constituinte de 1987-1988 e apresentando propostas à Reforma Constitucional de 1994, como ver-se-á mais adiante.

Representantes de vários estados brasileiros reunidos na cidade do Rio de Janeiro elaboraram a “Declaração do Rio de Janeiro” (CONSELHO NACIONAL DOS INSTITUTOS LIBERAIS, 1990<sup>11</sup>), na qual explicitaram os princípios norteadores comuns dos institutos espalhados pelo país:

Os Institutos Liberais, reunidos na cidade do Rio de Janeiro, declaram que:

1. Trabalham na difusão dos princípios do liberalismo, que consideram os mais eficazes para a promoção do bem-estar moral e material dos indivíduos, para a superação das desigualdades e para a eliminação dos privilégios existentes na sociedade brasileira;
2. Estão convencidos de que a atualidade e a modernidade dos princípios liberais permitem a sua adoção por todos os segmentos da sociedade nacional comprometidos com a realização do Estado de direito;
3. Entendem o liberalismo não como um dogma, mas como um conjunto de princípios capazes de inspirar ações no sentido de mudança social. Esses princípios

---

<sup>11</sup> Buscando unificar a ideologia e a ação dos vários Institutos Liberais fundados nos estados, foi realizado, em 1990, na cidade do Rio de Janeiro, um encontro entre as principais lideranças liberais do Brasil. Deste encontro surgiu, então, a Declaração do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br> Acesso em 30 jan. 2002.

privilegiam o indivíduo e não o Estado, e defendem a primazia da associação autônoma e voluntária dos cidadãos sobre as formas de organização impostas pelo Estado;

4. São independentes de partidos políticos e não tem qualquer relação de subordinação com organizações internacionais, ainda que a semelhança de denominação possa sugerir aproximações no terreno de ação.

A Declaração do Rio de Janeiro indica quais os principais fins a que se destinava a criação de um Instituto Liberal, e o Conselho Nacional dos Institutos Liberais elaborou a Carta de Princípios. Este documento pode ser considerado como a base teórica pela a qual os liberais no país tinham como foco de ação:

#### Princípios dos Institutos Liberais:

1. O direito à vida e o direito à liberdade são inerentes à condição humana, atributos inalienáveis que não podem ser negados pela legislação;

2. A liberdade é o fundamento do Estado de direito, que constitui a modalidade de associação política mais adequada para a implantação da justiça e a única forma de organização jurídica capaz de permitir a convivência harmoniosa dos indivíduos. O Estado de direito caracteriza-se por:

a) Não conceder privilégios a ninguém, assegurando, assim, a igualdade de todos perante a lei, o que implica que nenhum cidadão pode invocar sua condição econômica, social ou política para furtar-se ao cumprimento da lei;

b) Assegurar aos cidadãos o governo da lei em lugar do governo dos homens, partidos ou facções, e a cada indivíduo – desde que respeitados os direitos e a liberdade alheios e independentemente de sua raça, de seu sexo, de sua religião e de sua convicção política – a possibilidade de dispor livremente dos bens materiais e culturais produzidos por seu próprio esforço;

c) Facultar aos cidadão o livre e imediato acesso aos tribunais encarregados de administrar a justiça, garantindo a todos um processo equânime;

d) Garantir, pelo estabelecimento de condições institucionais, a vigência da liberdade no terreno econômico, ensejando, a quantos queiram produzir e trabalhar, o livre acesso ao mercado, acesso que não pode ser cerceado por privilégios econômicos de qualquer natureza ou exigências legais e administrativas discriminatórias. Cabe ao mercado harmonizar as ambições e premiar, pelo lucro, o desempenho;

e) Reconhecer a propriedade privada como condição fundamental para que os indivíduos possam exercer plenamente o seu direito à vida, à liberdade política e econômica e à busca da felicidade;

f) Permitir que os acordos e divergências que ocorram no campo das relações do trabalho sejam tratados e resolvidos de maneira autônoma pelas partes;

3. A escolha dos que irão exercer as funções de governo deve ser feita pela via democrática. Para tornar efetiva a democracia, é indispensável que haja a liberdade de organização partidária e a realização periódica de eleições livres. A democracia só terá vigência plenamente assegurada quando forem aperfeiçoados os seus mecanismos representativos possibilitando a cada cidadão e aos grupos sociais participar da tomada das decisões políticas e do controle dos atos de governo que possam pôr em perigo a liberdade e os direitos individuais;

4. É necessário respeitar o princípio do federalismo, segundo o qual a União não deve realizar o que pode ser adequadamente feito pelos estados federados, nem esse o que puder ser da alçada municipal. Pelo mesmo motivo, os municípios não devem assumir o que puder ser feito pelas comunidades e essas não devem responsabilizar-se pelas atividades que podem ser adequadamente exercidas pelos indivíduos;

5. O desenvolvimento realizado com base na alocação de recursos por meio do mercado é o processo que permite aos cidadãos aperfeiçoar-se cultural e profissionalmente e usufruir de qualidade de vida progressivamente melhor.

O desenvolvimento econômico assim entendido deverá ser conduzido, no quadro do Estado de direito, pelos indivíduos que produzem riqueza, e não orientado por decisões estatais de caráter econômico e organizatório.

(Instituto Liberal - os primeiros 10 anos: 1983 - 1993)

Apesar de seguirem princípios comuns e terem como coordenador o Conselho Nacional dos Institutos Liberais, os institutos regionalizados tinham de buscar seus próprios mantenedores, em princípio seus próprios fundadores, e podiam escolher as melhores estratégias na divulgação do liberalismo (Instituto Liberal - os primeiros 10 anos: 1983 – 1993, 1993, p. 4).

Os ILs no Brasil caracterizaram-se por terem sido fundados e dirigidos por empresários, como destaca GROS (2002, p. 153) em seu estudo sobre os Institutos Liberais no Brasil, com ênfase no instituto paulista e carioca, diferentemente de outros

países nos quais institutos e associações semelhantes eram dirigidos por professores, intelectuais, entre outros. “Entretanto não são definidos como associações de empresários, pois não defendem interesses classistas ou corporativos e sim, uma concepção de sociedade baseada na liberdade individual e na supremacia do mercado.” (GROS, 2002, p. 153). Esta característica dos ILs no Brasil segue uma tendência já apresentada por Useem, no qual é proeminente a participação dos *managers*, diretores e executivos de grandes corporações econômicas nos grupos de divulgação econômica ou ação política “First, the bulk of its members are fulltime senior managers of large corporations, second, the network encompasses nearly all important companies, and, third, the links are dispersed in a fashion favorable to classwide integration.”(USEEM, 1984, p. 38)<sup>12</sup>

Os meios utilizados pelos ILs para atingir seus objetivos foram, especialmente, a publicação de livros, panfletos, a realização de palestras, cursos, colóquios, debates, seminários e conferências. Nos quadros 1 e 2 é possível observar alguns dos títulos de autores nacionais e estrangeiros publicados pelos ILs.

---

<sup>12</sup> Primeiro, a grande maioria dos seus membros são gerentes experientes com muito tempo em grandes corporações, segundo, a rede de trabalho inclui praticamente todas as companhias importantes, e, terceiro, as ligações estão dispersas em uma conformação favorável para a interação no âmbito da classe.

## QUADRO 1 - LIVROS DE AUTORES ESTRANGEIROS QUE FORAM PUBLICADOS PELOS ILs

continua

Autor	Título
Alain Peyrefitte	A sociedade de confiança
Arthur Seldon	O dilema da democracia
Ayn Rand	A nascente
Ayn Rand	A virtude do egoísmo
Ayn Rand	Quem é John Galt?
Bernard H. Siegan	Como elaborar uma constituição para uma nação ou república que está despertando para a liberdade
Bertrand de Jouvenel	A ética da redistribuição
Bruno Leoni	Liberdade e a lei
Carlos J. da Costa	Telecomunicações: passaporte para a modernidade
Cento Veljanovski	A economia do direito e da lei
David J. Pyne	Cortando os custos do crime: a economia do crime e da justiça criminal
David Parker e Ralph Stacey	Caos, administração e economia
David Simpson	O fim da macroeconomia
Deepak Lal	A pobreza das teorias desenvolvimentistas
Deepak Lal	O Salário Mínimo não ajuda os pobres
Dixy Lee Ray e Lou Guzzo	Sucateando o planeta
Douglas C. North	Custos de transação, instituições e desempenho econômico
E. Bohm-Bawerk	A teoria da exploração do socialismo comunismo
Eamonn Butler	A contribuição de Hayek às idéias de nosso tempo
Eduardo Mayora Alvarado	Teoria constitucional para uma sociedade livre
F. A Hayek	O caminho da servidão
Frank Knight	Inteligência e ação democrática
Frédéric Bastiat	A lei
Friedrich A Hayek	Desestatização do dinheiro
Gabriel Zanotti	Epistemologia da economia
Geoffrey Wood	Falácias econômicas
Guy Sorman	À espera dos bárbaros
Guy Sorman	A nova riqueza das nações
Guy Sorman	A solução liberal
Guy Sorman	Sair do socialismo
Henry Hazlitt	Economia numa única lição
Israel M. Kirzner	Competição e atividade empresarial
James D. Gwartney e Richard Stroup	O que todos deveriam saber sobre economia e prosperidade
James M. Buchanan	Custo e escolha - uma indagação em teoria econômica
Jo Kwong	Mitos sobre política ambiental
John Blundell e Colin Robinson	Regulação sem o Estado
Ken Shoolland	As aventuras de Jonas, o ingênuo
Leonardo Peikoff	Objetivismo - a filosofia de Ayn Rand
Ludwig Von Mises	Ação humana
Ludwig Von Mises	A mentalidade anticapitalista
Ludwig Von Mises	As seis lições
Ludwig Von Mises	Intervencionismo - uma análise econômica

QUADRO 1 - LIVROS DE AUTORES ESTRANGEIROS QUE FORAM PUBLICADOS PELOS ILs  
conclusão

Autor	Título
Ludwig Von Mises	Uma crítica ao intervencionismo
Luis Pazos	Como sair da crise
Luis Pazos	O reizinho populista
Michael Novak	O fogo da invenção, o combustível do interesse: sobre a propriedade intelectual
Murray N. Rothbard	Esquerda e direita
Murray N. Rothbard	O essencial Von Mises
Nathanael Left	Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil
Ortega y Gasset	Meditação sobre a técnica
Paul Johnson	Tempos modernos
Richard L. Stroup e John C. Goodman	Ecologia Inteligente
Terry L. Anderson e Donald R. Leal	Ecologia de livre mercado
Yves Cannac	O justo poder

FONTE: Instituto Liberal

NOTA: Quadro extraído de: GROS, D. B. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Campinas, 2002. 242 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

QUADRO 2 - AUTORES NACIONAIS MAIS PUBLICADOS PELOS INSTITUTOS LIBERAIS

Autor	Assunto	Referências
Antônio Paim	teoria, divulgador	Dr. filos., prof. Univ. Gama Filho RJ
Cândido Mendes Prunes	reforma agrária	adv., Dr. Direito Econ, Conselho Editorial Think Tank
Diogo Figueiredo Moreira Neto	monopólios estatais, privatização	Diret. Inst. Atlântico, procurador, prof. Direito
Donald Stewart Jr.	divulgador (morreu em 1999)	empresário, fundador e pres. Instituto Liberal/RJ; Conselho Adm. Think Tank; ESG
Eduardo Gianetti da Fonseca	teoria, divulgador	Dr. Econ, prof. USP
Fernando Zanella	teoria, divulgador	prof. Econ. Unisinos, Dir. técn. IL/RS
Jacy de Souza Mendonça	divulgador	presidente Instituto Liberal/SP (prof. Filos. do direito)
Jorge Viana Monteiro	teoria, divulgador	prof. Econ. PUC/RJ
José Luiz de Carvalho	meio ambiente, educação	prof. Eco. Univ. Santa Úrsula, PGE/FGV, Conselho editorial de Notas (IL/RJ), Conselho Editorial Think Tank
José Osvaldo de Meira Penna	teoria, divulgador	Embaixador, prof. UNB, pres. Instituto Liberal Brasília, Conselho Editorial Think Tank até 1998
Luis Alberto Machado	divulgador	prof. Econ. FAAP, Diretor IL/SP
Ney Prado	relações de trabalho	jurista, cient. político, ex vice-pres. IL/SP, Conselho Editorial Think Tank
Og Francisco Leme	teoria, divulgador	filós., sociol, econ, Dir IL/RJ, Assoc. Comere. RJ, Conselho Editorial Think Tank
Ricardo Velez Rodrigues	teoria, divulgador	filósofo, prof. Univ. Gama Filho
Roberto Campos	teoria, divulgador	senador
Roberto Fendt Jr.	teoria, divulgador	econ, ex. diretor Funcex, vice-pres. IL/RJ, Conselho Editorial Think Tank
Roberto Konder Bornhausen	divulgador	UNIBANCO, pres. FEBRABAN, Conselho IL/SP, Conselho Admin. Think Tank
Ubiratan Borges Macedo	teoria, divulgador	Dr. filos., prof. Univ. Gama Filho e na ESG
Ubiratan J. Iorio de Souza	teoria, divulgador	Dr. Eco, prof. Univ. Sta Úrsula e IBMEC, colab. IL/RJ

FONTE: Idéias Liberais - IL SP, 1993-2001; Ensaios e Artigos - IL/RJ; Pontos de Vista - IL/RJ; Think Think Tank - IL/SP

NOTA: Quadro extraído de: GROS, D. B. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Campinas, 2002. 242 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.



Apesar de um dos itens constantes na Declaração do Rio de Janeiro destacar que os institutos são alegadamente “independentes dos partidos políticos e não têm qualquer relação de subordinação com organizações internacionais, ainda que a semelhança de denominação possa sugerir aproximações no terreno da ação” (CONSELHO NACIONAL DOS INSTITUTOS LIBERAIS, 1990<sup>13</sup>), GROS (2002, p. 158) atenta para o fato de que formas variadas os institutos mantêm vínculos com mais de quarenta think tanks norte-americanos e latino americanos. Além disso funcionam também como um canal de divulgação das atividades dessas organizações estrangeiras.

Dentre as várias organizações com as quais os ILs mantiveram contato destacaram-se: Cato Institute, Heritage Foundation, Atlas Foundation, Fraser Institute, Liberty Foundation e o Institute of Economic Affairs (INSTITUTO LIBERAL DO RIO DE JANEIRO, 2002), além da Sociedade Mont Pèlerin, da qual Donald Stewart Jr., que era membro do IL-RJ e um dos mais ativos liberais do Brasil, participava regularmente.

Vinte anos após o lançamento do primeiro Instituto Liberal ainda permanecem em atividade sete deles: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Brasília.

---

<sup>13</sup> Id.

## 2.2 INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ: PRINCIPAIS LIDERANÇAS

Em fins de 1987 um grupo de empresários paranaenses fundou o IL-PR, mais precisamente no dia 02 de dezembro subscrevem o estatuto social da entidade: Cleverson Marinho Teixeira, José Eduardo de Andrade Vieira, José Luiz Osti Muggiati, Marcos José Olsen, Orlando Otto Kaesemodel Filho, Renato Campos, Roberto Demeterco e Sérgio Marcos Prosdócimo e sete dias mais tarde num almoço, no dia 09 de dezembro de 1987 (GAZETA DO POVO, 11 dez. 1987, p. 12) o empresariado paranaense, já em número de vinte, lançava o que seria a mais bem sucedida e estruturada organização surgida em defesa da livre iniciativa e das leis de mercado no estado do Paraná.

Internamente o IL-PR se organizava em Conselho de Mantenedores, Diretoria Executiva, Conselho Consultivo e Conselho Doutrinário. Quanto aos associados podiam ser sócios contribuintes, sócios colaboradores e sócios participantes.

O Conselho de Mantenedores era o órgão superior da administração do IL-PR. Cabia a ele estabelecer a orientação geral do Instituto definindo sua linha de atuação cultural, administrativa e técnica a ser seguida pela Diretoria Executiva.

A Diretoria Executiva era o órgão responsável pela gestão operacional do Instituto. Já o Conselho Consultivo tinha como atribuições assessorar os Mantenedores quanto às orientações básicas a serem seguidas. Aos membros do Conselho Doutrinário cabia a responsabilidade pela elaboração de artigos e textos para jornais e revistas, bem como pela participação em entrevistas em rádio e TV, reuniões, seminários e também pela preparação de embasamento teórico sobre o pensamento liberal. Para verificar a composição de algumas diretorias ver anexo 2.

A criação do IL-PR demonstra não apenas o crescimento do ideário liberal entre os empresários, mas também a necessidade da criação de outros canais de representação da classe além das já tradicionais FIEP e ACP.

No caso da ACP, estudada por Isabel Couto no período de 1990-1998 há um claro direcionamento para a defesa de “grandes entendimentos entre a classe

empresarial e a sociedade em geral, preconizando que os empresários deveriam dar mais atenção aos problemas nacionais.” (Couto, 1998, p.46). Pensamento que difere daquele que norteou o IL-PR e que influenciou certamente a explosão de entidades empresariais no Paraná: IL, GISEP, Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, entre outras.

Entre seus mais conhecidos membros destacaram-se Roberto Demeterco (Mercadorama), Fernando Fontana (Moinhos Unidos Brasil-Mate), Darcy Casagrande (Estil Móveis e Decorações), Loric Probst (Voupar), Luiz Ernesto Bley (Voupar), Eduardo Aischinger (Minerva Dimax), Wilson do Rosário (Paraná Equipamentos), Ruy Sampaio (Corujão), Rui Demeterco (Mercadorama), Cleverson Marinho Teixeira (Advogado), José Pio Martins (Grupo Positivo), Oriovisto Guimarães (Grupo Positivo), Sérgio Marcos Prosdócimo (Refripar), José Luiz Osti Muggiati (Bamerindus), Marcos José Olsen (Olsen Veículos), Renato Campos (Slaviero Hotéis), Antonio Carlos Romanoski (Refripar), Jair Euclides Capristo (Bamerindus), Estefano Ulandowski (Advogado), Cláudio Francisco Tolentino (Eletrofrio), Eduardo Guy de Manoel, Rogério Macedo Bório, José Eduardo de Andrade Vieira (Bamerindus), Maria Christina de Andrade Vieira (Bamerindus) Atilano de Oms Sobrinho (Inepar), Álvaro Luiz Camargo (Advogado), Mário Tureck (Servopa Veículos), José Carlos Gomes de Carvalho (Servopa Veículos), Paulo Afonso Maranhão Faria (Siemens), Angelo Volpi Neto (Cartorário).

O IL-PR tinha como coordenador Roberto Demeterco, empresário que junto com dois irmãos administrava a rede de mercados Mercadorama. Também foi presidente da Associação Paranaense de Supermercados – APRAS no período de 1982-1988, e membro do Conselho Permanente da entidade, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS, membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná - ACP e, por fim, vice-presidente, e posteriormente presidente, do Conselho Nacional dos Institutos Liberais do Brasil. A rede Mercadorama passou ao controle da portuguesa SONAE, que detém grande fatia do varejo no sul do país. O empresário Roberto Demeterco, após vender a marca

“Mercadorama”, atua na área de logística. A nova empresa da família Demeterco é a Standard Logística, aberta em sociedade com a família Markakis, ex-dona da rede de supermercados Cândia, de São Paulo. A nova empresa, se propunha a levar os produtos dos clientes das fábricas até as lojas, mantendo, para isso, uma frota de caminhões e armazéns frigoríficos. O interessante nesta união foi que as duas ex-redes supermercadistas nacionais foram compradas pela lusitana SONAE (FOLHA DE SÃO PAULO, 1999). A união das duas redes varejistas e a mudança de setor vislumbra a percepção de ambas quanto à oligopolização crescente do setor supermercadista brasileiro ao longo da década de 1990 e que trouxe um conseqüente aumento de custos para manter-se no setor. Além da questão das transformações enfrentadas pela área no país, a experiência, conhecimento e contato, tanto da família Demeterco, quanto da família Markakis, com antigos fornecedores, hoje clientes, é um fator facilitador e de grande relevância quando observados os custos de entrada em um novo setor (PORTER, 1997, p. 322), fatores estes que certamente influenciaram na decisão de vender duas importantes redes de supermercados quando pensamos em termos estaduais. Por outro lado, os sucessivos congelamentos de preços impostos aos varejistas pelos governos Sarney e Collor fez, destes agentes econômicos, adeptos entusiasmados do liberalismo.

Outro membro era José Eduardo de Andrade Vieira, presidente do Grupo Bamerindus, quinto maior grupo privado do Brasil, de acordo com o ranking da Gazeta Mercantil 1988/1989, eleito em 1989 pela mesma pesquisa um dos dez empresários mais influentes do Brasil, e um dos maiores defensores da participação do empresariado na política, não somente como financiador de campanhas eleitorais mas, também, na disputa eleitoral a cargos do Executivo e do Legislativo. Senador do Estado do Paraná no período de 1990-1998, foi presidente do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB no Paraná, Ministro da Indústria e Comércio no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, entre outros cargos de destaque. O confisco de 90% do meio circulante e a interrupção do lucro previsto pela inflação também devem ter pesado na adesão aos ideais liberais.

José Eduardo de Andrade Vieira e sua trajetória ao longo dos anos de 1980 e 90 certamente ilustram de forma clara e ao mesmo tempo irônica o processo vivido pelos fundadores do IL-PR e, porque não, pelo próprio instituto que ao defenderem a livre iniciativa e o livre mercado perderam o status político e o poder econômico que detinham antes da aplicação ampla das próprias idéias que defendiam.

O banqueiro, um dos líderes do instituto e liderança empresarial de destaque no cenário regional e nacional, defendeu, por toda a existência da instituição, a participação efetiva do empresariado na política, candidatando-se ele próprio, a cargos eletivos.

Quando do recebimento do troféu “o banqueiro do ano”, em 22 de dezembro de 1987, premiação do Jornal Diário Popular, Andrade Vieira, em um discurso norteado pela defesa da participação empresarial na política, disse:

Eu acuso o empresariado de omissão (...). Tenho participado de encontros com empresários e lhes digo que não adianta ficar pregando a livre iniciativa entre empresários. É preciso que cada um tente transmitir essas idéias a seus funcionários, depois para os estudantes, para convencê-los de que a livre iniciativa é melhor. Falar de livre iniciativa de empresário para empresário é chover no molhado. (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1987, p. 12)

O terceiro membro a ser destacado é Sérgio Marcos Prosdócimo, um dos proprietários da Refrigeração Paraná, classificada em 1990 como a 139ª empresa do país de acordo com a Revista Gazeta Mercantil (GAZETA MERCANTIL, 1990) tendo também atuação destacada no IL-PR.

Sérgio Marcos Prosdócimo, juntamente com mais três sócios – Antonio Carlos Romanoski (presença permanente nos diretórios do IL-PR e membro do Conselho Superior da ACP), Luiz Baeta Vieira e August J. Vanhazenbrouck, através da Umuarama Holding, detinham 58% do controle da Refrigeração Paraná S.A - Refripar, que nos primeiros meses de 1995 havia faturado 450 milhões de reais. Mesmo liderando o segmento de freezers no Brasil e sendo segunda na linha branca, a Refripar foi adquirida pela sueca Electrolux, a gigante mundial do setor, que em 1995 faturara 16 bilhões de dólares e que desde 1984 aplicava com sucesso a fórmula de dominar

mercados através de compra de seus líderes. Em 1984 havia comprado a italiana Zanussi e a americana Frigidaire e, em 1993, a alemã AEG. Mas, na compra da Refripar observa-se a estratégia da “entrada em sequência” (PORTER, 1997, p. 327), uma vez que até o efetivo controle acionário, a Electrolux possuía inicialmente apenas 10% das quotas.

Segundo os ex-donos da Refripar, que permaneceram com 12% da participação acionária, a venda teria ocorrido em virtude da impossibilidade da empresa em acompanhar o desenvolvimento tecnológico vindo com a globalização. O movimento competitivo sofrido pela Refripar levou certamente à decisão de vender a empresa, antes que uma competição feroz tivesse início, o que geraria altos custos para manter-se no mercado, reflexo direto da abertura às importações e ao investimento externo no país tão defendido pelo IL-PR.

Conforme o jornal Folha de São Paulo, somente no primeiro ano de transferência, as demissões na Refripar já atingiam mil pessoas (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998), simbolizando que a perda da identidade nacional da indústria brasileira não afetou somente o empresariado, mas também seus trabalhadores.

A Refripar era uma empresa familiar nascida em 25 de novembro de 1949, quando os irmãos João e Pedro Prosdócimo compraram a fabriquetinha Refrigerações Paraná. Em 1957 já imprimiam em seus produtos a marca “Prosdócimo” substituindo o nome “Colvert”.

Entre os anos de 1964 e 1974, a Prosdócimo dobrou seu tamanho. Em 1982 comprava a marca Clímax da concorrente Indústrias Lopes Pereira. No final da década de 1980, mais especificamente 1988, comprou 51% da participação da Metalmecânica da Amazônia, do grupo japonês Sanyo, passando a vender com exclusividade os fornos microondas da marca. Neste mesmo ano comprou a marca Wap da Oberdorfer S.A, passando a imprimir a marca Prosdócimo também nos aspiradores e lavadoras industriais. Mas, em menos de dez anos não suportaria a concorrência tão defendida pelos liberais paranaenses (FOLHA DE LONDRINA, 1989, p. 6).

O quarto membro do IL-PR a ser destacado é o advogado Cleverson Marinho

Teixeira que também exerceu forte liderança no IL-PR, sendo seu presidente em 1997, coordenando atualmente uma equipe de advogados na Cleverson Teixeira Advogados Associados. Durante a década de 1970 foi deputado federal entre 1975 e 1979. Também foi superintendente do antigo Instituto Nacional de Previdência Social - INPS no Paraná e do Centro de Desenvolvimento Industrial do Paraná – CENDI. Hoje, exerce uma das diretorias do Projeto Não-Violência em Curitiba, projeto aliás, que reúne vários nomes do IL-PR como Roberto Demeterco (ex-grupo Demeterco), José Pio Martins (Grupo Positivo e Centro Universitário Positivo) e Oriovisto Guimarães (Grupo Positivo). O Grupo Positivo, empresa com participação efetiva no IL-PR, no que se refere à divulgação doutrinária, foi o responsável em 2002 pela compra da biblioteca Roberto Campos. Roberto Campos, ex-deputado, ex-ministro e um dos expoentes do liberalismo no Brasil, deixou vasta obra sobre o assunto, sendo a biblioteca instalada numa das escolas do grupo, a UNICENP ( Centro Universitário Positivo).

Outro membro conhecido do IL-PR foi Francisco Fernando Fontana, que ocupou a presidência do instituto em 1993. Oriundo de tradicional família do Estado, proprietária dos Moinhos Unidos e Brasil Mate S.A, é advogado com mestrado em Administração e atuou tanto na área estatal quanto na iniciativa privada (LARA, 2000).

Na iniciativa privada, além de trabalhar nas empresas da família, atuou por vários anos na Aços Villares e no Banco Mercantil de São Paulo. É um dos membros mais antigos do Partido da Frente Liberal - PFL do Paraná. Foi presidente e conselheiro do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, conselheiro da Emater – Pr, Telepar e na Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, além de lecionar na Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP, na Faculdade de Administração e Economia - FAE/PR e na Fundação de Estudos Sociais do Paraná - FESP/PR (LARA, 2000). Foi também Secretário Estadual da Administração na gestão de Jaime Canet Júnior à frente do Executivo paranaense, e do Interior, Indústria e Comércio na gestão final do governador Ney Braga. Foi candidato à vice-prefeito na

chapa de Jaime Lerner (Partido Democrático Trabalhista - PDT) nas eleições à Prefeitura de Curitiba em 1985, eleição vencida por Roberto Requião (PMDB). No campo público-político aposentou-se como advogado do Estado do Paraná no final dos anos de 1990 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001). Em março de 2001 foi indicado pelo governador Jaime Lerner e pelo movimento Pró-Paraná para ocupar o cargo de presidente do INSS. Na época era o único representante do Estado no alto escalão do governo FHC. Fernando Fontana foi levado ao cargo em substituição a um afilhado político do senador Antonio Carlos Magalhães que nesta época divergia politicamente do presidente da República. Permaneceu no cargo por quase um ano, quando pediu demissão em março de 2002, em virtude do rompimento do PFL com a aliança governista. Em 2002/2003 atuava na Pasticonsult, empresa de consultoria agrícola e empresarial.

Para completar o quadro daqueles que consideramos os mais importantes membros do IL-PR, destacamos José Carlos Gomes de Carvalho, o “Carvalhinho”. Presidente do grupo Corujão e da Holding Rocar, que atua na área automobilística, financeira, informática, plásticos e logística. Foi escolhido pela Gazeta Mercantil como um dos três mais influentes empresários do Brasil, atuantes na área comercial (GAZETA MERCANTIL, 1990), o que é confirmado pelo seu extenso currículo de atividades em cargos de liderança nas entidades classistas da área comercial e industrial.

No interior do IL-PR foi membro do Conselho Consultivo, sendo Gomes de Carvalho um dos mais atuantes dirigentes empresariais do Paraná presidindo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP; vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI; presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/PR. Na área política exerceu a senadoria entre 1987-1995; a Secretaria da Indústria e Comércio no governo Álvaro Dias, sendo seu titular quando a onda privatizante e de enxugamento da máquina se abateu sobre o governo Dias (FOLHA DE LONDRINA, 14 jan. 1989, p. 3), Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho no governo Lerner; vice-prefeito de Curitiba entre 1993-1997, entre outras



funções.

Nos anos de 1990, Carvalhinho assumiu uma posição de destaque, tanto como presidente da FIEP como empresário do setor de revenda de automóveis, na nova onda de atração de montadoras. Esse processo de atração de investimentos foi muito bem aproveitado pela equipe de Jaime Lerner, que não poupou os cofres públicos no sentido de auferir marketing e dividendos políticos na atração de três montadoras que acabaram por se instalar no Estado, Renault, Chrysler e Audi. Todas acabaram por instalar seus parques industriais na região metropolitana de Curitiba, acentuando ainda mais as diferenças já existentes entre as diversas regiões do Paraná.

O renascimento durante a década de 1990 das disputas regionais, “reanimando, de certa forma, as políticas regionalistas que tinham sido abafadas desde os anos 30” (CASTRO e CARVALHO, 2002, p.116) desencadeou um crescimento da chamada Guerra Fiscal que nada mais é do que “a disputa pela atração de investimentos privados entre as diferentes unidades subnacionais, incluindo-se aí Estados e municípios que tem na renúncia fiscal, o seu principal instrumento.” (OLIVEIRA, 2001, p. 78) Na “nova onda de montadoras e empresas multinacionais” patrocinada pela Guerra Fiscal entre os Estados e muito bem aproveitada pelo grupo que dominou a política paranaense entre os anos de 1994 e 2002, Gomes de Carvalho foi um dos que, além de não ter vendido sua própria empresa, como no caso da Refripar, Mercadorama e Bamerindus, somou à seu patrimônio a revenda da marca Audi no Brasil. A Audi-Volkswagen foi uma das indústrias automobilísticas a instalar parque industrial no Paraná na gestão Lerner. Certamente Carvalhinho foi um dos empresários que mais conseguiu captar as oportunidades surgidas com as mudanças estruturais na economia brasileira, gerindo e absorvendo de forma a incrementar seus próprios negócios (PORTER, 1997, p. 183). É importante destacar que tanto Roberto Demeterco, quanto José Carlos Gomes de Carvalho investem no setor de distribuição de produtos e não na fabricação, fato que corresponde perfeitamente a seus interesses defender o discurso de abertura e fim de reservas de mercado, livre concorrência, atração de capital externo, e horror ao controle de preços e empréstimos compulsórios.

Além desses, o IL-PR tinha entre seus membros, Mário Turek, diretor comercial da Servopa (concessionária e revendedora de veículos Volkswagen, empresa do grupo ligado à José Gomes de Carvalho) e presidente do Conselho dos Mantenedores do IL-PR (LARA, 2000); Paulo Maranhão Faria, diretor regional de desenvolvimento de negócios da Siemens/PR, que pertencia ao Conselho Doutrinário do IL-PR; Rui Demeterco (grupo Demeterco); José Pio Martins (grupo Positivo); Marcos Olsen (Olsen Veículos), entre outros.

Ao analisar as trajetórias das lideranças do IL-PR, é possível perceber que a grande maioria, Roberto Demeterco, Sérgio Prosdócimo, José Eduardo de Andrade Vieira, José Carlos Gomes de Carvalho, Fernando Fontana, entre outros, ocuparam ou ainda ocupam duas ou mais posições de comando em grandes empresas, associações empresariais/patronais de forma paralela ou não. Esta característica dos grupos de interesse empresarial já havia sido observado por Michael Useem ao analisar a ação empresarial norte-americana e britânica “The varied connections of these managers lend them a special aura of stature, legitimacy, and influence that is but faintly shared by directors of single companies, however eminent they may be within their own company or sector.”<sup>14</sup> (USEEM, 1984, p. 62)

No quadro abaixo podemos verificar alguns dos principais grupos econômicos que contribuíram financeiramente para a realização das atividades doutrinárias do Instituto. Entre os 38 principais mantenedores do IL-PR é importante observar que 17 dessas empresas possuem suas atividades principais ligadas à indústria, 16 ao comércio, 3 na construção civil e 2 delas ao setor financeiro. O equilíbrio que se observa entre os setores comercial e industrial no que toca ao financiamento das atividades da instituição não ocorre quanto às lideranças que efetivamente dirigiam o

---

<sup>14</sup> As conexões variadas desses gerentes emprestaram a eles uma áurea de estatura, legitimidade, e influência que é pouco compartilhada por diretores de companhias isoladas, por mais eminentes que eles possam ser em suas próprias companhias ou setores.

Instituto, escreviam artigos, proferiam palestras, enfim, tomavam as decisões. As principais lideranças eram do setor comercial, como é o caso de Roberto Demeterco (Demeterco e Cia. Ltda – setor supermercadista); José Carlos Gomes de Carvalho (Servopa Veículos – setor automobilístico); Mário Tureck (Servopa Veículos – setor automobilístico). Esta característica do IL-PR diverge de seus congêneres paulista e carioca, nos quais havia uma predominância de elementos provenientes do setor financeiro.

Ao se fazer a relação entre o quadro 3 e o quadro 5 (ver 3.4) percebemos que dentre as empresas que foram adquiridas por grupos estrangeiros, sofreram processo de fusão, foram incorporadas ou, ainda, se aliaram a empresas de capital externo, o setor industrial foi aquele que mais esteve vulnerável a este tipo de negociação. Esse é o caso, por exemplo, da Impressora Paranaense S/A, Refrigeração Paraná S/A, Ico Comercial Ltda, Incepa Indústria Cerâmica Paraná S/A, Plastipar Indústria e Comércio Ltda., entre outras. Essa análise, entretanto, não pode deixar de destacar também que duas importantes empresas atuantes no setor comercial passaram para controle estrangeiro, como é o caso da Demeterco e Cia. Ltda e da Minerva Dimax Comercial Farmacêutica Ltda., o que não é incompatível com a abertura econômica e liberação de fluxos comerciais e financeiros que defendiam os ILs.

QUADRO 3 – MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ

EMPRESA	RAMO DE ATUAÇÃO
APRAS	Associação dos Supermercados do Paraná
Banco Bamerindus do Brasil S/A	Financeiro
Bolsa de Valores do Paraná	Financeiro
Britânia Eletrodomésticos	Industrial - Eletro-eletrônicos
Café Alvorada S/A	Industrial - Alimentos
Demeterco e Cia Ltda.	Supermercadista
Hermes Macedo S/A	Comercial - Varejista
Impressora Paranaense S/A	Gráfico
Minerva Dimax Com. Farmacêutico Ltda.	Comercial - Farmacêutico
Refrigeração Paraná S/A	Industrial - Eletrodomésticos
Umuarama Holding	Industrial - Eletrodomésticos
Âncora Auto Veículos Ltda.	Comercial - Automóveis
Belga Indústrias Químicas Ltda.	Industrial - Química
Casteval Construção e Incorp. Ltda.	Construção Civil
Corujão Comércio de Automóveis	Comercial - Automóveis
Distribuidora de Bebidas Favreto	Comercial - alimentos
Emílio Romani S/A	Indústria e Comércio de alimentos
Hoje Imóveis Ltda.	Imobiliário
Ico Comercial	Industrial - Couro
Incepa Ind. Cerâmica Paraná S/A	Industrial - Cerâmica
Inepar S/A	Industrial - Elétrico
Ivai Engenharia de Obras	Construção Civil
Kusma e Cia Ltda.	Supermercadista
Nutritional S/A	Industrial - Alimentos
Olsen Veículos S/A	Comercial - Veículos
Paraná Equipamentos S/A	Comercial - Equipamentos
Plastipar Ind.Com. Ltda.	Industrial - plásticos
Sociedade Educacional Positivo	Educação e gráfico
Selectas S/A	Industrial - Madeireiro
Servopa S/A	Comercial - Automóveis
Slaviero Hotéis e Turismo Ltda.	Comercial - hotelaria
Trombini S/A	Industrial - Papel e Celulose
Voupar Com. de Automóveis Ltda.	Comercial - Automóveis
Banco Araucária S/A	Financeiro
Berneck e Cia.	Industrial - Madeireiro
Brasholanda S/A Equipamentos Industriais	Industrial
Moinhos Carlos Guth Ltda	Industrial
Hotel Bourbon & Tower	Serviços
La Violetera Ind. Com. Gen. Alimentícios Ltda.	Comercial - alimentos

FONTE: Instituto Liberal, os primeiros 10 anos: 1983 – 1993

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

É possível perceber, portanto, que o setor industrial foi o mais atingido pelo discurso do livre mercado, livre concorrência e redução da intervenção estatal, embora tal discurso tenha sido financiado em parte por ele próprio ao longo das décadas de 1980 e 1990.

Destaca-se entre os mantenedores do IL-PR as empresas genuinamente paranaenses e a ausência de empresas multinacionais que financiavam os institutos liberais de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como, a ausência de pequenas empresas o que se refletiu no próprio programa do instituto paranaense que em raros momentos colocou como sua prioridade a defesa da pequena e média empresa, provavelmente por perceberem que a internacionalização e a oligopolização seriam componentes maiores da sociedade que almejavam.

## 2.3 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ E SUAS ESTRATÉGIAS

As ações do IL-PR, levadas a efeito no Estado, seguiam em boa parte, algumas das estratégias de marketing utilizadas pelos demais ILs espalhados pelo Brasil. Este é o caso, por exemplo, da organização de palestras com pensadores liberais como Guy Sorman, Professor de Economia e Filosofia do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Paris, fundador do Sorman Publication que edita revistas de economia e planejamento urbano. Também foi conselheiro do Primeiro-Ministro Alain Juppé e articulista do *Le Figaro* e *The Wall Street Journal*. Outro pensador convidado a participar dos eventos foi Mario Vargas Llosa, romancista e contista peruano premiado internacionalmente, candidato à presidência do Peru em 1990, derrotado por Alberto Fujimori. Em suas obras, um dos temas mais recorrentes é a busca pela liberdade, fato que faz dele uma referência para os liberais brasileiros.

Outras formas encontradas pelos liberais para divulgar suas idéias foram a distribuição de livros para as bibliotecas universitárias no Estado do Paraná, a publicação de artigos em jornais e revistas, como foi o caso da *Revista Direção* (ver anexo 3) e de colunas no jornal *Gazeta do Povo*, e até mesmo financiamento de estudos para acadêmicos interessados nos ideais liberais. Foram publicados também textos, jornais (ver anexo 4) e livretos para serem distribuídos em consultórios odontológicos, ônibus, etc.

A *Revista Direção*, publicada ao longo dos anos de 1997 e 1998, tinha periodicidade mensal, buscando atingir todos os municípios paranaenses e, também, alguns Estados brasileiros. Como a própria revista informava, a publicação era voltada para empresários, associações de classe, formadores de opinião, homens do campo, universidades, turistas e Mercosul. Esta publicação chegou a tiragem de 900.000 exemplares até a sua 17ª edição. Possuía distribuição gratuita e podia ser encontrada tanto em universidades e escolas públicas como em repartições e consultórios médicos. Entre os artigos publicados e de responsabilidade do IL-PR, destacamos alguns que refletem muito do pensamento liberal conservador dos membros do Instituto. *O custo*

*de usar o mercado* de autoria de Og Francisco Leme do IL-RJ, *Prefeito de Indianápolis*, *Stephen Goldsmith conta por que privatizar é bom também para o município*, *Neoliberalismo cubano* e *Ética X Política*, ambos de autoria do advogado Cleverson Marinho Teixeira, membro do IL-PR e *Reflexos sobre a Liberdade* de Maria Lúcia Victor Barbosa do IL-PR.

Os artigos assinados por membros do IL-PR eram acompanhados por outras reportagens e artigos de políticos e empresários muito conhecidos do grupo ligado ao governador do Estado na época, Jaime Lerner. Entre aqueles que se faziam presentes na publicação destacamos João Cláudio Derosso (Presidente da Câmara Municipal de Curitiba), José Tavares (secretário de estado na gestão Jaime Lerner), Alex Beltrão (secretário de Estado na gestão Jaime Lerner) e André Zacharow (Presidente da CIC, eleito deputado federal para o mandato 2003-2006 pelo PDT).

O instituto paranaense apresentou particularidades quanto às inovadoras técnicas de divulgação liberal como a compra de espaços em outdoors espalhados pela capital do Estado, e a venda de livros de autores liberais em supermercados, fugindo da tradicional venda em livrarias especializadas.

A utilização de todos esses recursos seguia as diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional dos Institutos Liberais, que congregava todos os ILs do Brasil e que chegou a ser presidida pelo fundador do IL-PR, Roberto Demeterco. Essas diretrizes tinham como base os objetivos determinados para a fundação de um IL. (verificar capítulo 2.1)

Para atingir o objetivo de divulgação do liberalismo entre professores, intelectuais, estudantes universitários e de uma forma geral entre a população, os ILs utilizaram dos mais variados recursos: publicação de livros (IL - RJ, IL - SP), programas de rádio e televisão (IL - RS), patrocínio de prêmios como o Fenícia de jornalismo (IL - SP), realização de seminários e colóquios onde o tema sempre estava ligado à administração e economia, publicação de cartilhas, como a realizada em parceria com o grupo responsável pela Turma da Mônica – Maurício de Sousa Produções (1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos).

No caso do IL-PR, várias palestras foram patrocinadas, bem como seminários temáticos, além da participação de seus membros em atividades e eventos fora do Estado, como podemos perceber no quadro abaixo.

Ao se observar as palestras e seminários patrocinados pelo IL-PR percebeu-se que estes refletem o pensamento da instituição que durante os seus dez primeiros anos demonizou o papel do Estado, responsabilizando-o como causador das mazelas da sociedade brasileira, idéia refletida na palestra proferida pelo ex-presidente da entidade Roberto Demeterco *O gigantismo estatal*. Por outro lado as palestras apresentavam as soluções defendidas pelos liberais para resolver os grandes problemas do país. Alguns títulos permitem entrever essas alternativas: *Redução do Estado*, *Liberalismo* e *Participação do empresariado na política*.



**QUADRO 4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ - 1988-1995**

(continua)

PERÍODO	ATIVIDADE	PALESTRANTE	TÍTULO
1988			
Março	Palestra Inserção de outdoors com frases liberais	Donald Stewart Junior (IL – RJ)	Redução do Estado
Abril	Seminário	Vários palestrantes, sob orientação do CPLI	Livre Iniciativa e a Constituinte
Maio	Palestra	Guy Sorman (Economista liberal francês)	Liberalismo
	Palestra	Álvaro Alsogaray	Consequências do Populismo Estatizante na Argentina
	Palestra	Wolfgang Sauer	A origem da crise brasileira
Junho	Palestra	Donald Stewart Jr.	O Intervencionismo na Economia
	Palestra	Jorge Gerdau Johampeter	A Economia de Mercado
Setembro	Painel	Roberto Demeterco (IL – Pr)	Reflexos da nova constituição nas atividades empresariais
	Palestra	José E. de Andrade Vieira (IL - Pr)	Participação do empresariado na política
Novembro	Palestra	Roberto Demeterco (IL – Pr)	O gigantismo estatal
1989			
Fevereiro	Palestra	Bernard Seagan	Planejamento Urbano Sem Zoneamento
1994			
Março	Distribuição de livros	Projeto "Leitura na sala de espera"	Foram distribuídos 500 conjuntos de livros: "Como sair da Crise", "O reizinho populista", "Turma da Mônica – cidadania" nas salas de espera de consultórios odontológicos.
Maio	Palestra	Eduardo Gianetti da Fonseca	A Transição Econômica e as Perspectivas do Plano Real
Junho	Distribuição de livros	Projeto "Leitura para hóspedes"	Distribuição para leitura dos hóspedes dos hotéis Bourbon, Lancaster, Deville, Mabu, Paraná Suite, Savoy e Universo de folhetos e livros de conteúdo liberal.
Julho	Distribuição de livros	Projeto "Leitura de Bordo"	Distribuição de 3000 exemplares do livro "Como sair da Crise" dos usuários da Empresa de Transportes Pluma.
Dezembro	Palestra	Mário Vargas Llosa	A Cultura da Liberdade
1995			
Junho	Seminário		Participação nos Lucros e Remuneração Variável
Agosto	Palestra	Carlos Jorge da Costa	Telecomunicações, um Passaporte para a modernidade
Novembro	Seminário	Vários membros	SOS BR-116 – Duplicação Já
Dezembro	Concurso de Monografias		
1996			
Outubro	Palestra	Jorge Wilson Simeira Jacob	O papel dos Think Tanks na Economia Mundial
1997			
Fevereiro	Programa de rádio		Programa diário (3 vezes ao dia) na rádio CBN.

**QUADRO 4 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ - 1988-1995**

(conclusão)

PERÍODO	ATIVIDADE	PALESTRANTE	TÍTULO
Março	Palestra	Carlos Alberto Montaner	O Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano
Maio	Palestra	Stephen Goldsmith	A experiência de Indianápolis na Gestão Pública Municipal
Julho	Palestra	Moacir José da Silva	A Escola Austríaca de Economia
1998			
Março	Colóquio		II Colóquio Liberal do Paraná no Hotel Aguativa em Cornélio Procopio
Maio	Colóquio		III Colóquio Liberal do Paraná no Hotel Mata Atlântica em Paranaguá
Junho	Eleição	Roberto Demeterco	Empossado como presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais
Setembro	Colóquio		IV Colóquio Liberal com o tema "O caminho da Servidão"
Outubro	Colóquio		V Colóquio Liberal com o tema "O caminho da Servidão"

FONTES: Folha de São Paulo On Line, Gazeta do Povo, Arquivo do IL-PR.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Outra forma de divulgação do liberalismo foi o financiamentos de diversos outdoors (ver anexo 1) com frases como: **A lei deve fazer justiça e não privilégios**, de autoria de Jorge Gerdau Johannpeter, **Participe da livre iniciativa: basta ser livre e ter iniciativa**, **Só um governo com poderes limitados pode ser um governo decente**, de Friedrich Hayek, e, por fim, **Não esperem que a solução venha do governo, o governo é o problema**, de Ronald Reagan (1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos, 1993, p. 24-25).

Portanto, o que se percebe é que a direção do Instituto procurou atingir um público que não estava acostumado a participar de encontros e seminários temáticos, ou seja, o cidadão comum paranaense, atingindo as pessoas com suas idéias em locais que elas dificilmente deixariam de ler a frase, gravando o sentido, seja no trânsito, seja nas compras, seja nos consultórios, etc.

A organização do empresariado paranaense na defesa das idéias de livre mercado, a partir do fim de 1987 concentrada no IL-PR, coincide com a realização da Assembleia Nacional Constituinte. Este momento histórico brasileiro mostrava a força

dos partidos de esquerda que, apesar de ser minoria na Assembléia, obtinham vitórias nas votações relativas às questões trabalhistas e de setores considerados estratégicos. Como ressalta ARAGÃO (1996, p. 153) “Pelo lado empresarial, temia-se que a antiga oposição, agora no Poder, tentasse aprovar uma agenda de esquerda à moldura institucional-econômica do país.” Portanto, a organização dos ILs responde ao temor de que as esquerdas brasileiras, agora legalizadas e organizadas em partidos políticos, passassem a ditar as regras políticas nacionais. Tal ação ou resposta não difere muito daquela apresentada pelo empresariado nacional quando da emergência do movimento operário no início do século XX. Ângela Castro Gomes, ressalta que o patronato no final anos de 1910, passou a buscar a organização em virtude da “emergência de um movimento social de base operária no anos que vão de 1917 a 1920... e que desencadeia em torno da necessidade da transformação e regulamentação das condições do trabalho urbano no país.” (GOMES, 1979, p. 126)

A necessidade de combater as idéias de esquerda, estatizantes e nacionalistas é evidente em grande parte dos textos produzidos pelos liberais no Paraná. Podendo ser este apontado, como um dos motivos do surgimento da organização em 1987. Por outro lado verificamos que a não transformação em votos das idéias ligadas à esquerda no Paraná ao longo dos anos de 1990, haja visto que o grupo político de Jaime Lerner dominou as eleições nessa década, também é um fator relevante na redução das verbas que sustentaram o Instituto.

Em 1987, quando de seu início, o contexto estava marcado pela Assembléia Constituinte que se realizava com importantes vitórias dos partidos progressistas, que segundo ARAGÃO (1996, p. 154) conseguiram “ampliação de direitos trabalhistas, na ampliação da capacidade de intervenção – ainda que teórica – do Estado na economia, na limitação do investimento estrangeiro em setores como o bancário, securitário e minerador...”. Estas conquistas dos setores progressistas chocavam-se diretamente com os princípios dos institutos liberais, o que por um lado facilitava aos coordenadores dos Institutos a arrecadação financeira (fundos) entre os mantenedores. DREIFUSS (1989, p. 101) já alertava para a preocupação dos ILs para com o crescimento do PT

no cenário nacional e da necessidade de contrapor um discurso, em que as vantagens de uma sociedade liberal e capitalista fossem destacadas.

Esse também é o caso do IL-PR, onde ficou clara a forma pela qual se obtinha recursos do empresário mantenedor, mesmo que esse não compartilhasse em todos os detalhes da cartilha liberal. As pesquisas de opinião e voto eram uma ferramenta fundamental para aumentar as entradas de recursos. Quanto maior a intenção do eleitor em votar em partidos de esquerda, maior a entrada de verbas para a propaganda liberal.

Tal relação fica evidente, quando a partir de 1996, o IL-PR, reduz suas atividades até seu encerramento em 2000. Nesse período o PT não atinge no Estado mais que 10% dos votos nas eleições para o governo do Estado, ou nas principais cidades, como Curitiba. No plano nacional, o Plano Real, garantia à Fernando Henrique Cardoso sua eleição e reeleição. Na Assembleia Legislativa do Paraná o PT não contava com uma força muito grande pois dos 54 deputados conseguiu eleger:

- Mandato 1991 - 1994: 03 deputados
- Mandato 1995 - 1998: 04 deputados
- Mandato 1999 - 2002: 04 deputados
- Mandato 2003 - 2006: 09 deputados

Entre os anos de 1994 e 2000, o PT e os demais partidos de esquerda passaram por momentos delicados no combate ideológico ao neoliberalismo, bem como, atraindo votações não muito expressivas, com exceção dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, coincidentemente os que possuíam e ainda possuem os ILs mais combativos.

No caso paranaense as duas vitórias já em primeiro turno (1994 e 1998) do “candidato-arquiteto-técnico” Jaime Lerner e a conseqüente aplicação das políticas de privatização, terceirização de serviços públicos e abertura ao capital internacional desmobilizou os integrantes do IL-PR e de certa forma desmotivou os mantenedores à abrir as portas dos cofres de suas empresas para o financiamento de outdoors, livros,

seminários, entre outros. Além das políticas públicas aplicadas por Lerner e FHC apresentarem muitos pontos em comum com os ideais liberais, vários membros do IL-PR passaram a integrar importantes cargos públicos do primeiro escalão dos governos federal e estadual.

Partindo dos resultados eleitorais obtidos pelos partidos políticos (PFL, PDT e PSDB) que obtiveram maior volume de doações de campanha oriundas de empresas comandadas por empresários que participavam do IL-PR, verifica-se que houve amplo sucesso nas estratégias escolhidas pelo Instituto. É claro que nesse momento está se analisando apenas a questão das estratégias de divulgação e não a conjuntura nacional ou internacional que certamente refletiu, decisivamente, nas décadas de 1980 e 1990.

Portanto as ações do IL-PR que podemos classificar de cunho ideológico (divulgação, venda de livros, palestras e outdoors, teatro) e que tinham por objetivo doutrinar certa parcela da população paranaense era complementada com uma ação efetiva no campo político. Esta outra forma de ação abrangia o financiamento eleitoral e o lançamento de candidaturas próprias, mas nesse caso o nome da instituição não era vinculado mas sim das empresas patrocinadoras. É importante lembrar que os IIs eram entidades “apolíticas” e como tal não poderiam aparecer como financiadores de um candidato ou partido.

Estas duas formas de ação, a ideológica e a política são complementares e destacam a função aglutinadora realizada pelos IIs.

## 2.4 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ E SEUS CONGÊNERES

Seguindo uma tendência nacional, já observada por DINIZ (1999, p. 32), o empresariado ao longo da década de 1980 passou a organizar instituições diferenciadas das tradicionais estruturas sindicais como é o caso da ACP e FIEP.

Segundo DINIZ (1999, p. 22-23) “as diferentes frações empresariais evoluíram para um padrão altamente diferenciado e setorizado de demandas, sem a formulação de um programa de ação integrada.”

Tal observação faz-se interessante quando percebe-se que o Paraná foi berço de várias entidades empresariais ao final da década de 1980. Entre elas podemos destacar o Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, que tinha entre suas lideranças Luiz Reinaldo Zanon. Segundo declarações de Zanon, o Conselho teria surgido em virtude da necessidade de articulação do setor privado frente à Assembléia Constituinte para semear os princípios da liberdade de empreender, veicular as vantagens da organização de produção de bens e serviços em um mercado livre (GAZETA DO POVO, 01 jul. 1988, p. 12).

Outro grupo articulado nesse momento é o Grupo de Integração Sócio-Empresarial do Paraná - GISEP, que tinha como um de seus líderes Ricardo do Rego Almeida, ligado ao grupo empreiteiro C.R. Almeida e era formado por 19 jovens empresários, que se reuniam toda semana, e que tinha por objetivo dar um maior apoio aos políticos que realmente defendessem as idéias dos empresários (GAZETA DO POVO, 29 dez. 1987, p. 12).

Vale a pena destacar que a preocupação dos empresários são as eleições municipais de 1988 que se aproximavam, bem como a Constituinte que já estava em andamento.

Completando o quadro de associações empresariais que conseguiu-se detectar, no final dos anos de 1980 no Paraná – é claro que, de forma alguma, pretendemos chegar à totalidade pois, certamente, outras instituições se formaram nas diversas regiões do Estado e mesmo em Curitiba – destacamos a Associação de Mulheres de

Negócios e Profissionais de Curitiba - AMNPC, fundada em 20 de junho de 1988, tendo como fundadora e primeira presidente Maria Cecília de Leão Rosemann. Em 1993, passou a utilizar a denominação de BPW-Curitiba, ou seja, Business and Professional Women of Curitiba. Tal mudança se deve à filiação à International Federation of Business and Professional Women – IFBPW -, instituição que congrega as associações de mulheres profissionais de 106 países, com sede em Londres. Congrega, atualmente, 700 mil mulheres em todo o mundo, realizando congressos a cada três anos.

No Brasil a entidade surgiu em 06 de agosto de 1987, quando foi formada a Federação de Business and Professional Women of Brazil – FBPW-Brasil. Entre as mulheres que compõem a BPW-Curitiba destacam-se as empresárias Suzana Maria Araújo Slaviero (Rede de Hotéis Slaviero, local onde reuniam-se semanalmente os integrantes de outro grupo empresarial já citado neste trabalho, o GISEP), Maria Inês Borges da Silveira (Faculdades Expoente, Faculdade Educacional da Lapa e esposa do ex-ministro da Saúde Luiz Carlos Borges da Silveira), Márcia Lúcia Abujamra (Rede de Hotéis Mabu), Vera Regina Rauen Abage (Vera Abage Turismo), e Nilva Amália Pasetto (Interagro Alimentos S/A, integrante da ala feminista do Partido Progressista Brasileiro - PPB, e participante da Associação das Entidades de Mulheres do Paraná - ASSEMPA) (BPW – Curitiba, 2003). É importante destacar que esta entidade possuía em seu quadro muitas integrantes com participação ativa na Associação das Mulheres Executivas do Paraná, instituição esta, que estava ligada à ACP.

Mas, o IL-PR se destaca entre essas organizações pela quantidade de empresários reunida, pela estrutura na qual se organizava, pelo valor do PIB que representava, bem como, pelas várias atividades desenvolvidas ao longo de seus pouco mais de dez anos de existência, e como não se poderia deixar de destacar, pela ascendência de seu quadro de diretores e de suas idéias liberalizantes ao governo paranaense com a eleição do grupo de Jaime Lerner em 1994.

### **3 O INSTITUTO LIBERAL E SUA AÇÃO POLÍTICA**

#### **3.1 A CONSTITUINTE DE 1987-1988**

A Assembléia Nacional Constituinte eleita em 1986 representou um momento importante tanto na aglutinação de várias forças político-sociais brasileiras, bem como possibilitou visualizar de forma mais clara as tendências políticas e ideológicas dos grupos, dos partidos e dos próprios eleitos.

Após o fim da Ditadura Militar, era a primeira oportunidade de enfrentamento público com data e local marcados para confronto e debate. Antes da Constituinte, ARAGÃO (1996, p. 150) destaca a ocorrência de vários momentos de ação dos grupos de pressão mas, em relação aos anos de 1980, foram importantes as mobilizações em torno da reserva de mercado da informática e a criação do estatuto da micro e pequena empresa.

A Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), organizada com o objetivo de retirar da legislação constitucional brasileira “o entulho autoritário”(ARAGÃO, 1996, p. 151) depositado pelos militares ao longo da ditadura, prolongou-se por um ano e oito meses, sendo promulgada em 05 de outubro de 1988 com 245 artigos e mais 70 artigos incluídos nas disposições transitórias (ARAGÃO, 1996, p. 151).

A composição da Assembléia Nacional Constituinte destaca a existência de pelo menos cinco grupos de pressão lá formados. O primeiro seria o dos grupos empresariais, formado por entidades e empresas. O segundo grupo seria aquele formado por trabalhadores, composto pelos vários níveis de sindicatos de trabalhadores e, eventualmente, grupo de trabalhadores de uma mesma empresa; havia também o grupo dos profissionais, tais como engenheiros, advogados, médicos, dentistas, geólogos, contabilistas, jornalistas, entre outros. O quarto grupo é de natureza diversa como ambientalistas e religiosos. O último grupo congrega os interesses dos poderes públicos, isto é, os detentores do poder do Estado (ARAGÃO, 1996, p. 150-151).



Entre os cinco grupos apontados, o IL-PR composto majoritariamente por empresários e financiado totalmente por estes, pode ser analisado certamente como **grupo empresarial** que coordenou a ação dos defensores da livre iniciativa junto aos deputados do estado do Paraná.

O IL-PR foi apenas mais um dos vários grupos empresariais que atuaram na Constituinte. Além dos ILs, atuaram também a UB, MRCN – Movimento de Recuperação Cívica Nacional, União de Defesa da Democracia, Frente Empresarial Mineira, Frente da Livre Iniciativa (DREIFUSS, 1989, p. 98-99), além, é claro, das organizações tradicionais de lobby empresarial como a FIESP e a FEBRABAN, entre dezenas de outros.

O quadro 5, abaixo, mostra os deputados que durante as votações na Assembléia Constituinte de 1987-1988 votaram a favor das idéias de livre mercado, livre iniciativa e contra a intervenção do Estado nas relações econômicas e trabalhistas. Entre os projetos para os quais os políticos relacionados se posicionaram contrariamente, destacam-se: **estabilidade no emprego, turno semanal de 40 horas, turno de 6 horas, direito de greve e proteção à empresa nacional.**

Grande parte dos deputados abaixo relacionados também votou contra a Reforma Agrária, defendendo a proposta apresentada pela UDR e politicamente integraram o bloco denominado **Centrão**. Este foi um grupo de parlamentares apoiado pelos empresários que se uniram para “impedir a aprovação de vários artigos de cunho social e intervencionista” (ARAGÃO, 1997).

**QUADRO 5 - REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR PARANAENSE NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE - 1986-1990**

NOME	PARTIDO	ATIVIDADES CONSTITUINTES	ATIVIDADES PROFISSIONAIS
Airton Ravaglio Cordeiro	PFL, mas foi eleito pelo PDT. Já havia militado na ARENA e no PDS	Participou do Centrão	Advogado, jornalista
Afonso Alves de Camargo Netto	PDC, ARENA, PP, PMDB, PTB, PPR, PFL, PSDB	Votou a favor da reforma agrária e da nacionalização do subsolo	Graduado em engenharia civil e ciências contábeis. Exerceu vários cargos públicos entre eles 2 vezes ministro dos Transportes
Basilio Villani	PMDB, PTB, PRN, PDS, PPR, PPB, PSDB	Foi um dos organizadores do Centrão	Graduado em Adm. de Empresas, trabalhou no ex-Bamerindus
Luiz Carlos Borges da Silveira	PMDB, mas oriundo da ARENA	Durante os trabalhos da Constituinte, estava licenciado no Ministério da Saúde	Médico e agropecuarista
Dionísio Dal Prá	PFL, mas já havia participado do antigo PTB e ARENA	Um dos fundadores do Centrão	Agricultor e pecuarista
Ervin Bonkoski	PMDB	Se considerava de centro-esquerda, porém votou com o Centrão	Radialista e advogado
Jacy Miguel Scanagatta	PFL, oriundo da ARENA	Participou do Centrão	Comerciante
José Carlos Martinez	PDS, PMDB, PRN, PTB	Participou do Centrão	Adm. de Empresas, empresário do setor de comunicação.
Jovanni Pedro Masini	PMDB	Participou do Centrão	Advogado, industrial, agropecuarista e comerciante. Dirigente da UDR
Matheus Iensen	PMDB, mas pertencia ao PDS.	Participou do Centrão	Empresário, produtor de discos fonográficos e proprietário de rádio
Aragão de Mattos Leão Filho	PMDB	Um dos parlamentares mais ausentes nos trabalhos constituintes	Agropecuário, médico e empresário
Maurício Miguel Nasser Abrão	PMDB	Participou do Centrão	Administrador de empresas.
Max Rosemann	PMDB, PRN, PDT, PMDB, PSDB, PMDB	Fazia parte do Centrão, mas divergia quanto à nacionalização do subsolo e a proteção da empresa nacional	Advogado e ex-proprietário das joalherias M. Rosemann
Oswaldo Trevisan	PMDB	Suplente do deputado Borges da Silveira que ocupou a pasta do Ministério da Saúde	Advogado do Banco do Brasil
Paulo Cruz Pimentel	PFL. Já havia militado no antigo PTN, ARENA e PDS	Participou do Centrão	Advogado, agropecuarista e empresário das comunicações
Renato Antonio Johnsson	PMDB, oriundo do PDS	Votou contra a reforma agrária e da proteção à empresa nacional	Advogado, ex-diretor e ex-presidente da Telepar
Santinho Furtado	PMDB	Votou contra a reforma agrária e a favor da nacionalização do subsolo e proteção da empresa nacional	Advogado e agropecuarista. Vice-presidente da Sociedade Rural do Paraná
Alarico Adib	PMDB. Oriundo da ARENA e PP.	Votou contra a reforma agrária e a favor da nacionalização do subsolo e proteção da empresa nacional	Agropecuário, jornalista, médico
Isio Antonio Ueno	PFL. Oriundo do PDC, ARENA e PDS	Um dos fundadores do Centrão	Advogado, economista e empresário

FONTES: DREIFUSS, R. **O Jogo da Direita**. Na Nova República. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DIAP. **Quem foi quem na Constituinte**: nas questões de interesse dos trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1988.

OLIVEIRA, R.C.de. **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI**. Curitiba: APUFPR-SSind, 2002.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

A partir do quadro 5 é possível perceber que ampla maioria dos deputados representantes do Paraná estavam afinados com o pensamento liberal e ruralista. Os dezenove parlamentares paranaenses relacionados representavam quase 60% da bancada do Estado, que era formada por 30 deputados titulares, 3 senadores e 1 deputado suplente.

Grande parte do quadro apresentado teve como base de dados o acompanhamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP. Este foi criado em 1983 através da união de 431 entidades sindicais de trabalhadores entre centrais, confederações, federações, sindicatos e associações. O objetivo primordial da entidade, foi a realização de um amplo programa de observação dos trabalhos legislativos, em especial. Esse trabalho visava subsidiar o planejamento e ação do movimento sindical, procurando auxiliar a organização das atividades de lobby parlamentar. Aproximadamente vinte anos após seu nascimento, o DIAP mantém suas atividades de análise política produzindo como resultado desta a publicação de livros, relatórios e também a manutenção de um site na Internet. Portanto, o quadro utilizado traz em sua essência muito do pensamento ideológico do DIAP na defesa de uma maior participação do Estado na economia. Tal tendência não reduz a importância do trabalho desenvolvido pelo DIAP, sendo um dos poucos, senão o único órgão a realizar esse tipo de trabalho desde os anos de 1980.

De uma forma geral, as análises realizadas por DREIFUSS (1989) e ARAGÃO (1996) apontam a ação empresarial, tendo como objetivo principal, barrar as tentativas de nacionalização de setores produtivos, ou de forma mais ampla, conter a agenda de grupos de centro-esquerda reunidos em torno de setores do PMDB, PT e PDT. A forma encontrada pelos setores de centro-direita foi a criação de um bloco de parlamentares que ficou conhecido como **Centrão**.

No Paraná a Assembléia Nacional Constituinte foi o foco de atenção de entidades empresariais como o IL-PR, a FIEP, a ACP, o Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, a Federação do Comércio do Estado do Paraná, APRAS e o GISEP.

A ação empresarial, unindo IL-PR e o Conselho Paranaense da Livre

Iniciativa, ao longo da Assembléia Constituinte sofreu alterações de acordo com os resultados obtidos nas votações ocorridas em primeiro turno.

Em abril de 1988, numa reunião organizada pelo Conselho Paranaense da Livre Iniciativa, o tema principal era *Livre Iniciativa e a Constituinte: Prioridades para o Segundo Turno*, mostrando que acreditavam na possibilidade de reverter as conquistas obtidas pelas forças progressistas nas votações em primeiro turno (GAZETA DO POVO, 17 abr. 1988, p. 44).

Em maio as reuniões com os deputados eram mais objetivas e destacavam pontos cruciais para os liberais paranaenses como o turno de seis horas de trabalho e a licença-paternidade que eram vistas como retrocesso. Este contato direto com os parlamentares representantes do Estado apresenta semelhanças com um dos tipos de ação política desenvolvida pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo durante os anos 50, a qual realizava esse contato “seja através de convites para visitas à sede da entidade, seja através de contatos na própria capital federal” (COSTA, 1995, p.32)

A partir de junho o discurso liberal no Paraná se torna mais veemente quanto às críticas aos trabalhos constituintes. Roberto Demeterco propaga a luta empresarial para mudar “os absurdos aprovados pelos constituintes” (GAZETA DO POVO, 24 jul. 1988, p. 22).

Guilherme Afif Domingos, principal líder do Partido Liberal – PL, e que apesar de atuar no Estado de São Paulo, possuía excelentes relações com as entidades empresariais paranaenses, também radicalizava seu discurso afirmando que “a nova carta não é de direita nem de esquerda, é dos dois lados, que se uniram para mamar nas tetas do Estado.” (GAZETA DO POVO, 30 set. 88, p. 19)

Já Delfim Neto, com seu costumeiro sarcasmo, sintetizou bem o sentimento empresarial derrotista, através de uma brincadeira para com as falhas no sistema de som quando de uma palestra na Universidade Federal do Paraná:

“Eu estou realmente surpreso, vejo que a burguesia já não tem o poder que costumava ter. Não consegue controlar o tempo, muito menos as comunicações.”  
(DIÁRIO POPULAR, 26-27 jun. 1988<sup>15</sup>)

---

<sup>15</sup> O ex-ministro fazia referência às constantes interferências de um rádio-táxi que atrapalhava constantemente a sua palestra.

### 3.2 A REVISÃO CONSTITUCIONAL DE 1994

Outro momento em que o IL-PR buscou agir através da formulação de propostas ocorreu na Revisão Constitucional de 1994, através da ação junto aos deputados e senadores paranaenses.

Nesse processo, várias entidades empresariais paranaenses atuavam junto aos parlamentares para que estes aderissem às suas propostas no sentido de avançar, de maneira mais efetiva, a economia brasileira para um quadro de livre concorrência e atração de capital externo. Como muitos liberais que atuavam nessas entidades participavam paralelamente em diferentes instituições encontramos muitos pontos convergentes nos discursos e propostas apresentados no contexto da Revisão Constitucional.

O IL-PR, em consonância com seus pares de outros estados elaborou as diretrizes a serem apresentadas aos parlamentares identificados com os liberais (GAZETA DO POVO, 06 dez 1993, p. 03):

- fim de qualquer espécie de monopólio;
- extinção das reservas de mercado e cartéis;
- fim de qualquer discriminação de empresas quanto à origem de capital;
- restrição de assento no Congresso Nacional aos partidos com um mínimo de 5% de votos;
- aposentadoria estendida a todos na idade de 65 anos.

Já para o Conselho Paranaense da Livre Iniciativa (Conselho que apresentava propostas muito próximas às do Instituto e que reunia entre seus líderes muitos dos principais integrantes do IL-PR), os principais pontos defendidos eram a reforma fiscal e tributária, redução do tamanho do Estado, eliminação dos monopólios constitucionais, fim das restrições ao capital estrangeiro e a reestruturação da Previdência (GAZETA DO POVO, 08 fev. 1994, p. 12).

A chamada Revisão Constitucional foi prevista na própria Constituição promulgada em 1988. Segundo a Carta, cinco anos após a promulgação da mesma haveria uma revisão.

A revisão ocorrida entre os anos de 1993 e 1994 realizou-se durante o governo Itamar Franco, tendo como ministro da Fazenda o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso.

O resultado prático desta revisão foi praticamente nulo. “Apenas 6 emendas constitucionais foram aprovadas, embora 17 mil propostas de emendas tivessem sido apresentadas por deputados e senadores” (ARAGÃO, 1996, p. 155-156). As seis emendas aprovadas foram: a criação do Fundo Social de Emergência - FSE, clara vitória do então presidente Itamar Cautiero Franco, redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, permissão de convocação pelo Congresso do segundo e terceiro escalão, o que viabiliza as votações emergenciais, permissão de dupla nacionalidade para brasileiros e a exigência de probidade administrativa e moralidade como pré-requisito para o exercício de mandato eletivo.

Em sua análise sobre a Revisão Constitucional, ARAGÃO (1996, p. 156-164) aponta os empresários como os grandes derrotados no processo. Dos três grupos que se formaram, o governo, os partidos de esquerda e sindicatos, e os empresários, o primeiro conseguiu a aprovação do FSE – Fundo Social de Emergência, viabilizando dessa forma a implantação do Plano Real, pois foi o recurso tributário utilizado para obter o equilíbrio fiscal necessário para o sucesso do Plano Real, bem como, para estruturar e financiar a campanha de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso. O segundo, através da inviabilização do processo revisor. O terceiro grupo, o empresariado não conseguiu a coesão necessária para que suas propostas em favor da sua versão de modernização fossem aprovadas em plenário. A Ação Empresarial, que reunia mais de 30 entidades empresariais sob o comando de Jorge Gerdau Johannpeter (IL – RS), foi derrotada tanto por sua desarticulação quanto pelo momento político vivido pelo país: a realização da CPI do Orçamento e as eleições de 94, bem como, o desinteresse do governo que controlava a maior bancada do Congresso. O governo

somente entrou de forma efetiva na Revisão Constitucional quando da aprovação do Fundo Social de Emergência, momento em que o então ministro Fernando Henrique Cardoso, mobilizou todas as forças políticas de equipe econômica para a aprovação da Emenda.



### 3.3 O INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ NA POLÍTICA PARANAENSE

Diante da pouca efetividade da Revisão Constitucional e da perspectiva de continuidade da política intervencionista, veio a se confirmar o pensamento defendido por uma parcela dos liberais paranaenses, logo no início da existência do instituto, que acreditavam que uma mudança mais efetiva na economia brasileira teria necessariamente que passar pela participação direta do empresariado na política. Para isso, o financiamento de campanhas eleitorais e o lançamento de candidaturas próprias quer para o legislativo, quer para o executivo, seriam o caminho obrigatório.

Porém é importante destacar que o lançamento de candidaturas próprias não necessariamente representa os interesses dos liberais mas sim, pode estar representando a oportunidade de melhor conquistar os objetivos pessoais e particulares como demonstra COSTA (1995, p.44) em seu estudo sobre a carreira política de um representante da elite comercial paulista e ex-presidente da FCESP, ao longo dos anos de 1950.

Durante o período mais ativo da existência do IL-PR ocorreram importantes discussões, a nível nacional, sobre o regime político brasileiro. Entre esses momentos destacaram-se a realização de um plebiscito em que o tema central foi o parlamentarismo e a emenda constitucional que permitiu a reeleição presidente da república. Mas o IL-PR, diferentemente do Grupo de Empresários de Curitiba – GEC, analisado por Isabel Couto, que “entendiam que as reformas políticas que eles preconizavam estava fundamentalmente ligadas ao regime de governo (presidencialista ou parlamentarista)” (Couto, 1998, p.54), o IL-PR pouco preocupou-se com questões políticas mais amplas, detendo-se em temas econômicos.

Nesse sentido, IL-PR possibilitou a constatação de uma das alternativas acima mencionadas. Primeiramente é interessante conhecer a trajetória de José Eduardo de Andrade Vieira, que desde a fundação do Instituto vinha defendendo a participação do empresariado na política.

Em 1987, ao discursar na cerimônia de entrega do troféu “banqueiro do ano”,

José Eduardo afirmou que estava disposto a “subir em palanques” (GAZETA DO POVO, 22 dez. 1987, p. 12). Já em 1988, o banqueiro percorreu o país com palestras em que o tema principal foi *Participação do empresariado na política*. Nestas palestras, Zé Eduardo, como gostava de ser chamado, enfatizava a necessidade da “participação do cidadão para o fortalecimento da sociedade brasileira” (GAZETA DO POVO, 11 nov. 1988, p. 12). No ano seguinte, o banqueiro já estava em plena campanha para o senado federal, numa corrida que ficou marcada tanto pelo marketing “Zé do Chapéu” quanto pelo volume de “investimentos eleitorais” utilizados na campanha do futuro senador da república.

Já senador, Zé do Chapéu passa, em pouco tempo, à principal liderança do PTB, sendo eleito seu presidente nacional. Entre outubro de 1992 e outubro de 1993, esteve à frente do Ministério da Indústria e Comércio, durante o governo Itamar Franco. Em 1994, ano de eleições presidenciais e da sucessão estadual, Andrade Vieira estava no topo de sua influência política e articulava sua própria candidatura, seja para presidente seja para governador. Entre as declarações do candidato a candidato ressaltamos uma na qual o ex-banqueiro afirma ser ele “a melhor opção para vencer Lula em 1994” (GAZETA DO POVO, 13 mar. 1994, p. 52). Mas não era somente à presidência da república que José Eduardo articulava. A sucessão do governador Roberto Requião à frente do Palácio Iguaçu também interessava.

Porém diante das articulações posteriores, José Eduardo acaba por abrir mão das duas candidaturas em troca da coordenação política da campanha de Fernando Henrique Cardoso no Paraná e da posterior nomeação como ministro da Agricultura do presidente eleito (GAZETA DO POVO, 26 abr. 1994, p. 7).

O exemplo de Andrade Vieira, ilustra uma das formas utilizadas pelo empresariado paranaense para obter seus objetivos, que vão além da simples divulgação das idéias liberais. Isabel Couto, em seu estudo sobre o Grupo de Empresários de Curitiba – GEC, destaca que a aproximação de Andrade Vieira ao governo FHC tinha objetivos bem claros de “convencer o Governo Federal a dar-lhe ajuda financeira para sanear as dívidas do banco. Para isso o governo (através da Caixa

Econômica Federal) utilizaria o dinheiro do Proer.” (COUTO, 1998, p. 74)

Mas, apesar de ter ocupado durante o primeiro mandato de FHC o cargo de ministro da agricultura e ser um dos principais doadores da campanha eleitoral, doando oficialmente 276 mil reais (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 mar. 1997), Andrade Vieira não obteve seu principal intento que era o de manter o controle acionário e efetivo do Bamerindus. Nem mesmo a presença de Maurício Schulmann, um dos acionistas do Banco Bamerindus, à frente da Federação Brasileira de Bancos - Febraban, foi suficiente para que o banco fosse mantido nas mãos do ex-ministro. Inclusive, um dos requisitos exigidos pelo Banco Central do Brasil, a todos os banqueiros que desejavam acesso ao dinheiro público do Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro – PROER, era a saída do principal acionista da presidência da instituição bancária.

Outros empresários participantes do IL-PR que também se lançaram na política em busca de cargos públicos foram Max Rosemann (Joalherias M. Rosemann), deputado federal por várias legislaturas e candidato derrotado à prefeitura de Curitiba em 1996, e José Carlos Gomes de Carvalho, o “Carvalhinho” (Servopa Veículos, Copava Veículos, Federação das Indústrias do Paraná) que exerceu o cargo de senador da República entre 1987-1995, secretário estadual da Indústria de Comércio em duas ocasiões, 1987 e 1999 e vice-prefeito de Curitiba 1993-1997.

A outra opção de ação política escolhida pelos liberais paranaenses foi o financiamento de campanhas políticas. Das empresas, empresários e profissionais liberais fundadores e atuantes no interior do IL-PR, que conseguiu-se detectar a presença entre os doadores de campanhas políticas, destacam-se:

**TABELA 1 – MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE JAIME LERNER AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ – 1994**

GRUPO	R\$ mil	PART. (%)
Refrigeração Paraná	300 000	43,04
Inepar S/A Ind. Const.	225 000	32,28
Demeterco e Cia.	50 000	7,17
Trombini Embalagens	50 000	7,17
Romani S/A Ind. e Com.	25 000	3,59
Servopa S/A	20 000	2,87
Berneck Aglomerados S/A	10 000	1,44
Banco Araucária S/A	8 000	1,15
Britânia Eletrodomésticos Ltda.	6 000	0,86
HM Adm. de Consórcios S/C	3 000	0,43
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>697 000</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE

NOTA: Os percentuais apresentados referem-se apenas a doadores mantenedores do Instituto Liberal do Paraná.

**TABELA 2 - MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE CASSIO TANIGUCHI Á PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA - 1996**

GRUPO	R\$ mil	PART. (%)
Inepar S/A	150 000	48,42
Posigraf	100 000	32,28
C.R. Almeida S/A	41 265	13,32
Banco Araucária	10 000	3,23
Selectas S/A Ind. Com. Madeiras	5 000	1,61
Paraná Equipamentos	2 500	0,81
Brasholanda S/A	1 000	0,33
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>309 765</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE

NOTA: Os percentuais apresentados referem-se apenas a doadores mantenedores do Instituto Liberal do Paraná.

**TABELA 3 – MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE ROBERTO REQUIÃO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002**

GRUPO	R\$ mil	PART. (%)
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	50 000	60,61
Paraná Equipamentos S/A	12 500	15,15
Britânia Eletrodomésticos S/A	10 000	12,12
Trombini Embalagens Ltda.	10 000	12,12
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>82 500</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

NOTA: Os percentuais apresentados referem-se apenas a doadores  
doadores mantenedores do Instituto Liberal do Paraná.

**TABELA 4 – MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE BETO RICHÁ AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002**

GRUPO	R\$ mil	PART. (%)
Trombini Embalagens Ltda.	50 000	36,36
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	50 000	36,36
Orlando Otto Kaesemodel (Brasholanda)	25 000	18,19
Paraná Equipamentos S/A	12 500	9,09
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>137 500</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

NOTA: Os percentuais apresentados referem-se apenas a doadores  
mantenedores do Instituto Liberal do Paraná.

**TABELA 5 – MANTENEDORES DO INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ QUE FORAM FINANCIADORES DA CAMPANHA DE ÁLVARO DIAS AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002**

GRUPO	R\$ mil	PART. (%)
José Carlos Gomes de Carvalho	90 000	64,29
Trombini Embalagens Ltda.	50 000	35,71
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>140 000</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

NOTA: Os percentuais apresentados referem-se apenas a doadores  
mantenedores do Instituto Liberal do Paraná.

A seguir é possível verificar listas ampliadas nas quais constam os principais financiadores das campanhas eleitorais dos três principais candidatos ao governo do Estado do Paraná em 2002. Fazem parte destas listas apenas os principais doadores, ou seja, aqueles que contribuíram com os maiores valores.

**TABELA 6 – PRINCIPAIS DOADORES DA CAMPANHA DE BETO RICHIA AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002**

DOADOR	R\$ mil
Carlos Alberto Richa	255 819
Montana Indústria de máquinas Ltda.	200 000
Administradora de Bens Capela Ltda.	167 800
Autovesa Veículos Ltda	146 000
Banco Industrial do Brasil S/A	100 000
Banco Crédito Real Minas Gerais S/A	100 000
Fabrica de Prod. Alimt. Vigor	100 000
Iasin Sinalização Ltda.	95 000
MPS Informática Ltda.	60 000
Trombini Embalagens Ltda.	50 000
Autoplan Motors Veiculos Ltda.	50 000
LPN Participações S/A	50 000
Cia de Cimento Itambé	50 000
Milenia Agro Ciencias S/A	50 000
Xingu Construtora de Obras Ltda.	50 000
Cimento Rio Branco S/A	50 000
Soc. Educacional Positivo Ltda.	50 000
APRABIM – Associação Paranaense. de Bingos	40 000
Poti Comércio de Combustíveis Ltda.	35 000
Portinari Comércio de Combustíveis Ltda.	35 000
Concreal Saneamento	35 000
Trageto Engenharia Ltda.	30 000
Engerklan Empreendimentos	30 000
Orlando Otto Kaesemodel	25 000
Laboratório Frischmann Aisengart	25 000
RDR Cons. Associados S/C Ltda.	20 000
Porangatu Fomento Mercantil Ltda.	20 000
Associação dos Moageiros de Trigo do PR	20 000
Klabin S/A	18 913
Engflex Const. Empreendimentos Ltda.	15 000
Rede Beck Metalurgica Ltda.	15 000
Kurten Madeiras Ltda.	14 000
Paraná Equipamentos Ltda.	12 500
Burge Alimentos S/A	10 000
Brickawal Industrializados Ltda.	10 000
Irmãos Thá S/A	10 000
Cia. Iguaçu de Café Solúvel	3 500
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>2 048 532</b>

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

**TABELA 7 - PRINCIPAIS DOADORES DA CAMPANHA DE ÁLVARO  
DIAS AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002**

DOADOR	R\$ mil
Nutriara Alimentos Ltda.	824 000
UTC Engenharia S/A	781 000
Gerdau S/A	200 000
Insol Itertrading do Brasil Ltda.	200 000
Comite Financeiro Único - PDT	199 621
Indústria de Móveis Frederico Oberleitner Ltda.	156 000
Álvaro Fernandes Dias	150 000
Comercialização de Bens ou Realização de Eventos	148 000
Klabin S/A	123 578
Luiz Forte Netto	108 183
Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga	100 000
Cia Iguaçu de Café Solúvel	100 000
Usina Alto Alegre S/A	100 000
Rodosafrá Logística Transportes Ltda.	100 000
Guia Veículos Ltda	95 102
José Carlos Gomes de Carvalho	90 000
Ultrafértil S/A	80 000
Cia de Cimento Itambé	80 000
Optagraf Editora e Gráfica Ltda.	77 425
Indústria de Compensados Guararapes Ltda.	56 353
MDM Com. de Equipamentos e Tecnologia Ltda.	52 205
Impressora Paranaense S/A	50 000
Organização Médica Clinihauer Ltda.	50 000
Herbarium Laboratório Botânico Ltda.	50 000
Trombini Embalagens Ltda.	50 000
Fresh Water Exportadora Com. e Serviços Ltda.	50 000
Tomaz Poplawski	45 000
Noroeste Administração de Bens e Particip. Ltda.	45 000
Opta Originais Gráficos Ltda.	41 760
Ouro Verde Transportes e Locação Ltda.	36 429
Comércio e Indústrias Brasileiras Coimbra S/A	30 000
Vianna Lima Sistemas Informatizados Ltda.	30 000
Gold Tower Informática Ltda.	30 000
DCL Administração e Participação Ltda.	30 000
Marcopolo S/A	30 000
Milenia Agro Ciências S/A	30 000
Berneck Aglomerados S/A	10 000
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>4 429 656</b>

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral – TSE



**TABELA 8 – PRINCIPAIS DOADORES DA CAMPANHA DE ROBERTO REQUIÃO AO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ - 2002**

DOADOR	R\$ mil
Grupo Paulo Pimentel (jornais e canais de televisão)	464 043
LYM Adm. e Participações Ltda.	300 000
Gerdau S/A	200 000
Klabin S/A	168 078
Cosate Construção e Saneamento Eng. Ltda.	136 584
Repinho Reflorestamento Mad. e Comp. Ltda.	110 000
Nutritional S/A Ind. e Com. de Alimentos	105 000
Rosch Administradora	100 000
Strategos Eng. Inf.Cons. Ltda.	90 000
Orlando Pessuti	87 000
Companhia de Cimento Itambé	80 000
Companhia de Cimento Rio Branco S/A	70 000
Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga	60 000
Autoplan Adm. de Consórcios Ltda.	56 000
Cia Iguazu de Café Solúvel	50 000
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	50 000
Jayme Canet Junior	50 000
Banco BMG	50 000
Banco Alfa de Investimentos S/A	50 000
Banco BMC S/A	30 000
Paraná Equipamentos S/A	12 500
Trombini Embalagens Ltda.	10 000
Britânia Eletrodomésticos	10 000
<b>TOTAL DE DOAÇÕES</b>	<b>2 339 205</b>

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral – TSE

É importante destacar que quando se utiliza as listagens oficiais fornecidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais ou o próprio Tribunal Superior Eleitoral, é necessário estar claro que elas de forma alguma representam a totalidade das verbas destinadas ao financiamento eleitoral. Diversos casos onde ocorreram diferenças entre as verbas declaradas e aquelas realmente utilizadas estão sendo, ou julgadas na justiça ou divulgadas na imprensa nacional. O caso mais famoso refere-se à candidatura para o Executivo municipal de Curitiba, onde os valores declarados pelo então candidato Cássio Taniguchi não correspondiam aos gastos realmente efetivados, caracterizando o que a imprensa passou a denominar de “caixa 2”.

Porém, mesmo diante desse cenário, os dados constantes nos Tribunais Regionais Eleitorais constituem fonte da qual não se pode dispensar, pois apontam

certamente o direcionamento, mesmo que parcial, dos interesses da classe empresarial e sua ação política, foco deste estudo. Através das relações de doadores é possível detectar quais os setores econômicos que efetivaram despesas com política, quais grupos (indústria, comércio, serviços, agricultura) se destacaram, que alinhamento político-ideológico assumiram; e mesmo se há algum tipo de direcionamento quanto à ideologias. Caso não haja esse direcionamento, e determinados grupos invistam em diferentes candidaturas, com plataformas políticas diferenciadas, a pergunta que se busca responder é o que teria levado ao investimento em vários candidatos paralelamente? Uma das respostas possíveis é que investimentos em diversos candidatos podem representar um objetivo que não está ligado a ideais, mas sim, a objetivos mais concretos e economicamente mais rentáveis, pois a possibilidade de estar apoiando um determinado grupo político que assuma as chaves dos cofres públicos, pode ser altamente rentável.

Ao se analisar as listas de doadores de campanha nas eleições mostradas nas tabelas acima, percebe-se, primeiramente, que não havia uma unanimidade na questão de partidos e candidatos. Muitas vezes empresas direcionaram verbas para diferentes candidatos que disputavam o mesmo cargo, no mesmo pleito. Em um segundo momento, percebe-se que havia sim uma efetiva vontade de obter, ou mesmo manter, canais de comunicação com os vários candidatos que por ventura se elegessem; e num terceiro momento, reforçando a segunda hipótese já levantada, percebe-se um reforço de doações em segundo turno, fato que deve ser considerado como alternativa para não perder o contato ou, no mínimo, não se antagonizar com os vencedores do pleito. Portanto, os mantenedores do IL-PR tinham interesses muito diversos além da simples divulgação dos ideais liberais, procurando manter estreita relação com os donos do poder federal, estadual ou municipal.

Isso evidencia que as divergências eram grandes entre os principais líderes do movimento e aumentam ainda mais na campanha de 2002, quando já não há uma efetiva ação do IL-PR, que teve suas atividades encerradas em 2000. As verbas oriundas da classe empresarial se dividem ainda mais. Esta constatação leva a perceber

que o Instituto enquanto esteve atuante na difusão dos ideais liberais conseguiu, mesmo que parcialmente, congrega parte do empresariado paranaense.

Para se poder perceber melhor a divisão que existia entre as principais lideranças do Instituto e a diversidade de interesses destaca-se o caso dos grupos Positivo, Paraná Equipamentos e Trombini Embalagens.

O Grupo Positivo que atua em diversas áreas como gráfico, informática e educação, e que possuía alguns de seus diretores como líderes do IL-PR, apoiou em 1996 somente o candidato Cássio Taniguchi do PFL à prefeitura de Curitiba, candidato que de certa forma se alinhava com o discurso de redução do Estado e de livre mercado e que compunha a equipe de Jaime Lerner, desde os anos 70. Em 2002 o mesmo grupo apoiou em primeiro turno o candidato Beto Richa, da coligação PFL-PSDB ao governo do Estado, que foi derrotado já no primeiro turno. Mas, no segundo turno, o apoio financeiro do grupo foi dado à Roberto Requião do PMDB, que tradicionalmente profere um discurso de planejamento estratégico e intervencionista, denotando, portanto, que os interesses econômicos imediatos e concretos eventualmente podem ser muito superiores a quaisquer ideais políticos e ideológicos de cunho abstrato e distante.

Outro grupo empresarial com atuação semelhante foi a Trombini Embalagens que em 1994 colaborou com a campanha de Jaime Lerner ao governo do Estado, que já nessa época delineava, mesmo estando filiado ao PDT, um claro discurso privatizante e de livre mercado. Em 1996 apoiou a candidatura de Cássio Taniguchi do PFL e em 2002 colaborou com os três candidatos que lideravam a campanha eleitoral ao governo do estado do Paraná: Beto Richa do PSDB; Álvaro Dias do PDT e Roberto Requião do PMDB. O financiamento de três candidaturas paralelas que disputavam o mesmo cargo deixa claro que os objetivos não se restringem ao campo das idéias.

No caso da Paraná Equipamentos, os recursos que em 1996 haviam sido direcionados apenas à candidatura Taniguchi ao executivo municipal de Curitiba, se divide em 2002 entre as candidaturas de Beto Richa do PSDB-PFL e Roberto Requião do PMDB.

Certamente encontrar-se-á outros casos semelhantes e que de certa forma contribuem para que se possa entender melhor a ação política empresarial no Brasil da Nova República, principalmente no que toca à grande disparidade entre o discurso e a prática efetivamente realizada. O amplo apoio dado a determinados candidatos quando o IL-PR ainda organizava o empresariado no Estado, entra em choque diretamente com a Declaração do Rio de Janeiro, onde está de forma explícita a não ligação com qualquer partido político. Na prática isso não ocorreu, visto que os partidos onde o grupo Lerner estava filiado era o preferido para as doações: primeiramente PDT e posteriormente PFL. A partir de 1997, como já foi apontado, o Instituto deixa de exercer papel de comando sobre as ações empresariais e em 2000 com o seu encerramento, percebe-se, então, uma divisão muito grande das doações, sem preocupação alguma com idéias ou programas partidários.

A presença de membros do IL-PR em cargos do Executivo ainda é merecedora de maiores estudos para que se possa esclarecer até que ponto esses membros do instituto levaram para dentro do poder executivo as idéias liberais. Ressalta-se porém que a criação de várias empresas paralelas às secretarias estaduais possam ter sido o grande canal de retorno encontrado pelo governo Lerner para com aqueles que o apoiaram. Mas, esta relação ainda carece maiores estudos.

### 3.4 PLANO REAL: DO COMBATE À ADESÃO TOTAL E IRRESTRITA

Em 1993, com o lançamento do Plano Real, o governo Itamar Franco imitava seus antecessores com o lançamento de mais um plano econômico que visava derrubar a inflação que já há uma década infernizava a vida de governo e cidadãos.

A exaustiva sequência de planos econômicos implantados legou ao Real uma desconfiança imediata, tanto da população e economistas, quanto dos empresários. Essa reação, nada surpreendente, quando observa-se a tradicional forma de elaboração das estratégias de combate à inflação implantadas no Brasil, entre os anos de 1986 e 1990 (Plano Cruzado à Plano Collor), que na sua ampla maioria “privilegiou vias coercitivas de implementação, (...) incluindo não só pacotes voltados à estabilização econômica e os programas de ajuste, como também, políticas setoriais nas esferas econômica, social e cultural.” (DINIZ, 1999, p. 181)

Essa forma de implantação de ações pelo alto, como destaca DINIZ (1999, p. 193), estimula um sentimento de irresponsabilidade dos empresários pelas consequências de suas ações para o resultado das políticas de governo.

No caso do Plano Real, essa desconfiança também se apresentou entre o empresariado. Nos primeiros meses após a implantação do plano, ocorrido em março de 1994, com o uso da Unidade Real de Valor - URV e, posteriormente em julho, com a nova moeda, o Real, as críticas à equipe econômica foram veementes.

A nível nacional o principal líder dos institutos liberais até elogiou o plano, mas destacou que “é necessário gerenciá-lo bem” (GAZETA DO POVO, 20 maio 1994, p. 13).

O IL-RJ, um dos mais ativos do Brasil, criticou o plano por este ser considerado eleitoreiro, não apresentando as soluções para os problemas estruturais do país como as áreas previdenciária e tributária, e fechou a análise destacando que o Plano Real é um “mero anestésico, em troca de maior sucesso nas urnas” (GAZETA DO POVO, 17 mar. 1994, p. 34).

Já entre os liberais paranaenses a crítica ao plano foi mais contundente.

Roberto Demeterco, o principal dirigente do IL-PR, então vice-presidente da ABRAS, e porta-voz do empresariado liberal no Paraná, conseguiu resumir em seu discurso numa reunião junto com o empresariado que discutia a implantação do plano FHC, muito do pensamento oficial do IL-PR.

Para entender melhor este pensamento, seguem alguns trechos do discurso (GAZETA DO POVO, 25 fev. 1994, p. 15) ocorrido na sede da APRAS, local que também abrigou por muito tempo as reuniões do IL-PR. Para Demeterco, como o plano foi lançado em ano de eleições, o Real era apenas “um plano de candidato”. Seguindo as diretrizes básicas do IL-PR, que defende o Estado Mínimo, Demeterco ressalta que “estas medidas não vão resolver o problema da inflação e que o governo precisa dar sua contrapartida com o controle dos gastos públicos, das suas despesas, enfim o controle do déficit”. Demeterco também criticava o Plano por introduzir o Brasil “numa economia dolarizada e inflacionada – quem perde são os consumidores que não terão poder de compra, e as empresas por não terem competitividade”. Quando destaca a dolarização, Demeterco está se referindo aos problemas que já eram enfrentados pela vizinha Argentina com o Plano Cavallo. Mas, não se pode deixar de ressaltar, que neste aspecto os liberais estavam corretos, pois o poder de compra do brasileiro médio reduziu-se assustadoramente ao longo do Plano Real, mesmo que no início um ganho no poder de compra tenha sido alcançado. “É preciso que haja competitividade nesses setores, que o governo atraia o capital estrangeiro e que acabe com as reservas de mercado”. Nesse item o governo seguiu o conselho dos liberais quando atraiu o capital estrangeiro, mas fechou os olhos para os gigantescos oligopólios formados por esses capitais, como é o caso das grandes redes de supermercados. “Precisamos de um governo com autoridade, quem sabe um novo Collor que surgiria nessa eleição. Alguém que institua uma ordem liberal na sociedade, onde os problemas seriam resolvidos”.

Quanto à competitividade, talvez seja o maior acerto do ex-dono do Mercadorama, tê-lo vendido para o grupo português SONAE. A economia paranaense realmente transformou-se ao longo dos paralelos oito anos de FHC e Lerner, deixando

de ser uma economia regional onde empresas familiares, cooperativas e estatais se destacavam, para apresentar uma economia dominada por grandes grupos de outras regiões do país ou estrangeiros. A título de comparação, em 1989, no ranking do jornal Gazeta Mercantil, as cinco maiores empresas privadas paranaenses eram: Bamerindus, C.R. Almeida, Trombini, Hermes Macedo e Refripar (GAZETA MERCANTIL, 1989). Dessas, duas foram vendidas a grupos estrangeiros (Bamerindus e Refripar), uma fechou em virtude de problemas sucessórios (Hermes Macedo), a Trombini não desponta mais nem como as dez maiores e a exceção refere-se à mega empreiteira C. R. Almeida que ainda sobrevive.

Tais números mostram a incapacidade desse mesmo empresariado em perceber sua fragilidade diante das gigantes estrangeiras ou, simplesmente, da capacidade infinitamente mais vantajosa na obtenção de crédito por empresas sediadas fora do país.

Para uma percepção mais nítida da situação desencadeada com a abertura econômica, no caso do Paraná, deverá ser observado o quadro 6.

**QUADRO 6 – EMPRESAS PARANAENSES ADQUIRIDAS TOTAL OU PARCIALMENTE POR GRUPOS NACIONAIS OU ESTRANGEIROS NOS ANOS DE 1990**

SETOR	GRUPO REGIONAL	COMPRADOR	PROCEDÊNCIA	NATUREZA OPERAÇÃO
Privado	Bamerindus	HSBC	Inglaterra	Aquisição
Público	Banestado	Itaú	Brasil	Aquisição/privatização
Público	Telepar (fixa)	BR - Telecom	Itália – Brasil	Aquisição/privatização
Público	Telepar (celular)	Tim	Itália	Aquisição/privatização
Privado	Mercadorama	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Real	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Coletão	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Drogamed/Minerva	Farmácias Ahumada S/A	Chile	Participação acionária
Privado	Frigorífico Chapecó	Macri	Argentina	Aquisição
Privado	Eletrofrio	L.A.Darling	EUA	Aquisição
Privado	Pisa – Papel de Imprensa	Norske Skog	Noruega	Aquisição
Privado	Batavo	Parmalat	Itália	Incorporação acionária
Privado	Batávia (Parmalat/Batavo)	Perdigão	Brasil	Aquisição
Privado	Refrifar	Electrolux	Sueca	Aquisição
Privado	Plastipar	Hettich	Alemanha	Fusão
Privado	Polarcup	Holanda	Espanha	Aquisição
Privado	Inpacel	Champion	EUA	Aquisição
Privado	Parnaplast	Zemi	EUA	Aquisição
Privado	Impressora Paranaense	Dixie-Toga	Brasil	Aquisição
Privado	Herbitécnica	Defensa	Brasil	Fusão
Privado	Coopagro	Fiasul	Brasil	Aquisição
Privado	Disapel	Ponto Frio	Brasil	Aquisição
Privado	Supermercados Mufatão	Sonae	Portugal	Aquisição
Privado	Fósforos Irati	Inácio Ferro	Brasil	Aquisição
Privado	Incepa	Roca	Espanha	Aquisição

FONTE: GRUPOS estrangeiros dominam a economia do Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 jul. 2002. p. 19.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

Ao se observar o quadro e lembrar da extenuante defesa em prol do livre mercado e da abertura ao capital estrangeiro, por parte do empresariado paranaense pode-se supor que houvesse uma reversão do apoio dado aos políticos que levaram a efeito tais medidas. Mas, não foi exatamente isso que aconteceu. Segundo Sérgio Marcos Prosdócimo, ex-sócio da Refripar, “a entrada de estrangeiros no mercado brasileiro era inevitável...quem veio para o Brasil trouxe duas coisas muito importantes: história e dinheiro. Enquanto isso a classe empresarial brasileira, após anos de cultura inflacionária, estava descapitalizada.” (GAZETA DO POVO, 21 jul. 2002, p. 19).



Portanto, o IL-PR, através de seus membros, se posicionou favoravelmente ao quadro de substituição de empresas regionais pelos grupos multinacionais ou transnacionais, colocando-a como algo senão inevitável, certamente coerente com as leis de mercado que tanto defenderam.

Esse aspecto – a internacionalização da economia paranaense – parece ser um dos fatores que ocasionaram, a partir de 1998, a redução das atividades do IL-PR, visto que, a aplicação das reformas ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, no plano federal, da privatização das estatais e da abertura ao capital externo no governo estadual de Jaime Lerner, satisfizeram parte das exigências dos liberais paranaenses. Semelhante análise foi utilizada por Álvaro Bianchi, ao analisar o PNBE destacando que a aproximação do PNBE com o governo tucano foi crucial na “passivização” da entidade (BIANCHI, 2001, p. 150).

Este aspecto reflete a importância e a proximidade das lideranças eleitas no Paraná e no Brasil em 1994 e 1998 (FHC e Lerner), no acomodamento das classes empresariais brasileiras, bem como, de grande parte dos movimentos sociais organizados, que ao verem algumas de suas reivindicações atendidas, em especial pela estabilização da taxa inflacionária, deixavam a combatividade em segundo plano. Tal atitude era reforçada pela redução das atividades vinculadas aos movimentos populares e sindicais, que atingidos duramente pelo crescente desemprego também passaram a posições mais moderadas nas questões trabalhistas.

### 3.5 O ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES

Após quatorze anos de existência, o IL-PR encerrou suas atividades no final de 2000. Apesar de ser um dos institutos liberais caçulas do Brasil, foi um dos primeiros a fechar suas portas. Foi criado em fins de 1987, posteriormente aos institutos do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Entre as causas que podem ser apontadas como fundamentais para o encerramento de suas ações destacam-se: a questão política, na qual está compreendida a relação entre o nacional e o regional; a econômica, no que se refere à captação de recursos para as atividades de divulgação do liberalismo; e, por fim, as divergências ideológicas dos principais mantenedores.

O período de ação do Instituto ocorre paralelamente ao final do governo de José Sarney, aos breves governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco e aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Para este período também se pode destacar a inserção do pensamento liberal-privatizante no seio do governo federal ocorrido ao final do mandato de José Sarney, a ascensão meteórica destas idéias com Fernando Collor de Mello, e a implantação de tal ideário sistematicamente ao longo dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso.

A efetivação das idéias liberais como abertura aos capitais estrangeiros, redução do poder dos sindicatos e privatização, respaldadas pelo sucesso do Plano Real, mostraram para os liberais de vários institutos que suas idéias estavam incorporadas às políticas públicas, indicando sucesso na difusão do ideário liberal.

No plano regional, Jaime Lerner foi eleito governador, e da mesma forma que FHC, reeleito em 1998. Com uma campanha política pautada pelas promessas de “mudar o Paraná”, o então candidato do PDT, passa a implantar no Estado uma imensa política intervencionista no que tange a atração de capitais externos ao mesmo tempo em que privatizava o banco estadual - Banestado, iniciava o mesmo processo nas companhias de água e luz, terceirizava serviços básicos como educação e saúde, mesmo que parcialmente através da criação de empresas como a Paraná Educação.

Também manteve uma dura e áspera relação para com os chamados movimentos e organizações sociais mais reivindicativos e atuantes. Tais medidas permitem enquadrar este governo nos ideais propagados pelo IL-PR. Esta relação é reforçada quando observada a presença de importantes nomes do IL-PR no secretariado estadual, como é o caso de José Carlos Gomes de Carvalho.

O crescimento da influência política de empresários ligados ao IL-PR é também percebido no caso da prefeitura municipal de Curitiba, principal cidade do Estado. O grupo político ligado a Jaime Lerner obtém sucessivas vitórias eleitorais desde 1988. No período compreendido entre 1988 e 2000 foram eleitos Jaime Lerner, Rafael Greca e Cassio Taniguchi, garantindo ao empresariado amplo acesso às questões pertinentes às políticas públicas. Tal processo já foi destacado por OLIVEIRA (1995, p. 211) quando da análise das relações de entidades empresariais paranaenses como ACP e FIEP com organizações no interior do poder público municipal como o IPPUC.

A importância dada ao grupo Jaime Lerner tanto no âmbito estadual quanto no municipal deve-se ao financiamento das campanhas eleitorais desses candidatos que provinham de mantenedores do Instituto Liberal.

Conclui-se, portanto, que ao longo da década de 1990 a influência dos liberais paranaenses expandiu-se de tal forma que transmitia aos membros do IL-PR uma certa “tranquilidade” quanto à implantação do pensamento liberal.

Essa tranquilidade oriunda das vitórias obtidas nas eleições produziu uma redução drástica nas verbas destinadas ao IL-PR, visto que o empresariado mantenedor não via razões de gastar seu dinheiro em campanhas de divulgação de ideais liberais, se estes já se incorporavam às políticas públicas ao mesmo tempo em que as esquerdas não conseguiam unir seu discurso para que isso resultasse em vitórias eleitorais.

Uma terceira hipótese apontada refere-se às divergências ideológicas entre os líderes e mantenedores do Instituto. Tais divergências que já ocorriam quanto ao financiamento de atividades e de campanhas eleitorais, via empresas, torna-se mais claro nas eleições ocorridas em 2002, quando grupos empresariais que outrora

mantinham o Instituto e financiavam candidatos que tinham um discurso tipicamente liberal e conservador, passaram a destinar verbas a políticos com um discurso intervencionista e até mesmo social.

Por último, os resultados insatisfatórios obtidos com as reformas liberais no que tange o crescimento econômico, em especial a geração de emprego e renda, tanto a nível nacional quanto no plano regional, colocaram em xeque a tão propagada eficiência do liberalismo para resolver os problemas econômicos e sociais brasileiros. As tradicionais receitas: privatizar, desregulamentar, terceirizar, reduzir o Estado não apresentaram os resultados esperados e no final da década de 1990 começavam a surgir vozes dissonantes na sociedade brasileira e ouvidos dispostos a ouvi-las. Era a sociedade brasileira acordando da ressaca do Plano Real aliado ao receituário liberal. Além disso, a abertura de mercado às multinacionais varreu do Paraná muitos das empresas mantenedoras do Instituto, o que ocasionou uma redução drástica nas receitas do IL-PR.

No plano regional, o encerramento do IL-PR em 2000 ocorreu de forma paralela ao grande debate então ocorrido no Paraná: a privatização da Companhia Paranaense de Energia – Copel. Nesse debate de grande apelo popular, que reuniu as principais entidades classistas paranaenses o IL-PR não chegou a formular um posicionamento oficial, porém o as duas grandes entidades empresariais do Paraná ACP e FIEP já se colocavam publicamente contrárias à privatização da estatal. Esse posicionamento certamente influenciou o IL-PR pois muitos de seus membros compunham as diretorias da ACP e FIEP fazendo com que seja possível deduzir que o IL-PR não mais exercia o papel a que se destinava e para o qual havia sido criado: aglutinar o empresariado paranaense em defesa do liberalismo.

No caso Copel, onde ACP e FIEP uniam forças na defesa de uma empresa estatal e detentora de um monopólio, certamente mostraram aos empresários do IL-PR que novos ventos se abatiam sobre a política e a economia brasileira mostrando talvez aos liberais que era chegado o momento de desocupar o palco principal e abrir espaço para idéias de desenvolvimento nacional, investimentos públicos, defesa da indústria nacional, entre outras.

## CONCLUSÃO

Fazendo um balanço da trajetória percorrida pelo IL-PR é possível constatar que houve êxito em grande parte das ações empreendidas, em especial às questões ligadas à divulgação da doutrina liberal, visto que temas como privatização, desregulamentação e abertura de mercado passavam a ser presenças marcantes tanto na política quanto na imprensa.

O sucesso, mesmo que não na totalidade de seus objetivos, pode ser considerado, primeiramente, como reflexo de uma estrutura econômica e política keynesiana que naquele contexto histórico apresentava-se como esgotada. Esta conjuntura, que não era característica somente no país, mas que também se apresentava no plano internacional, reforçava para os líderes do IL-PR a necessidade de mudança nos rumos econômicos do Brasil e do Estado do Paraná.

Num segundo momento o respaldo da conjuntura externa garantia apoio político e financeiro de grupos econômicos, universidades e instituições de pesquisa voltadas para a divulgação do pensamento liberal (GROS, 2002, p.158).

Internamente, a falência do modelo pautado no intervencionismo pode ser representada pelos sucessivos fracassos dos planos econômicos implantados durante o governo Sarney. Este processo pode também ser percebido através do ataque aos supostos privilégios do funcionalismo público e ao gigantismo estatal, que foi utilizado nas eleições de 1989 pelo então candidato à presidência Fernando Collor de Mello como estratégia eleitoral. O sucesso desse discurso respaldou ainda mais a ação dos ILs espalhados no Brasil e das demais organizações empresariais surgidas ao longo da década de 1980. Tal contexto que pode ser considerado de transição, e de instabilidade política e econômica, dava aos ILs a condição necessária para se posicionarem como canais de divulgação do liberalismo, arrecadando entre o empresariado recursos para essas atividades.

O primeiro grande momento de aglutinação do empresariado ocorreu durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, na qual o IL-PR participou de

forma organizada apenas no segundo turno das votações, visto que, a instituição foi formada em novembro de 1987. A criação de um IL no estado do Paraná reflete, em um primeiro momento a incapacidade dos ILs carioca e paulista em obter as vitórias desejadas na Constituinte, quanto um maior grau de organização do empresariado paranaense na busca de resultados mais expressivos no que se refere às questões econômicas. É importante destacar que as votações na Assembléia Nacional Constituinte não foram foco de um estudo mais aprofundado neste trabalho, mas sim, a organização buscada pelo empresariado para desencadear uma ação de lobby junto aos parlamentares paranaenses.

Outro momento que refletiu a ação política empresarial ocorreu em 1993 e 1994, quando da realização da Revisão Constitucional. Neste período foi possível observar uma ação mais tímida do IL-PR quanto à defesa do Estado mínimo e das privatizações. Possivelmente esta atitude refletiu no fracasso da aprovação da grande maioria das emendas que defendiam as causas de interesse do empresariado. Por outro lado, o desinteresse do governo também colaborou no resultado pouco efetivo do processo revisional como destaca ARAGÃO (1996, p. 156). É interessante ressaltar que ao se analisar a Revisão Constitucional não se pode esquecer que o contexto já era pré-eleitoral. Configurava-se, naquele momento, as eleições majoritárias para governo dos estados e para a presidência da república, fator que ainda merece maiores estudos.

As eleições de 1994 deram a vitória a Fernando Henrique Cardoso no plano nacional e a Jaime Lerner ao governo do Estado. Estes fatos somados à plataforma de governo que ambos apresentavam mostrava aos liberais que grande parte do trabalho de divulgação ideológica e financiamento eleitoral estavam surtindo os efeitos desejados.

O sucesso obtido pelo Plano Real na contenção do grave problema inflacionário de que sofria a economia brasileira desde os anos de 1980, passava aos liberais a certeza de que o país caminhava no rumo que eles há muito tempo defendiam.

Outro aspecto que indicava aos liberais o sucesso de suas iniciativas é a

nomeação de membros do IL-PR a importantes cargos públicos. Entre alguns nomes é válido lembrar que na esfera federal Fernando Fontana, ex-presidente do IL-PR, ocupou a presidência do INSS, e José Eduardo de Andrade Vieira ocupou ministério na gestão FHC. Já na esfera estadual nomes como José Carlos Gomes de Carvalho e Reinold Stephanes Júnior ocuparam secretarias. Quanto à ação dos membros do IL-PR à frente dos referidos cargos é necessária uma análise à parte.

O financiamento de campanhas eleitorais, a ocupação de importantes funções públicas, e mesmo os novos investimentos ocorridos em seus patrimônios particulares advindos das políticas de abertura ao capital externo e privatizações, indicam que os objetivos dos liberais paranaenses foram muito além daqueles considerados como *apartidários* e *apolíticos*, e que visavam apenas a divulgação ideológica, foram também obtidos também resultados mensuráveis em termos de poder econômico e político.

Percebe-se, portanto, que a ação política do IL-PR almejava, muito mais do que apenas contribuir para mudar o pensamento da sociedade brasileira quanto à receptividade para com os ideais liberais, obter também um aumento em sua própria capacidade de interferir nos círculos decisórios que efetivamente planejam e executam as políticas públicas, não somente no Paraná, mas também no Brasil.

Ainda no aspecto político, os efeitos do trabalho do IL-PR podem ser sentidos no reduzido crescimento dos partidos de esquerda ao longo da década de 1990.

Esses aspectos amplamente favoráveis ao liberalismo que provocaram no empresariado a sensação de que as idéias liberais estavam disseminadas, afastando o risco do retorno das idéias intervencionistas, trouxe como consequência a redução dos recursos destinados ao financiamento de campanhas pró-liberalismo e de políticos adeptos de tais idéias. Além destes fatores, é necessário ressaltar que muitas das empresas que ao longo da existência do IL-PR foram vendidas ou fecharam suas portas agravando o problema de arrecadação de verbas.

Estas empresas que na grande maioria defenderam a abertura de mercado foi “engolida” por este próprio mercado que defendiam. Tais resultados demonstram que

a utopia liberal foi muito mais forte do que qualquer utopia de esquerda, visto que muitos dos arautos do liberalismo, foram consumidos por ele. PARETO<sup>16</sup>, ao ser citado por ROSANVALLON (2002, p. 258), nota, ao analisar a utopia liberal, que esta “prometia aos seus crentes um paraíso terrestre, tal como a utopia socialista, mas errava ao colocá-los em regiões muito próximas e acessíveis. Tais promessas só inflamam os homens quando as suas realizações estão tão distantes que não podem ser verificadas pela experiência.”

---

<sup>16</sup> PARETO, W. *Les Systèmes socialistes*, (1902-1903). Genève: Droz, 1965. 1 v. em 2.



## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, M. de. A Ação dos grupos de pressão nos processos constitucionais recentes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 6/7, p.149-165, 1996.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BALANÇO ANUAL. Paraná 2000. Curitiba: Gazeta Mercantil, n.7, set.2000.
- BALANÇO ANUAL. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1987-1990.
- BIANCHI, A. **Hegemonia em Construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais**. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Edunb, 1993.
- BORÓN, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 63-118.
- BPW-CURITIBA. **Associação de Mulheres de Negócios**. Disponível em: <<http://www.geocities.com/asempa/diretoria.html>> Acesso em: 16 abr. 2003.
- BRASIL, S. Advogado ligado ao governador do PR assumirá INSS. **Folha de São Paulo On Line**, 20 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>> Acesso em: 03 mar. 2003.
- CASTRO, M. F. de.; CARVALHO, M. I. V. Globalização e transformações políticas recentes no Brasil: os anos 90. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, p.109-126, 2002.
- CHOMSKY, N. **Os caminhos do Poder: reflexões sobre a natureza humana e a ordem social**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- CODATO, A. N. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- COSTA, P.R.N. Burguesia comercial e Parlamento no Brasil dos anos 50. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 4/5, p.23-54, 1995.
- COUTO, I. C. **Ação Política Empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990-1998**. Curitiba, 1998. 141 fls. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIÁRIO POPULAR. Curitiba, 26 jun. 1988.

DINES, A.; FERNANDES JUNIOR, F.; SALOMÃO, N. **Histórias do Poder: 100 anos de política no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

DINIZ, E. **Crise, Reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DINIZ, E.; BOSCHI, R.; LESSA, R. **Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

DIREÇÃO: O PARANÁ NO RUMO CERTO. Curitiba: Diretriz Editorial, 1997-1998.

DREIFUSS, R. A. **O Jogo da Direita na Nova República**. 3. ed. Petrópolis : Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Política, Poder, Estado e Força: uma leitura de Weber**. Petrópolis: Vozes, 1993.

\_\_\_\_\_. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELECTROLUX muda o comando no Brasil. **Folha de São Paulo On Line**, 18 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>> Acesso em: 02 mai. 2003.

FAMÍLIA vende supermercado e investe na Internet. **Folha de São Paulo On Line**, 5 dez. 1999. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>> Acesso em: 02 mai. 2003.

FARIA, E.; SEBASTIANI, S. **Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história**. Curitiba: Sistani, 1997.

FARO, C. de (Org.). **Plano Collor: avaliações e perspectivas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990.

FOLHA DE LONDRINA. Londrina, 1987-1989.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 1994-2002.

FONES-WOLF, E. A. **Selling free enterprise: the business assault on labor and liberalism, 1945-60**. Chicago: University of Illinois, 1994.

FORRESTER, V. **O Horror Econômico**. São Paulo: Unesp. 1997.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

**GALBRAITH, J. K. O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica.** São Paulo: Pioneira, 1989.

**GAZETA DO POVO.** Curitiba, 1987-1995.

**GROS, D. B. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República.** Campinas, 2002. 242 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

**GOMES, A. M. de C. Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

**HARVEY, D. Condição pós-moderna.** 10. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

**HISTÓRIA, Donald Stewart Jr. (1931-1999).** Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/instituto/Donald.htm> Acesso em: 30 jan. 2002.

**HOBBSBAWM, E. Era dos extremos: O breve século XX 1914-1991.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**HUGON, P. História das Doutrinas Econômicas.** São Paulo: Atlas.

**IPARDES. O Paraná reinventado: política e governo.** Curitiba, 1989.

**LAMOUNIER, B. (Org.). De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Sumaré, 1990.

\_\_\_\_\_. **50 anos de Brasil: 50 anos de Fundação Getúlio Vargas.** Rio de Janeiro: FGV, 1994.

**LARA, A. H. (Ed.). Líderes da Virada do Milênio.** Curitiba: Aeropress Comunicação, 2000.

**LAURELL, A. C. (Org.). Estado e Políticas sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 1997.

**LEVINE, D. H. (Ed.). Constructing culture and power in Latin America.** Michigan: The University of Michigan, 1993.

**MAGALHÃES FILHO, F. de B. B. Da construção ao desmanche, análise do projeto de desenvolvimento paranaense.** São Paulo, 1999. 286 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

**MAGALHÃES, M. B. de. Paraná: política e governo.** Curitiba: SEED, 2001.

**MANET, P. História intelectual do liberalismo: dez lições.** Rio de Janeiro: Imago, 1990.

MAXFIELD, S.; SCHNEIDER, B. R. (Ed.). **Business and the state in developing countries**. Ithaca: Cornell University, 1997.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MISES, L. von. **A Mentalidade anticapitalista**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

OLIVEIRA, D. de. **A política do planejamento urbano: o caso Curitiba**. Curitiba, 1995. 324 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Cultura dos assuntos públicos: o caso do “custo Brasil”**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 14, 2000.

OLIVEIRA, R.C.de. **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI**. Curitiba: APUFPR-Ssind, 2002.

PEREIRA, L. C. B. **Economia Brasileira: Uma Introdução Crítica**. 3. ed. São Paulo: 34, 1997.

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PRADO JUNIOR, C. **História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado: reformas políticas e econômicas na Europa Oriental e América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

QUEM. Curitiba: Diretriz Editorial, 1979-

RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSANVALLON, P. **O Liberalismo Econômico: história da idéia de mercado**. Bauru: Edusc, 2002.

ROSSI, C. **Sem rumo claro, AL volta à incerteza**. *Folha de São Paulo*, 30 mai. 1999. Folha dinheiro, p. 1-3.

SADER, E.; GENTILLI, P. **Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SAES, D. **República do Capital: Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. Democracia e Capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.6/7, p. 129-147, 1996.

SAMPSON, A. **O homem da Companhia: uma história dos executivos**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SINGER, A. Memória e superação. **Folha de São Paulo**, 1 abr. 2001. Mais! p. 4-11.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SOUSA, Vivaldo de; MOSSRI, Sônia. Crise bancária. **Folha de São Paulo On Line**, 27 mar. 1997. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>> Acesso em: 03 mar. 2003.

STEWART JUNIOR, D. **O que é Liberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

USEEM, M. **The inner circle**. Oxford: Oxford University, 1984.

VÁZQUEZ, A. S. **Entre a realidade e a utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos. Rio de Janeiro, Conselho Nacional dos Institutos Liberais.

## **LISTA DE ANEXOS**

<b>ANEXO 1 - OUTDOORS .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO 2 - CONSELHOS E DIRETORIAS EXECUTIVAS DO IL-PR:</b>	
<b>GESTÃO 90-91 À 97-98 .....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO 3 - CAPA E CONTRA-CAPA DA REVISTA DIREÇÃO .....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO 4 - IL-NOTÍCIAS .....</b>	<b>103</b>

## ANEXO 1 – OUTDOORS

FONTE: 1983-1993. Instituto Liberal - Os primeiros 10 anos. Rio de Janeiro, Conselho Nacional dos Institutos Liberais.

**Participe da livre iniciativa:  
basta ser livre e ter iniciativa.**

**"O que é o Liberalismo"**  
de Donald Stewart Jr.  
*Leia!*

Instituto Liberal

224-8894



**"A LEI DEVE FAZER JUSTIÇA,  
NÃO PRIVILÉGIOS."**

Jorge Gerdau Johannpeter.

Instituto Liberal

224-8894

O Caminho da Servidão.

Hayek

*Leia!*

**ANEXO 2 – CONSELHOS E DIRETORIAS EXECUTIVAS DO IL-PR:**

**GESTÃO 90-91 À 97-98**

**FONTE: IL-PR**



**INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ**

COMPOSIÇÃO BIÊNIO 90/91

**Presidente do Conselho de Mantenedores**

- Dr. Sérgio Marcos Prosdócimo  
Refrigeração Paraná S.A. - REFRIPAR  
Rua Ministro Gabriel Passos, 175  
81.500 - Curitiba - PR  
Telefone: 041-276-2011      FAX: 277-2636

**Vice-Presidente do Conselho de Mantenedores**

- Dr. José Luiz Osti Muggiati  
Banco Bamerindus do Brasil S.A.  
Rua Mal. Floriano Peixoto, 5.500 Bloco 2  
81.500 - Curitiba - PR  
Telefone: 041-221-2106      FAX: 221-4134

**Presidente da Diretoria Executiva**

- Dr. Roberto Demeterco  
Demeterco & Cia Ltda  
Praça Tiradentes, 321 - 3º andar  
80.020 - Curitiba - PR  
Telefone: 041-224-2202      FAX: 224-3575

**Vices-Presidentes Diretoria Executiva**

- Dr. Marcos José Olsen  
Olsen Veículos  
Rua Mal. Floriano Peixoto, 3663  
80.220 - Curitiba - PR  
Telefone: 041-278-5033      FAX: 276-8142
- Dr. Renato Campos  
Slaviero Hotéis e Turismo Ltda.  
Rua Senador Alencar Guimarães, 50  
80.010 - Curitiba - PR  
Telefone: 041-223-3261      FAX: 222-2398
- Antonio Carlos Romanoski  
Refrigeração Paraná S.A. - REFRIPAR  
Rua Ministro Gabriel Passos, 175  
81.500 - Curitiba - PR  
Telefone: 041-276-2011      FAX: 277-2636
- Jair Euclides Capristo  
Banco Bamerindus do Brasil S/A  
Rua Mal. Deodoro, 320 - 10º andar  
80.020 - Curitiba - PR  
Telefone: 041-224-5343      FAX: 224-4447



GESTÃO 1992 - 93

**CONSELHO DE MANTENEDORES:**

Presidente: Sr. Luís Fernando Macedo

Vice-Presidente: Sr. Sérgio Marcos Prosdócimo

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Diretor-Presidente: Roberto Demeterco

Vices:

- Marcos José Olsen
- Renato Campos
- José Luís Osti Muggiati
- Jair Capristo
- Rogério Macedo Bório
- Fernando Fontana
- Estefano Ulandowski

**QUADRO FUNCIONAL:**

Secretário Geral: Álvaro Luis de Camargo

Secretária: Marci Haneiko

Promotora de Livros: Silvia A. Monfron

Assessoria de Imprensa: Sérgio Almeida

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Diretor Presidente: Cláudio Francisco Tolentino

Diretor Vice-Presidente: Eduardo Guy de Manuel

Diretoria: Estefano Ulandowski  
Cleverson Marinho Teixeira  
Péricles Pessoa Salazar  
Oriovisto Guimarães  
Rogério Macedo Bório

**CONSELHO DE MANTENEDORES:**

Presidente: Maria Christina de Andrade Vieira

Vice-Presidente: Atilano de Oms Sobrinho

**CONSELHO CONSULTIVO:**

Sérgio Marcos Prosdócimo

Roberto Demeterco

Fernando Fontana

**QUADRO FUNCIONAL:**

Secretário Geral: Álvaro Luis de Camargo

Secretária: Eliana de Fátima Deconto

Assessoria de Imprensa: Sérgio Almeida

# **INSTITUTO LIBERAL DO PARANÁ**

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Período: DEZ/94 - JUL/95

### **Composição:**

#### **\* Diretoria Executiva:**

Presidente: Estefano Ulandowski

Vice Presidente: Cleverson Marinho Teixeira

Diretores: José Arthur Fuchs

Rossana Margot Cavaciocchi Corrêa

Péricles Pessoa Salazar

Sérgio Luiz Sottomaior Pereira

Nilseu Brock Junior

Sérgio Levy

#### **\* Conselho de Mantenedores:**

Presidente: Maria Christina de Andrade Vieira

Vice-Presidente: Atilano de Oms Sobrinho

#### **\* Conselho Consultivo:**

Roberto Demeterco

Cláudio Francisco Tolentino

José Pío Martins

Oriovisto Guimarães

Sérgio Marcos Prosdócimo

Eduardo Guy de Manuel

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES - NOVEMBRO/DEZEMBRO 1994.**

**ELEITA A NOVA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA  
PARA O CUMPRIMENTO DA GESTÃO 1995-1996**

- No dia 23 de novembro último foi realizado na sede do IL-PR., a **Vi-  
gésima Primeira Reunião do Conselho de Mantenedores**, quando foram  
eleitos os novos membros da Diretoria Executiva. A diretoria elei-  
ta sucederá a gestão presidida pelo Dr. Cláudio Francisco Tolenti-  
no com a seguinte composição: Diretor Presidente - Estefano Ulan-  
dowski; Diretor Vice-Presidente - Cleverson Marinho Teixeira; Dire-  
tores sem designação especial - José Arthur Fuchs, Nilceu Brock Ju-  
nior, Péricles Pessoa Salazar, Rossana Margot Cavaciocchi Corrêa,  
Sérgio Luiz Sottomaior Pereira e Reinhold Stephanes Junior.



# Composição da Diretoria Executiva e Conselho de Mantenedores do IL-PR, Gestão 97/98

## Diretoria Executiva

Presidente: Cleverson Marinho Teixeira

Diretores: Alexandre Henrique Caiado

Nilseu Brock Jr

Péricles Pessoa Salazar

Piero Maggiani

Rossana Margot C. Corrêa

Sérgio Levy

Sérgio Luiz S. Pereira

Secretário Executivo: Álvaro Luís de Camargo

## Conselho de Mantenedores

Presidente: Mário Tureck

Antonio Carlos Romanoski

Cláudio Francisco Tolentino

José Carlos Gomes de Carvalho

Maria Christina de A. Vieira

Oriovisto Guimarães

Roberto Demeterco

Sérgio Marcos Prosdócimo

Oriovisto Guimarães

Roberto Demeterco

Sérgio Marcos Prosdócimo

## Conselho Doutrinário

Antonio Carlos Bazatto

Belmiro Valverde Jobim Castor

Carlos Alberto Pessoa

Euclides A. Rocha

Maurílio Leopoldo Schmitt

Paulo A.M. Maranhão Faria

Péricles Pessoa Salazar

## ACREDITE SE QUISER

1. "Indústria de brinquedo terá por mais três anos proteção contra produtos importados". *O Globo* 19.11.96 p. 29.

2. "No próximo ano, os cinemas do Brasil terão de exibir longa-metragens brasileiros por pelo menos 35 dias por ano. O decreto fixando o número mínimo de exibições de filmes brasileiros foi assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no último dia 27 e publicado no Diário Oficial de segunda-feira". *Jornal do Comércio*, RJ 31.12.96.

3. "O ministério da Indústria e Comércio está elaborando um pacote de medidas para proteger os setores de papel e celulose, pesca, bens de capital e autopeças, que se dizem prejudicados pelas importações". *Jornal do Brasil*, 02.01.97.

4. "O MEC se superou. Através de portaria, impôs a cada curso de Direito a montagem de bibliotecas jurídicas de, no mínimo, dez mil volumes. Quanto a qualidade das obras, nenhuma recomendação. É um caso único, no mundo, de saber aferido a peso". *Gazeta do Povo*, PR 09.12.96.

## • EXPEDIENTE •

Jornal editado e publicado pelo

Instituto Liberal do Paraná

Av. Senador Souza Naves, 535 sala 02

80050-040 Curitiba-PR

Tel.: (041) 362-1556 - Fax: (041) 224-1914

Instituto Liberal do Rio de Janeiro

Rua Professor Alfredo Gomes, 28

Botafogo - 22251080 Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (021) 539-1115 - Fax: (021) 537-7206

Instituto Liberal de São Paulo

Av. Brasil, 1837 - Jardim América

01431-001 São Paulo - SP

Tel.: (011) 280-0922/Fax: (011) 364-2419

Instituto Liberal do Rio Grande do Sul

Rua Santa Terezinha, 59

90040-180 Porto Alegre-RS

Telefax: (051) 332-2376

Instituto Liberal de Pernambuco

Caixa Postal, 198

50001-970 Recife-PE

Tel.: (081) 224-7418/Fax: (081) 224-8047

Instituto Liberal de Minas Gerais

Av. do Contorno, 4480 Conj. 1006

30110-090 Belo Horizonte-MG

Telefax: (031) 281-7431

Instituto Liberal da Bahia

R. Carlos Gomes, 1063 sl. 301

Ed. CDL - Afritos

40060-410 Salvador - BA

Tel.: (071) 321-3144 / Fax: (071) 321-8944

Instituto Liberal de Brasília

"Castália"

SMPW - Quadra 15/6/7

71745-150 Brasília-DF

Tel. (061) 380-1930/Fax: (061) 380-2420

Instituto Liberal do Ceará

Rua Major Facundo, 630

60025-100 Fortaleza-CE

Tel. (085) 231-9455/Fax (085) 231-9533

Diagramação e Impressão

IMPRESSORA ARTEGRAF LTDA.

Rua Francisco Derrosso, 3.590 - Xaxim

Fone/Fax (041) 378-8030

Curitiba - PR



**ANEXO 3 – CAPA E CONTRA-CAPA DA REVISTA DIREÇÃO**

**FONTE: Arquivo do autor**



# NOSSA CAPA

IGREJA SANTÍSSIMA  
MÃE DE DEUS - IVAIPORÃ  
Foto de Marcos A. Batista



Ano II - 17ª edição



Presidente e diretor de *marketing*  
Eduardo L. Brogiollo  
Diretora de edição  
Ivete M. D. Jung  
RP 2826/11/33

#### Colaboraram nesta edição

Alvaro Luis de Camargo  
André Zacharow  
Carmem C. Koenlopp  
Carol Padilla Giolitti de Canestraro  
Claudia Romariz Lino  
Cristiane Canet Mocellin  
C. R. Comunicação Empresarial  
Deisi Noeli W. Kusztra  
Fernando A. Miranda  
João Cláudio Derosso  
José Tavares  
Juraci Barbosa Sobrinho  
Louise R. P. Gionédís  
Lúcia Massae  
Luis Mário Luchetta  
Luiz Antônio Borges Vieira  
Marconni Gambogi de Mendonça  
Marcos A. Batista  
Margaret Taylor  
Maria Helena Canet  
Marian Guimarães  
Nilson Pohl  
Odair A. Garcia

EXPEDIENTE

Roberto Monteiro  
Toni Casagrande  
Vera Gussen  
Wanderley Carlos Stringhini  
Wilson de Araújo Bueno  
Impressão  
Gráfica Editora Três Ltda.  
Correspondência  
Caixa Postal 10333  
CEP 80739-970  
Curitiba - Paraná  
Ninguém está autorizado  
a comercializar notícias,  
reportagens e anúncios  
em nome da revista.  
Qualquer esclarecimento  
ou reservas de espaço  
deverão ser exclusivamente  
tratados com o diretor  
Eduardo L. Brogiollo,  
no endereço abaixo:  
Provex  
Promoções, Representação,  
Vendas e Exportação Ltda.  
Rua Jacques Félix, 56  
Vila Nova Conceição  
CEP 04509-000 São Paulo - SP  
DDD (011) 822-3749  
Fax (011) 866-6181



# SUMARIO

- 4 Editorial
- 7 Paraná é... - ANDRÉ ZACHAROW
- 8 Agenda - *Toni Casagrande*
- 10 Turismo - *Maria Helena Canet*
- 14 Notícias da Cidade
- 17 Câmara Municipal
- 18 Defesa Civil
- 20 Galáxia
- 22 Raízes -  
*Carol Padilla Giolitti de Canestraro*
- 26 Campo & Lavoura
- 30 Colagem
- 32 Economia Real -  
*Cristiane Canet Mocellin*
- 34 Tribunal de Contas
- 36 Usina de Idéias
- 38 Ensaio - *Vera Gussen*
- 40 Indústria
- 44 Fórum - *Louise Gionédís*
- 46 Artes - *Érico da Silva*
- 50 Negócios
- 52 Procon
- 54 Destaque - *Telemática*
- 64 Feira do Empreendedor
- 66 Fala, Prefeito - *Ivaiporã*
- 72 Comunidade Internacional -  
*Margaret Taylor*
- 74 Empresas
- 77 Detran
- 78 Comércio & Exterior -  
*Fernando A. Miranda*
- 80 Instituto Liberal
- 82 OMF/ UIOF - *Deisi N. W. Kusztra*
- 86 Urbanismo
- 88 Consulados
- 92 Personagem
- 95 Lançamento
- 104 Cultura
- 106 Recebendo Amigos - *Nélida Piñon*
- 108 O *chef* sugere - *Marian Guimarães*
- 110 Gente
- 114 Opinião - *Wanderley Carlos Stringhini*

#### **ANEXO 4 – IL NOTÍCIAS**

**FONTE:** Jornal editado e publicado pelo IL-PR. Arquivo do autor.

## ***Câmara de Arbitragem é instalada na Associação Comercial do Paraná***

No último dia 17 foi instalada a Câmara de Arbitragem da ACP, em cerimônia que contou com a presença do Vice-Presidente Marco Maciel, dos ministros Reinhold Stephanes e Nelson Jobim e de inúmeras lideranças empresariais e políticas estaduais. A Arbitragem é um processo simples e rápido para solucionar qualquer questão de direito patrimonial, seja de pessoa física ou jurídica, sem a necessidade de se recorrer à Justiça Estatal. O instrumento da

*[Assinatura]*

Cleverson Marinho Teixeira,

Ao retornar a Brasília da instalação da ARBITAC, tenho a satisfação de remeter-lhe, em anexo, texto do projeto sobre arbitragem, aprovado pela Câmara dos Deputados e, agora, submetido à apreciação do Senado Federal.

Espero que esse projeto possa converter-se em lei até o final do ano.

*[Assinatura]*

Cordialmente,

*[Assinatura]*

MARCO MACIEL  
Vice-Presidente da República

Arbitragem, previsto no Código Civil desde 1916, recebeu por iniciativa do Instituto Liberal de Pernambuco em 1992 uma proposta de regulamentação,

homologada durante seminário realizado em Curitiba no mesmo ano e promovido pelo IL do Paraná.

(Segue na página 4)

## **Resultados do Concurso de Monografias e Artigos devem ser divulgados em meados de agosto**

Os trabalhos inscritos já foram distribuídos para uma comissão julgadora formada por cinco membros, que terão todo o mês de julho para a realização da tarefa de avaliação. A comissão foi composta por professores de economia e ciência política da UFPR (2), PUC-PR (1) e FAE (2) cujos nomes também serão divulgados junto com os resultados. De acordo

com os critérios pré-estabelecidos, os primeiros colocados em ambas as categorias receberão como prêmio uma viagem à Tallahassee na Flórida - EUA, e ficarão hospedados no campus universitário daquela cidade, tendo por anfitrião o Professor James D. Gwartney - co-autor do livro tema do concurso "O Que Todos Deveriam Saber Sobre Economia e Prospe-

ridade. Os segundos e terceiros colocados receberão prêmios em dinheiro. A previsão é de que a lista oficial dos ganhadores venha a ser divulgada em meados de agosto e no mesmo mês seja realizada a entrega dos prêmios, durante solenidade que contará com a presença dos membros do Conselho de Mantenedores do IL, professores, jornalistas e convidados.

# IL - PR Participa da Promoção do Evento

## "Como Estruturar Fusões, Aquisições e Parcerias"

"O modelo do capitalismo brasileiro está mudando. Nesse novo ambiente, os empresários. Nesse novo ambiente, os empresários tem de remodelar seus negócios, sua visão de empresa e do mundo, e isso está acontecendo de forma vertiginosa no Brasil".

Revista VEJA, 29/05/96

Coordenado pela empresa NetPlan Corporate Finance, o evento contou com a presença de 60 participantes, em sua maioria advogados, consultores, empresários e executivos que, de alguma forma, estão envolvidos na negociação de empresas nestes tempos de globalização de mercados. O IL - PR, defensor da abertura econômica mundial e inserção do Brasil nos mercados internacionais, se fez presente no evento com uma sucinta apresentação da entidade pelo seu presidente Cleverson Marinho Teixeira, que também aproveitou a oportunidade para exaltar uma grande conquista para a sociedade brasileira - a instalação de Câmaras de Arbitragem em diversas Associações Comerciais no País.



Flagrante do Presidente Cleverson Marinho Teixeira apresentando os objetivos do IL - PR aos participantes do encontro.

### Idéias Liberais e Notas Agora na Internet

A partir deste mês as publicações **Idéias Liberais** (IL - SP) e **Notas** (IL - RJ) estão também disponíveis na Internet, no **Brasil OnLine**, um serviço da **Editora Abril**, no ar desde 25 de abril passado. Acessível através do SITE: <http://www.bol.com.br> (por enquanto, acesso gratuito).

### Empresário ou cliente do Estado

No início de fevereiro desse ano, o governador Jaime Lerner criticou a "timidez" do empresariado paranaense e a "pequena participação dos empresários nos projetos de parceria com o Estado". Creio que o governador tocou na ferida. E, para prová-lo, vou comentar a reação de um "empresário" - que não citarei o nome para evitar inúteis polêmicas e mal-entendidos. E, especialmente, porque essa opinião é típica de uma mentalidade que herdamos do descobridor e colonizador português.

A reação do empresário brasileiro "ideal - tipo" foi essa: "Em momento algum o empresário arrisca um investimento sem ter a certeza do retorno financeiro; o empresário quer saber da relação custo - benefício, pois ele quer o lucro justo".

Com todo o respeito - esta é uma declaração de cliente do Estado, não de empresário. Ela é totalmente equivocada. Começa equivocada e termina equivocada. Capitalismo sem risco é uma contradição em termos. O risco é inerente à lógica do regime econômico de mercado. Nesse, o que prevalece ou deve prevalecer é a soberania do consumidor. Logo, não pode haver certeza absoluta. Os investimentos são feitos com graus de incerteza. O sucesso ou o fracasso do investimento depende de muitas variáveis - incontáveis pelo investidor. Mal comparando, podemos afirmar que o investidor "joga" levando em conta um leque de probabilidades - entre estas, claro, está a falência ou a perda. Jogo sem possibilidades de perda não é jogo. Ou é jogo de cartas marcadas. E isso não é capitalismo, é mercantilismo. Onde o Estado dita as regras e escolhe quem vai ganhar e quem vai perder.

Finalmente, essa coisa de preço justo ou de lucro justo é uma teimosa excrecência medieval. Há muito tempo jogada no lixo, pois completamente inútil. Não há lucro justo ou preço justo. Há lucros e preços. Simplesmente. E eles não são ou não devem ser fixados administrativamente. Quem deve fazê-lo é o mercado. E o mercado é por definição impessoal.

Ou não é?

(Carlos A. Pessoa)  
Jornal Indústria e Comércio  
5 e 6 de junho de 1996

### Expediente

Jornal editado e publicado pelo  
Instituto Liberal do PR  
Publicação mensal, distribuição  
gratuita

Instituto Liberal do Paraná  
Av. Senador Souza Naves, 535 - Sala 2  
Telefax: (041) 362-1556

CEP 80050-040 - Curitiba-PR

Presidente

Cleverson Marinho Teixeira

Diretores

José Arthur Fuchs -

Nilseu Brock Junior

Pericles Pessoa Salazar

Rossana M. Cavaciocchi Corrêa

Sérgio Luiz Sottomaior Pereira

Sérgio Levy

Conselho Consultivo

Cláudio Francisco Tolentino - José Pio

Martins - Estefano Ulandowski

Orlovisto Guimarães -

Roberto Demeterco

Sérgio M. Prosdócimo

Eduardo G. de Manuel

Instituto Liberal do

Rio de Janeiro

R. Professor Alfredo Gomes, 28 -

Botafogo

CEP 22251-080 - Rio de Janeiro-RJ

Telefax: (021) 286-7775

Instituto Liberal de São Paulo

Av. Brasil, 1837 - Jardim América

CEP 01431-001 - SP-SP

Tel.: (011) 282-9175/280-6170

Fax: 3064-2419

Instituto Liberal do  
Rio Grande do Sul  
Rua Santa Teresinha, 59  
CEP 90040-180 - Porto Alegre-RS  
Telefax: (051) 332-2376

Instituto Liberal de  
Pernambuco

Caixa Postal 198 - CEP 50001-970 -

Recife-PE

Tel.: (081) 224-7418

Fax: (081) 224-8047

Instituto Liberal de  
Minas Gerais

Av. Do Contorno, 4480 Cj. 1006

CEP 30110 - 090 - Belo Horizonte-MG

Tel.: (031) 281-7431

Fax: (031) 281-2056

Instituto Liberal da Bahia  
Rua Carlos Gomes, 1063 / 3º andar - S. 31

Aflitos - CEP 40060-410 - Salvador/BA

Tel.: (071) 321-3144

Fax: (071) 321-8944

Instituto Liberal de Brasília  
SMPW Quadra 15 - conj. 6 - casa 7

CEP 71745-150 - Brasília - DF

Tel.: (061) 380-1930

Fax: (061) 380-2420

Instituto Liberal do Ceará  
Rua 25 de Março, 882

CEP 60060-120 - Fortaleza - CE

Tel.: (085) 252-4311

Fax: (085) 231-9553

Instituto Liberal - Notícias  
Jornalista Responsável  
Plácido José de Oliveira - DRT 2054-PR

Composição e Impressão

PJ Comunicação

Rua Paulo Martins, 212 - Mercês

Fone: (041) 335-0266 - Curitiba-PR



# Tradição e Modernização: uma dimensão cultural

**Por Antonio Mercader**

Para alcançar a modernidade é preciso as vezes apelar às tradições, como comprovam permanentemente os dirigentes latino-americanos. Isto diz respeito ao fracasso das tentativas de reforma do Estado, como nas privatizações e desregulamentações, quando em nome da modernidade são esquecidas certas tradições fundamentais chamadas, com razão, de cultura nacional.

Alguns países da Ásia que em pouco tempo saltaram da idade média ao século XXVI, são testemunhas de como se pode combinar as tendências liberais em matéria econômica, com certos princípios autoritários e estatistas que são a tradição daquelas sociedades. As misturas podem parecer originais, porém são, em definitivo, formas práticas de viabilizar as mudanças sem ferir sentimentos forte-

mente arraigados entre as pessoas.

Alguns países latino-americanos, onde a imagem paternalista do governo sobrevive fervorosamente, enfrentam dificuldades no momento de derrubar monopólios estatais, reformar sua seguridade social ou simplesmente reduzir os gastos governamentais. A solução é recorrer aos bons ofícios dos políticos, capazes de gerar certos consensos e atenuar a contundência das reformas, com muito pesar em muitos casos.

Para diminuir a distância entre tradição e modernidade há que se fazer alguns sacrifícios e lidar com setores sociais que, diante da transformação, apegam-se a antigos postulados culturais. Trata-se justamente da dimensão cultural do desenvolvimento, um fator nem sempre considerado pelos experts, mas que tem relação com os valo-

res passados de geração em geração, que fazem parte das crenças de uma sociedade, e que não podem ser demolidas completamente da noite para o dia.

Em regimes fechados, o peso do poder pode dobrar facilmente estas sensibilidades, porém, com a democracia existente hoje na América Latina, todo o poder negociador do sistema deve procurar o máximo de reforma dentro do que as pessoas estão dispostas a aceitar. Transpor estes limites em nome de propostas econômicas solidamente fundamentadas pode ser perigosos em sociedades muito arraigadas à tradição.,

O segredo as vezes está em saber usar o tempo e uma sábia mistura entre o antigo e o moderno.

---

**Publicado na Revista Perfis Liberais nº 43 de out/nov.95**

---

## BOA NOTÍCIA

A diretoria do Liberty Fund (Indianápolis, Indiana) decidiu realizar duas reuniões por ano no Brasil: uma com a cooperação do IL/RJ e outra em colaboração com o IL/RS. Até agora, o Liberty Fund patrocinou a realização de seis colóquios com o IL/RJ e um com o IL/RS. O próximo evento será nos dias 14 - 17 de agosto, no Hotel Rosa dos Ventos, próximo a Teresópolis, tendo como tema o pensamento de Hayek, especialmente as suas idéias a respeito das instituições fundamentais de uma sociedade liberal: o Estado de direito, a economia de mercado, o processo político da demarquia e o processo legislativo, com seus dois tipos diferentes de normas, isto é, as "leis autênticas" (universais, espontâneas, abstratas e prospectivas) e as "or-

dens" ou "comandos". A reunião de Teresópolis contará com a participação de 16 intelectuais de diferentes setores das ciências sociais, compondo assim um grupo interdisciplinar. Os colóquios do Liberty Fund têm como principal finalidade estimular o pensamento a respeito da liberdade humana, seus atributos e as instituições que possam assegurá-la. Essas reuniões têm tido, entre outros méritos, o de ajudar o movimento liberal brasileiro a criar um corpo técnico razoavelmente homogêneo, a despeito de ser ele composto de especialistas de diferentes áreas, como são a filosofia, a economia, a ciência política, o direito e a história. Os economistas têm aprendido que a economia de mercado deriva do Estado de direito e dele depende para

ser eficaz; os juristas, por sua vez, vão reconhecendo que a economia de mercado é, entre as formas alternativas de organização econômica, a única inteiramente compatível com o Estado de direito; os cientistas políticos vão percebendo a importância das diferenças entre as decisões coletivas típicas do processo político e as decisões individuais próprias de uma economia de mercado; e os historiadores vão aprendendo com as lições da história, que a paz e a prosperidade dependem da existência da liberdade individual responsável, e esta, por sua vez, depende de vigência de instituições eficazes na sua preservação. A reunião de Teresópolis certamente contribuirá para refrescar, atualizar e reforçar tão importantes lições.

***Pronunciamento do Dr. Cleverson Marinho Teixeira, Vice-Presidente do Conselho Administrativo da Câmara de Arbitragem da Associação Comercial do Paraná, em nome da Câmara, por ocasião da instalação da ARBITAC, em solenidade realizada na sede da ACP em 17 de junho de 1996.***

Coube-nos a honrosa missão de falar em nome da ARBITAC, especialmente de seus Conselhos, para oferecer nesta oportunidade uma visão geral da sua estrutura e princípios básicos.

Antes porém, não poderíamos deixar de reiterar as manifestações de regozijo pela presença do Político e Jurista MARCO MACIEL, destacando o significado de sua participação para a efetiva implementação da arbitragem no Brasil, e isto, embora muito nos honre, o fazemos independentemente da amizade e de termos convivido no Parlamento Nacional.

O eminente Vice-Presidente, quando Senador, apresentou projeto de lei, decorrente da Operação Arbitrer de iniciativa do Instituto Liberal de Pernambuco, que moderniza e torna mais eficaz o instituto, em vias de se tornar lei. No entanto, há um fato relacionado com este projeto de especial significado a nós paranaenses, pois, foi ele amadurecido nos debates havidos no Seminário Nacional sobre Arbitragem, realizado em Curitiba, no dia 27 de abril de 1992. A Câmara da Arbitragem que ora se instala possui um Conselho Permanente, um Conselho Administrativo e, naturalmente o Quadro de Árbitros. O Conselho Permanente é composto por dez personalidades paranaenses de notável saber e projeção intelectual, tendo por Presidente o Dr. Ardisson Akel, presidente da ACP eleito para a próxima gestão, por 1º Vice-Presidente o Dr. Cláudio Francisco Tolentino, atual Vice-Presidente Coordenador do Conselho Político da casa, Conselho esse responsável pelo desenvolvimento do projeto ARBITAC, e por 2º Vice-Presidente o Dr. Luiz Celso Branco, por igual Vice-Presidente da entidade e Presidente do Corpo Consular no Paraná. O Conselho Administrativo, com onze membros, tem por Presidente o Desembargador Dr. Luiz Renato Pedroso, aposentado da função, foi Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Cumpre-nos, ainda, falar sobre alguns princípios que norteiam a existência e a ação da arbitragem, reconhecen-

do preliminarmente: 1) O homem é um ser eminentemente social; 2) Que apesar da vida em sociedade ser por natureza conflitiva, o homem almeja permanentemente a Paz e que, em decorrência, há que se criar instrumentos eficazes de superar conflitos.

A democracia, o direito e a justiça são instituições e instrumentos para podermos alcançá-la e nela convivermos. Nos dias de hoje o homem não pode, nem deve, delegar integralmente ao Estado a realização de atividades e funções que ele por si só, ou através de organizações ou organismos privados possa executar, até mesmo para a realização da própria Justiça.

Entendemos que o Estado não substitui a Sociedade e que o pressuposto de um Estado ideal é aquele em que o indivíduo pode exercer com plenitude e eficácia a cidadania. Liberdade e autonomia de vontade são seus pressupostos e também do instituto da arbitragem.

Os limites razoáveis e aceitos são o respeito e a observância às regras do processo e à vontade do cidadão para contratar ou transigir, atribuindo a um terceiro, especialista e capacitado para conhecer e decidir questão atinente a direitos sobre os quais possa se dispor. A decisão do árbitro fundamentar-se-á na lei ou na equidade, conforme for deliberado pelas partes em conflito.

Ao Estado, uma vez observados os princípios da ordem pública, os direitos e garantias do cidadão e os critérios de julgamento adotados legitimamente pelos interessados, cabe garantir o respeito aos princípios da igualdade, da estrita observância às normas ajustadas para o processo e o cumprimento da decisão arbitrada.

Finalizando, ressaltamos a atenção que devemos dedicar a dois princípios: o da autoridade e o da responsabilidade. Se o homem quer ser livre e sujeito de direitos deve preservar a sua autoridade pessoal e assumir a correspondente responsabilidade, liberando-se o mais que puder da tutela estatal, fundamentalmente porque é cara e não tem capacidade de, a tempo e infinitamente, atender a todos que a ela recorrem.

**PELA LIBERDADE DE PRODUZIR, CONSUMIR,  
INTERCAMBIAR E SERVIR SEM COERÇÃO  
NEM PRIVILÉGIOS.  
SER LIBERAL  
ASSOCIE-SE A ESTA IDÉIA!**